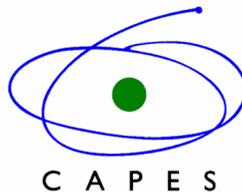




UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA
DOUTORADO EM LINGUÍSTICA APLICADA

MARCO ANTONIO LIMA DO BONFIM

PRAGMÁTICA DOS CORPOS MILITANTES NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS *SEM-TERRA* DO CEARÁ



FORTALEZA – CEARÁ

2016

MARCO ANTONIO LIMA DO BONFIM

PRAGMÁTICA DOS CORPOS MILITANTES NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS *SEM -TERRA* DO CEARÁ

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Linguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação

Orientadora: Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar.

FORTALEZA – CEARÁ

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Bonfim, Marco Antonio Lima do.
Pragmática dos corpos militantes no Movimento dos
Trabalhadores Rurais Sem Terra do Ceará [recurso
eletrônico] / Marco Antonio Lima do Bonfim. - 2016.
1 CD-ROM: il.; 4 ¾ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do
trabalho acadêmico com 170 folhas, acondicionado em
caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Tese (doutorado) - Universidade Estadual do
Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-
Graduação em Linguística Aplicada, Fortaleza, 2016.

Área de concentração: Linguagem e Interação.
Orientação: Prof.ª Ph.D. Claudiana Nogueira de
Alencar.

1. Entextualização. 2. Linguística Aplicada
Emancipatória. 3. Performances corporeo-discursivas.
4. MST-CE. I. Título.

MARCO ANTONIO LIMA DO BONFIM

PRAGMÁTICA DOS CORPOS MILITANTES NO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS *SEM -TERRA* DO CEARÁ

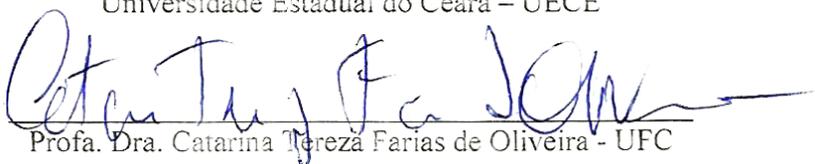
Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de doutor em Linguística Aplicada. Área de concentração: Linguagem e Interação

Aprovada em: 29 / 04 / 2016.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar (Orientadora)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



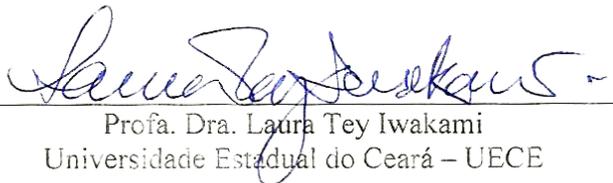
Prof. Dra. Catarina Tereza Farias de Oliveira - UFC



Prof. Dr. José Ernandi Mendes – MAIE/UECE



Prof. Dra. Dina Maria Ferreira – UECE



Prof. Dra. Laura Tey Iwakami
Universidade Estadual do Ceará – UECE

“Fazer da dor uma ferramenta de luta,
fazer do choro um grito de guerra, um
grito de indignação.”

Francisca Deusália Afonso
(Militante do MST-CE)

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* do Ceará por ensinar-me a eterna mística da resistência.

Para minha mãe Jany Eire Maria de Lima, por sua eterna militância para viver com dignidade.

Para Claudiana Nogueira de Alencar, por despertar em mim a paixão pela luta política através da linguagem.

Para Cristiane de Oliveira Félix, por sua liberdade de voar por entre as tatuagens lindas que cotidianamente marcam, com amor, os nossos corpos.

AGRADECIMENTOS

Uma tese de doutorado (ou qualquer outro trabalho acadêmico) não se faz com uma única voz, mas de vozes em corpos que se presentificam numa grande performance. Nesse sentido, meu ato de agradecer àqueles e àquelas que contribuíram de algum modo, neste meu percurso, durante estes quatro anos de doutorado. Minha gratidão é uma forma de reconhecer a importância daqueles/as que se fizeram carne, no corpo desta pesquisa e da minha vida.

Primeiramente agradeço a Deus que me permitiu concluir esta etapa da minha vida que, por um momento, pareceu-me quase impossível, em virtude das inúmeras que encontrei em minha trilha. Aprendi essa metáfora da trilha com minha orientadora, a Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar, que sempre instigou seus alunos e orientandos a não apenas andar nos trilhos do mundo acadêmico, mas criar a sua própria trilha, o seu próprio percurso.

Agradeço eternamente a Claudiana (“Clau”), minha professora querida, minha “mãe” acadêmica, que me instiga a investigar a linguagem em suas várias faces e a travar uma luta política através da (e na) linguagem. Claudiana é meu exemplo de ser humano e de intelectual a ser seguido.

Eu sou muitíssimo grato à Profa. Dra. Dina Martins Ferreira, que é a corporificação de performances alegres, doces e bem apimentadas de desconstruções.

Agradeço enormemente a minha companheira Cristiane Oliveira Félix. Eu a conheci no contexto de uma ofensa racial que sofri, num contexto de dor, mas essa dor virou amor e o amor está se consolidando em sonhos de uma vida regada com muito cuidado, zelo, carinho, cumplicidade, responsabilidade e afeto. “Cris”, minha negra linda que Deus me deu, obrigado por compartilhar comigo todas as dores e alegrias desse “parto” acadêmico.

Sou muitíssimo grato às professoras e ao professor da minha banca de defesa: Profa. Dra. Dina Martins Ferreira, Prof. Dr. José Ernandi Mendes, a Prof. Dra. Laura Tey e Profa. Dra. Catarina Tereza de Oliveira, pela amizade conquistada nos “cantinhos acadêmicos da vida” e por ter acompanhado o desenvolvimento dessa pesquisa desde o início.

Agradeço ao Prof. Dr. João Batista e a Profa. Dra. Catarina pela confiança que depositaram em mim desde a qualificação da tese.

Agradeço também as contribuições do Prof. Dr. Daniel do Nascimento e Silva e ao Prof. Dr. João Batista, ambos deram parecer sobre a minha tese em andamento para a disciplina Seminário de Tese. Suas críticas e sugestões me fizeram atentar para pontos cruciais no desenvolvimento do texto final.

Agradeço a Profa. Dra. Joana Plaza Pinto pela sua simplicidade, disponibilidade de diálogo por e-mails ou em congressos e, principalmente, por compartilhar também esse desejo de luta pela/na linguagem.

Agradeço a todos/as os professores do PosLA incluindo o Prof. Dr. Wilson Júnior de Oliveira Carvalho pelo seu empenho em fortalecer a Linguística Aplicada no estado do Ceará.

Agradeço também a Secretária dos PosLA, Jamille Azevedo, por todo apoio necessário no decorrer do Curso, na defesa de tese e nos momentos posteriores.

Quero deixar registrado o meu agradecimento a todos os outros corpos amigos/as que, ao seu modo, misturaram-se as minhas performances e hoje, compõem parte do que sou. Agradeço à minha grande amiga Ticiane Nunes por me ajudar com os detalhes finais da defesa da Tese. Tici, você “quebrou não apenas um galho” para mim, mas plantou uma árvore toda. Agradeço de maneira muito especial a Tânia Dourado pela revisão do texto e pelos conselhos amigos. Agradeço ao Carlos Eduardo (Dudu), irmão que conheci desde a época do mestrado. Dudu seus atos amigos se perpetuarão eternamente.

Agradeço também a outro irmão da época do mestrado, Gilson Cordeiro, sempre companheiro, solidário, seu apoio foi muito importante, amigo. Agradeço também ao Emanuel Pedro (“Manu”) por nossas conversas acadêmicas e não-acadêmicas que renderam muitos frutos. Agradeço a Maria Eduarda (“Duda”) pelos momentos poético-teóricos, pelas muitas conversas e risadas no “Cantinho da Filosofia [da linguagem]”, principalmente, pela meiga, sincera e admirável amizade que tenho a honra de desfrutar. Agradeço a Janaína Lisboa (“Jana”) pela amizade tão alegre, viva e responsiva e também pela companhia nas baladas do “Orbita bar”.

Agradeço a Bruna Santos pelos momentos de p(r)oesia. Ao Gustavo Pinheiro, companheiro de tempos de graduação, com quem dialoguei muito sobre questões referentes a tese. Agradeço a Kélvia Menezes pela grande e sincera amizade e por sua confiança em mim. Agradeço ao Rodrigo Viana e ao Jony Kellson pelas interlocuções acadêmicas, pelos afectos partilhados e pelos sonhos debatidos.

Agradeço a Poliane de Oliveira (“Poly”), amiga querida que me apoiou em um momento tenso da escrita desse trabalho. Agradeço ao Francisco das Chagas

(“Chicão”), amigo fascinado pelas artes cinematográficas e também por ajudar a quem precisa. Agradeço ao Fernando Henrique (“FH”) pela amizade e por todo o apoio de sempre. Agradeço ao Marcos Alberto pelos diálogos e pelo fornecimento de algumas obras acadêmicas sobre meu tema de pesquisa. Agradeço a Meysse Mara, que com seu jeito tão meigo e amigo compartilhava suas questões de pesquisa comigo e me fazia aprender mais ainda. Obrigado Meysse por me mostrar que todo conhecimento é sempre uma produção coletiva.

Agradeço ao Fúlvio Saraiva, Maurício Oliveira e ao Rafael Barros (“Fael”) pelas noites de boemia e filosofia e também pelo apoio amigo nas horas certas. Agradeço ao Nonato Furtato pelo grande apoio também nos momentos finais de escrita deste trabalho. Agradeço ao meu grande amigo/parceiro Vilarin Barbosa e a sua esposa Karla Torquato, que com seus olhares de historiadores debatiam comigo muitos dos aspectos que depois textualizaram-se aqui.

Dos meus amigos do Patins *in line Street*, agradeço ao David Xavier e sua esposa Elizângela, a Wanessa Abreu e ao Wygney Silva, meu amigo/irmão que reside na minha cidade natal – Tucuruí-Pará.

Agradeço ao Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* do Ceará por existir e resistir há 26 anos lutando pela causa da Reforma Agrária Popular. Agradeço aos companheiros/as militantes *Sem-terra* que aceitaram dividir comigo suas trajetórias de vidas em luta. Meus sinceros agradecimentos a Ivanildo Paz de Lima, Francisca Deusália Afonso e Carlos Rayol Ribeiro da Silva. Agradeço a todos/as militantes do MST-CE que colaboraram nesta investigação, principalmente, aos coordenadores/as da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Fortaleza, por autorizarem minha coleta de dados no Curso Prolongado.

Agradeço também a minha mãe, Jany Eire Maria de Lima, e ao meu pai, Vicente Corcino do Bonfim, que lá do Pará, oram continuamente pela minha felicidade em todos os sentidos. Tenho também uma profunda gratidão a vó Mirtes, ao tio Beto, e a minha irmã Gabriela Bonfim.

Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelas bolsas de mestrado e doutorado (Programa de Demanda Social), que possibilitaram o meu desenvolvimento acadêmico.

RESUMO

Esta tese investigou a pragmática dos corpos militantes *Sem-terra* no Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* do Ceará (MST-CE), com foco na compreensão das performances corpóreo-discursivas realizadas pelos integrantes desse movimento social em suas atividades de luta, a fim de demonstrar o funcionamento da ação linguística através dos corpos. Para tanto, realizei uma etnografia multissituada (MARCUS, 2001) dos Encontros, Congressos, lutas e formações políticas realizados no MST. Os dados foram gerados através de notas de campo, entrevistas semi-estruturadas, fotografias e gravações em vídeo e áudio. A análise foi realizada através das categorias jogos de linguagem, gramática e forma de vida (WITTGENSTEIN, 1989), entextualização, recontextualização (BAUMAN; BRIGGS, 1990) e ordem indexical (BLOMMAERT, 2010, 2014; SILVERSTEIN, 2003). Concluí que os integrantes do MST tornam-se militantes *Sem-terra* à medida que entextualizam, em suas práticas de militância, os princípios e valores do MST, através de suas performances e dessa maneira, materializam uma metapragmática de resistência que guia a pragmática dos corpos militantes no movimento social. A vivência nas atividades de formação promovidas pelo MST para seus militantes evidenciou a forma como os/as integrantes lidam com a relação corpo/linguagem em suas lutas diárias por uma Reforma Agrária Popular. Essa observação contribuiu para pensarmos em um modo de investigar nossas práticas linguísticas que seja relevante para a luta daqueles/as que se encontram em posições de subalternidade. A este modo chamei de Linguística Aplicada emancipatória.

Palavras-chave: Entextualização. Linguística Aplicada emancipatória. performances corpóreo-discursivas. MST-CE.

ABSTRACT

This thesis investigated the pragmatic militant bodies in the Landless Movement of Landless Rural Workers of Ceará. The focus here was on understanding the performances carried out by members of the Movement of Landless Rural Workers of Ceará (MST-CE) in their fight activities to demonstrate the operation of linguistic action through the bodies. Therefore, I made an multisituada ethnography (Marcus, 2001) Meetings, Conferences, struggles and political formations. Data were collected through field notes, semi-structured interviews, photograph and video recordings and audio analysis was performed analytical categories of entextualization, narrative performances (BAUMAN, BRIGGS, 1990) as bodily performances, order screams as an act of speech (AUSTIN, 1962), indexicality, indexicality orders (BLOMMAERT, 2010, 2014; SILVERSTEIN 2003), language games, forms of life and grammar (WITTGENSTEIN, 1989; ALENCAR, 2014). It concludes that the MST members make up militant Landless in that entextualizam in their advocacy practices, principles and values of the MST through their performances and thus materialize the metapragmático model militant masterminded by this social movement. The experience in training activities promoted by the MST for its members showed how / the members deal with the body / language in their daily struggles for agrarian reform Popular, this observation helped to think of a way to investigate our linguistic practices that is relevant to the struggle of those / those who are in subordinate positions, this command called the Applied Linguistics emancipatory.

Keywords: Entextualization. Applied Linguistics emancipation. Bodily-discursive performances. MST-CE.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 –	Canção de protesto.....	19
Figura 2 –	Alojamento do Congresso Nacional do MST.....	22
Figura 3 –	Brigada Antônio Conselheiro (MST-CE) no Congresso Nacional.....	23
Figura 4 –	Bandeira do MST fincada em frente ao INCRA-CE	32
Figura 5 –	Marcha do MST em Brasília.....	36
Figura 6 –	Trio elétrico na Marcha do MST.....	37
Figura 7 –	Ocupação da Praça dos Três Poderes pelo MST.....	40
Figura 8 –	Plenária do XXVI Encontro Estadual do MST-CE.....	50
Figura 9 –	“Cochicho” na brigada Luis Carlos.....	54
Figura 10 –	Acampamento Fonte de Vitória (Ibaretama- Ceará)	55
Figura 11 –	Sem-terrinha atuando na mística de encerramento.....	58
Figura 12 –	Jogo de linguagem Formatura dos NB’s no Curso Prolongado.....	64
Figura 13 –	Escola Nacional Florestan Fernandes – Nordeste.....	116
Figura 14 –	Momento de animação.....	118
Figura 15 –	Encerramento da oficina de gênero.....	124
Figura 16 –	Frida Kahlo.....	129
Figura 17 –	Cartaz Carlos Marighella.....	132
Figura 18 –	Performance corpóreo-discursiva do MST.....	139
Figura 19 –	Continuação da performance corpóreo-discursiva do MST.....	140
Figura 20 –	Jornada Socialista no XXVII Encontro Estadual do MST-CE.....	149
Figura 21 –	Monumento aos mortos no Massacre em Eldorado dos Carajás –PA	154

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	ATO I – “MST! ESSA LUTA É PRA VALER!” VIVENDO OS JOGOS DE LINGUAGEM DE LUTA E RESISTÊNCIA.....	19
2.1	6º CONGRESSO NACIONAL DO MST: “LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR”.....	21
2.2	A MARCHA NACIONAL DOS <i>SEM-TERRA</i> EM BRASÍLIA: CORPOS EM LUTA.....	35
2.3	OS ENCONTROS ESTADUAIS DO MST-CE E A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA <i>SEM-TERRA</i>	49
3	ATO II – POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA EMANCIPATÓRIA..	66
3.1	DE MILITANTE A LINGUISTA APLICADO MILITANTE.....	66
3.2	DOS ESTUDOS SOBRE CORPO E LINGUAGEM A NOÇÃO DE PERFORMANCE CORPÓREO-DISCURSIVA.....	75
3.2.1	Corpos que performam.....	77
3.2.2	A noção de performances corpóreo-discursivas na Linguística Aplicada.....	81
3.3	PERSPECTIVAS PRAGMÁTICAS DE LINGUAGEM.....	84
3.3.1	Wittgenstein e a linguagem como jogos de linguagem.....	87
3.3.2	J.L. Austin e os atos de fala.....	89
3.3.3	A Antropologia linguística e a propriedade indexical da linguagem.....	97
3.4	POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA PARA FINS EMANCIPATÓRIOS	103
4	ATO III - A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: EXTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA.....	108
4.1	SOBRE A NATUREZA DA PESQUISA, INSTRUMENTOS E DELIMITAÇÃO DO <i>CORPUS</i>	108
4.2	QUANDO O OBSERVADOR PARTICIPANTE VIRA MILITANTE: O XII PROLONGADO E A OFICINA DE LINGUAGEM E GÊNERO NO MST...	113
4.2.1	Sobre a oficina de gênero, linguagem e sexualidade no MST.....	121
5	ATO IV - PRAGMÁTICA DOS CORPOS MILITANTES: ENTRE ENTEXTUALIZAÇÕES E RECONTEXTUALIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA.....	134
5.1	IVANILDO PAZ: ENTEXTUALIZAÇÕES E RECONTEXTUALIZAÇÕES DA LUTA DO MST-CE.....	135
5.2	FRANCISCA DEUSÁLIA E A METAPRAGMÁTICA DA RESISTÊNCIA NO MST-CE.....	141
5.3	O “CERCO DA BEZERRA DE MENEZES” E O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS: RECONTEXTUALIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA.....	145
5.4	O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS – PA E AS PERFORMANCES MILITANTES NO MST-CE.....	151

6	CONCLUSÃO.....	156
	REFERÊNCIAS.....	159

1 INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado em Linguística Aplicada buscou investigar a pragmática dos corpos militantes *Sem-terra*, no Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra*, do Ceará, com o intuito de entender de que maneira a ordem social está materializada na linguagem através de suas performances corpóreo-discursivas. Partindo da vivência, nas práticas linguísticas de luta do MST-CE, analisei os modos de como os integrantes desse movimento social se tornam militantes *Sem-terra*¹, através de atos linguístico-corpóreos. Corpo aqui tem a ver com uma visão performativa de sujeito social, com a ideia de que não há como agir linguisticamente sem agir corporalmente.

Essa investigação está inscrita no campo da Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010, SIVA, et. al, 2014), especificamente, em sua versão denominada de Pragmática Cultural (ALENCAR, 2014, BONFIM, 2011), dialogando com a Linguística Aplicada INdisciplinar (MOITA LOPES, 2006) e com a Antropologia linguística estadunidense (BLOMMAERT, 2010; BAUMAN; BRIGGS, 1990; HANKS, 2008; SILVERSTEIN, 2003). Essa articulação teórica se deve a natureza do objeto de pesquisa – as performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra*, no MST-CE.

Minha motivação inicial para investigar o tema da pesquisa surgiu a partir dos desdobramentos de minha pesquisa de mestrado (BONFIM, 2011), que investigou, partindo de uma concepção pragmática de linguagem, a construção performativa da identidade de *Sem-terra* assentado, no MST-CE através da prática da mística². Em minha dissertação, analisei como os atos de fala mobilizados por assentados (em entrevistas e nas místicas) do Movimento produzem linguisticamente o sujeito *Sem-terra* assentado. Ao etnografar o cotidiano dos assentamentos, os encontros e seus

¹ No decorrer do texto o/a leitor/a encontrará os termos *sem-terra* e *Sem-terra*. Os dois não são sinônimos. Usarei *sem-terra* para designar a “condição de ausência de propriedade ou de posse da terra de trabalho” (CALDART, 2004, p.19), e empregarei o termo *Sem-terra* para nomear o sujeito constituído performativamente através das vivências concretas nas práticas de luta do MST. Portanto, *estar sem-terra* não é o mesmo que *tornar-se Sem-terra* no e pelo MST. Outro esclarecimento é em relação ao uso de morfemas indicadores de gênero (trabalhador/a, por exemplo) ao invés do uso genérico em masculino. Fiz essa opção por uma questão de visibilizar os gêneros marcados (performados), no uso linguístico de forma não desigual.

² Ato político-cultural desenvolvido por meio de diversos rituais, através dos quais os/as trabalhadores/as rurais vivenciam as lutas pela terra meio da poesia, da música, do hino e da bandeira do MST, da mímica, da pintura, da arte em geral. No entanto, como o/a leitor/a observará no decorrer da tese, a mística não se restringe apenas as dramatizações realizadas pelos militantes Sem Terra, na verdade, ela atravessa todo o MST.

momentos culturais percebi que as músicas, a mística e, sobretudo, os gritos de ordem perpassam todo o Movimento, contribuindo para a constituição de um jeito *Sem-terra* de lutar.

Por ocasião da minha defesa de mestrado um dos questionamentos feitos pela Profa. Dra. Joana Plaza Pinto ficou “martelando” em minha mente. A pergunta se referia à maneira como os integrantes do MST reivindicam para si, de forma muito marcada, *uma maneira militante de ser* e como um entendimento performativo desse sujeito social poderia visibilizar ainda mais o que o MST faz com/na linguagem. Partindo desse questionamento cheguei então a ideia de que existe uma pragmática dos corpos militantes no MST-CE e é disso que essa tese trata.

Para a consecução dessa investigação escolhi como objetivos:

Objetivos específicos:

- 1.1) Realizar uma etnografia multissituada dos jogos de linguagem que integram as atividades de luta e formação dos *Sem-terra* no MST-Ceará;
- 1.2) Analisar os processos de entextualização e recontextualização de atos de fala nas performances corpóreo-discursivas dos militantes Sem Terra;
- 1.3) Verificar como as performances corpóreo-discursivas dos integrantes do MST constituem a forma de vida ser militante nesse movimento social;
- 1.4) Identificar formas de agência nas performances dos militantes *Sem-terra*.

A tese foi dividida em 4 ATOS³. Dessa forma, apresento no ATO I “*MST! Essa luta é pra valer!*” *Sentindo a força dos jogos de linguagem de luta e resistência* o relato da minha vivência etnográfica, nos principais jogos de linguagem que constituem as práticas de luta no MST, como o Congresso Nacional do movimento, seus Encontros Estaduais, as Marchas, as ocupações de terra e de prédio públicos, o Curso Prolongado.

³ Optei por esta forma de organização das partes da tese por entender junto com minha orientadora, profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar, que este texto é um ato de fala e, portanto, uma performance. As noções de ato de fala e de performance serão discutidas no ATO 2. Essa nossa ideia de estrutura da tese tem por base a reflexão de Austin (1990) de que usar a linguagem é agir. Desse modo, esse texto materializa as minhas performances a respeito das performances corpóreo-discursivas no MST.

Atravessando todos esses contextos de ação linguístico-social vivi a mística que tem uma dimensão de encenação e que se apresenta sempre nos Congressos e Encontros do movimento, trata-se de uma dimensão mais subjetiva que o/a integrante do MST começa a aprender desde sua entrada na organização social a partir da ocupação de terra. À medida que vou trazendo meus registros de campo vou também fazendo um percurso da história de (trans)formação do MST no Brasil e no Ceará, partindo dos seus primeiros encontros e congressos, apresentando o surgimento de seus símbolos (bandeira e hino do MST) e, por fim, algumas colocações mais pontuais sobre as conquistas deste movimento social, no Ceará. Tudo isso é tecido tendo como direção, entender a trajetória da formação da subjetividade do militante *Sem-terra*.

No ATO II, *Por uma Linguística Aplicada Emancipatória*, explicito a partir da minha vida em militância, a maneira teórica com que analisei as performances corpóreo-discursivas no MST. Valendo-me da posição apresentada por Moita Lopes (2006) de que uma LA engajada pode contribuir para a reinvenção da vida social e também do mote da Nova Pragmática (RAJAGOPALAN, 2010), de entender a pragmática como uma *perspectiva* de linguística sobre a linguagem, articulei visões teóricas e categorias reunidas sob a denominação de uma *LA emancipatória*. Um modo de pesquisar nossos usos linguísticos, que considere como objetivo do/a linguista aplicado, não apenas descrever o funcionamento das práticas de uso da linguagem, mas assumir que sua descrição é interventora, porque não dizer militante?! Nesse sentido, praticar uma LA militante seria realizar investigações que possam contribuir para a reinvenção da emancipação social, aqui entendida como modo de politização da vida social (MOITA LOPES, 2006).

A ideia geral desse ATO foi defender a tese de que nós, enquanto linguistas aplicados/as, podemos assumir performances militantes em nosso fazer científico. Performances que problematizem as linguísticas aplicadas que tem falhado (parafrazeando LOPES; RAJAGOPALAN, 2004) com as vozes do “Sul”, com as vozes e corpos dos sujeitos subalternizados. Dialogando com as categorias pragmáticas de atos de fala, jogos de linguagem, formas de vida e as categorias de entextualização e recontextualização advindas da Antropologia da Linguagem percebi que poderia visibilizar as maneiras como o MST usa a linguagem em suas lutas e assim entextualizar uma performance militante.

No ATO III, *A construção da investigação: entextualizando o campo de pesquisa*, apresento o desenho metodológico e analítico dessa investigação que adotou a

etnografia multissituada (MARCUS, 2011) como um recurso apropriado, a fim de contemplar o movimento das ações dos militantes *Sem-terra* em luta. A escolha deste tipo de etnografia se deu por conta da forma como a pesquisa foi acontecendo. A ideia foi seguir os fluxos das práticas dos militantes para observar suas performances corpóreo-discursivas. Vimos também nesse ato, a ideia de que o observador participante, em uma etnografia de práticas comunicativas e socioculturais, que tem por base uma LA emancipatória, torna-se um militante, ou melhor dizendo, um investigador militante.

Finalmente, no ATO IV, *Pragmática dos corpos militantes: entre entextualizações e recontextualizações de resistência* realizo a análise dos processos de entextualização e (re)contextualização de atos de fala mobilizados, nos jogos de linguagem constituintes da forma de vida militante ser *Sem-terra* no MST-CE, a fim de compreender como tal uso da linguagem constitui as performances corpóreo-discursivas desses sujeitos, materializando uma pragmática dos corpos nesse movimento social.

2 ATO I – “MST! ESSA LUTA É PRA VALER!” VIVENDO OS JOGOS DE LINGUAGEM DE LUTA E RESISTÊNCIA

Figura 1 – Canção de protesto

Descobrimos lá na base
(Zé Pinto)

<p>Descobrimos lá na base Que a tal da reforma agrária Do papel não vai sair Pelo pedaço de chão Pra colher o nosso pão Vamos ter que nos unir.</p> <p>Companheiro e companheira Vitória vai ser ligeira Se todos se organizarem A gente faz acampamento Tira pão para o sustento e Reforma Agrária é pra já.</p> <p>E vamos entrar naquela terra E não vamos sair, Nosso lema é: “ocupar, resistir e produzir”</p> <p>A gente faz caravana Arrisca entrar em cana Mas tem que ser por aí. Sindicatos combativos isto tudo é preciso para a luta prosseguir.</p>	<p>A classe trabalhadora Que é a mais sofredora</p> <p>Já começa a perceber Que nós somos maioria E que vai chegar o dia Com um novo amanhecer.</p> <p>Pelo fim do latifúndio</p> <p>Chega João, chega Raimundo Isso vai ter que mudar. nessa América Latina será que a nossa sina, vai ser sofrer sem parar.</p> <p>Mas eu nisso não acredito Por isso eu tenho dito Vamos todos dar as mãos.</p> <p>É a força popular Levantando essa bandeira: Reforma agrária é no chão.”</p>
--	---

(Cartilha de músicas do VI Congresso Nacional do MST, Brasília, 2014).

Fonte: Cartilha MST, 2014.

“Descobrimos lá na base” é uma das músicas mais cantadas pelos/as integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* de todo o Brasil, reunidos/as no 6º Congresso Nacional do MST, realizado no período de 09 a 14 de fevereiro de 2014, no Ginásio Nilson Néilson, em Brasília-DF.

O Congresso Nacional do MST é a instância máxima de decisão do movimento. Esse encontro é realizado de quatro em quatro anos com o propósito de estudar, avaliar e planejar as ações do referido movimento social durante esse período. Também “define as linhas conjunturais e estratégicas do Movimento e promove a confraternização entre os sem-terra e entre estes e a sociedade.” (MORISSAWA, 2001, p. 208). Trata-se de um espaço de formação de toda a militância *Sem-terra*, em âmbito nacional, que tem uma programação diária de atividades dirigidas para o estudo da realidade agrária brasileira atual, formação política, momentos culturais, místicas, feiras de produtos da Reforma Agrária e também uma Marcha a Praça dos Três Poderes no centro de Brasília.

O 6º Congresso foi também um espaço de celebração dos 30 anos do MST e, para mim, um momento ímpar participar dessa festa em luta.

Começo esta nossa viagem etnográfica com a música “Descobrimos lá na base” porque apresentarei neste capítulo, como “a tal da reforma agrária” teve que “sair do papel” para ser realizada no “chão”, pelas mãos, pelo sangue derramado, pela luta dos militantes *Sem-terra* do MST. Este é o grande propósito desta tese, acompanhar as lutas do MST por uma reforma agrária popular através das performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra* rastreando os jogos de linguagem que constituem a forma de vida ser militante *Sem-terra* no MST-CE. Em uma frase, investigar a pragmática dos corpos militantes no MST.

Neste primeiro ato, partirei dos dados etnográficos que coletei no referido evento deste movimento social camponês. Especificamente, focalizo a mística de abertura que aconteceu no ginásio citado e a Marcha Nacional do MST realizada também, em Brasília, durante toda à tarde do dia 2 de fevereiro de 2014, como programação de natureza política, em dois sentidos: a) no sentido de tratar-se principalmente de uma marcha com caráter de protesto, isto é, de denúncia dos impactos socioambientais do uso de agrotóxicos no campo e da impunidade que reina nos casos de violência no campo, por exemplo; e b) no sentido de dialogar com a sociedade brasiliense sobre a necessidade da realização da reforma agrária popular proposta pelo MST.

Norman Denzim (apud MOITA LOPES, 2006, p. 25) nomeia como uma “ciência performativa”, ou seja, um fazer científico que se utiliza da pesquisa etnográfica com a finalidade de “trazer à tona os significados que circulam na experiência narrada por meio do contar a história”. Eis o que o leitor e a leitora terão por

meio deste texto: performances linguísticas a respeito das performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra* em luta.

2.1 6º CONGRESSO NACIONAL DO MST: “LUTAR, CONSTRUIR REFORMA AGRÁRIA POPULAR”

Como tomei conhecimento do Congresso Nacional do MST e como fui a Brasília a fim de acompanhar esse evento? Para responder a estas perguntas e através disso mostrar como consegui “acessar o meu campo” (MALINOWSKI, 1984), afirmo que minha ligação com o MST vem já desde a pesquisa do mestrado em Linguística Aplicada (BONFIM, 2011). Nessa investigação, analisei como os atos de fala (AUSTIN, 1962) mobilizados por assentados (em entrevistas e nas místicas) desse movimento produzem linguisticamente o sujeito *Sem-terra* assentado.

Semelhante ao presente estudo, realizei uma etnografia dos encontros estaduais e de um assentamento no interior do Ceará. Por conta disso, conheci e estabeleci vínculo com muitos militantes *Sem-terra*, nesse estado. Quando retomei, no final de 2012, a pesquisa de campo, nos espaços de luta do referido movimento social, eu já era conhecido de muitos militantes, entre eles, um dos dirigentes da Brigada Luís Carlos (Região do Sertão Central do Ceará)⁴, Ivanildo Paz de Lima, que ao ser procurado por mim sobre informações relativas à realização do Congresso em Brasília, deu todo apoio, incluindo meu nome em um dos sete ônibus que conduziram os/as delegados/as do MST-CE, de Fortaleza para Brasília.

Sobre nossa partida registrei:

Saímos de ônibus, de Fortaleza com destino a Brasília, na sexta-feira (07/02) às 15h. Chegamos ao nosso destino no dia 09/02(domingo) às 7h da manhã. Muita mística e alegria no ônibus que trouxe 38 delegados/as para o VI Congresso Nacional do MST que será aqui no Ginásio Nilson Nelson. Do Ceará, vieram em torno de sete ônibus. Todos em Comboio (um atrás do outro por medida de segurança). Ao chegarmos, descarregamos as bagagens no local destinado aos congressistas do Ceará. Ajudei a levar a alimentação e outros utensílios para o espaço destinado a ser a “cozinha” de cada delegação. Em seguida, no nosso alojamento, arrumei a bagagem junto com

⁴ No MST, os militantes são organizados por “brigadas”. Cada “brigada” é composta pelo número de militantes que atuam em uma determinada região. Por exemplo: a “brigada Luís Carlos” abrange os militantes que atuam em parte da região do Sertão Central cearense (municípios de Ocara, Ibaretama, Quixadá, Ibicuitinga).

outros militantes e amigos do MST que vieram (Nota de campo registrada no dia 09/02/14).

O alojamento foi organizado do lado de fora do Ginásio (na imagem abaixo o ginásio está atrás das tendas). Foram montadas grandes tendas com bases de ferro. Muitos levaram barracas de *camping*, colchões infláveis e redes, que ficaram abrigadas sob as grandes estruturas metálicas.

Figura 2 – Alojamento do Congresso Nacional do MST



Fonte: Elaborado pelo autor.

Na segunda-feira, primeiro dia do congresso, aproximadamente às 9h da manhã (após termos tomado café) seguimos em fila, com todas as outras delegações dos estados brasileiros onde o MST está organizado, para a entrada do ginásio, no intuito de aguardar a mística de abertura do Congresso. Na figura 2, podemos observar os militantes *Sem-terra* participantes, desse congresso, trajado com a blusa com o símbolo da luta do MST, passando pela bandeira do Movimento Sem-Terra, até os bonés e/ou chapéus de palha inscrevendo nesses corpos a identidade de integrantes do MST.

Figura 3 – Brigada Antônio Conselheiro (MST-CE) no Congresso Nacional



Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre delegados/as (militantes eleitos nos acampamentos e assentamentos do MST para estarem no Congresso Nacional) e convidados/as estimasse que o encontro teve aproximadamente 16 mil pessoas, contando com 250 convidados internacionais apoiadores da luta do MST vindos dos Estados Unidos, Cuba, Portugal, Venezuela, Indonésia, Bolívia, Paraguai, Chile, Argentina, entre outros países. O Ceará levou 900 pessoas, entre elas, eu, que a cada grito de ordem, debate, mística, música cantada ficava todo arrepiado de emoção.

A partir dos momentos místicos de abertura do Congresso, enquanto momentos de animação para a luta, podemos nos aproximar de como tem sido a luta pela terra no Brasil e como os corpos (re)feitos em linguagem, inseridos nessas lutas, foram construindo o Movimento dos Sem-Terra.

A mística registrada por mim em vídeo e depois transcrita, dramatizou os 30 anos do MST e teve aproximadamente 1h de duração. A encenação começou narrando o conflito entre camponeses sem-terra e um grupo de pessoas (trajadas como agentes do exército talvez), no contexto das primeiras lutas pela terra no Brasil. Uma música típica de filmes de ação toca no ginásio e, de um lado, temos um grupo de pessoas composto por *Sem-terra* (homens e mulheres vestidos com a blusa e boné do MST) com facão e foice nas mãos, operários, índios com arco e flecha, quilombolas, mulheres camponesas também com grandes pratos artesanais contendo grãos de feijão e milho. Do outro, a força policial com armas empunhadas apontadas para o outro grupo. A dramatização

segue com os policiais avançando em marcha contra a classe trabalhadora (sem-terra, índios, quilombolas). Os trabalhadores recuam e depois, o contrário acontece e ficam os dois grupos neste “vai e volta” até que a polícia recua em caráter definitivo e a vitória acaba sendo da classe oprimida (e o público vibra intensamente nesse momento).

Em seguida, (a trilha sonora muda para estilo capoeira) temos uma roda de capoeira com dois participantes negros e depois todos os integrantes da mística se dirigem a uma espécie de painel de lutas (produzido com *banners*), em que está escrito “Lutas de um povo”. Na sequência, eles viram deixando à mostra outra página com “Lutas”, tendo como pano de fundo a imagem da primeira ocupação de terra vitoriosa realizada pelo MST, no Brasil (ocupação da fazenda Macali, em Ronda Alta, Rio Grande do Sul, no ano de 1979). Logo após, os 16 mil delegados/as cantam e ritualizam o hino do MST; várias barracas de lona preta ocupam o centro do ginásio e todos os participantes da mística marcham em fila gritando a palavra de ordem “ocupar, resistir, produzir”, gesticulando o punho esquerdo como se estivessem dando um soco para o alto. Eles vão se dirigindo novamente ao painel e viram a página que mostra o nome “MST” e continuam a marcha proferindo gritos de ordem como “Pátria livre! Venceremos!” “Reforma agrária quando? Já!”.

Depois, entram mais participantes pintados/as com as cores da bandeira do MST (vermelho, verde, branco e preto) fazendo uma espécie de dança acrobática e, ao final da performance, formam com os próprios corpos no chão a sigla MST (ao som de uma canção de luta deste movimento: “Conhecimento, sabedoria e o amor vai nos libertar [...] vamos fazendo a nossa história”). Todo o grupo se reúne e marcha mais uma vez, ao som da melodia do hino do Movimento Sem-Terra, com faixas escritas “Estudo e trabalho”, “Unidade”, entre outras bandeiras de luta do MST. Dando continuidade a encenação, outro grupo de pessoas, trajando a blusa, o boné e segurando a bandeira do MST, adentra no centro do ginásio ao som da música do MST “Brasil em fileira”.

Marchar novamente é preciso/ para manter a esperança/ do povo sofrido e cansado/ mas pra lutar não se cansa/ em frente ó povo sofrido, homens, mulheres, crianças/ o sonho não é utopia/ no tremular das bandeiras/ presta atenção meu país/ desperta pra realidade/ o que está acontecendo no campo e na cidade/ só a força popular mudará a sociedade.

Logo após, ocorre a dramatização de uma chacina. Rajadas de tiros atingem todos os *Sem-terra*, que caem em seguida no chão. Nesse momento, uma militante e um militante *Sem-terra* declamaram o seguinte texto:

Aqui, aqui, aqui, sobre vossos peitos persistimos como uma muralha. Famintos, nus, provocadores declamando poemas: NÓS SOMOS ESTE POVO! Somos os guardiões das sementes e da germinação. Semeamos ideias como FERMENTO DAS MASSAS. Os nossos nervos são de gelo, mas nossos corações vomitam fogo. Se tivermos sede, espremeremos pedras e comeremos terra se estivermos famintos, mas não iremos embora! Aqui, temos um passado, e um presente, e na luta está o nosso futuro, pois todos os que morreram no sangue, permanecerão vivos na lembrança. Todos os vivos que ceifaram o silêncio da impunidade e ecoaram no alto da guerrilha, hoje são as nossas canções de liberdade. Todos os corpos que encheram os campos de batalha, hoje, são os pilares da nossa luta. Todas as PALAVRAS EXILADAS, hoje, são os caminhos das nossas ideias. E todas as tentativas de impor ao povo e a vitória uma cerca serão para nós um pé a mais para marchar. Estamos aqui porque a luta continua; a GUERRA continua. Só se é permitido descansar quando a luta de nossos mortos se realizar por inteira, POR INTEIRA! Não pela metade, por inteira. Só se é permitido descansar quando a luta de nossos mortos se realizar por inteira, POR INTEIRA! NÃO PELA METADE, POR INTEIRA!!

A seguir, todos se levantam e se dirigem novamente ao painel e viram a página, deixando à mostra a expressão “solidariedade”, com imagens da luta do MST ao fundo da página. Todos seguem marchando com faixas escritas com “Vínculo com a base” e seguindo com bandeiras de outros países latinos como: Cuba, Venezuela, Bolívia, Paraguai, Chile, com a bandeira do MST, bandeira com a imagem de Che Guevara, ao som do hino “A internacional”. Depois, todos se dirigem ao painel mais uma vez e viram a página que deixa à mostra o lema atual do MST: “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!”. Em seguida, todos os participantes, portando facão, inchada, foice e os frutos da terra, desfilam no ginásio ao som da música do MST “Caminhos alternativos”, em que um dos versos é “amar a terra e nela botar semente/ a gente cultiva ela e ela cultiva a gente”. Todos seguem ritualizando o hino do MST e um casal representando a simbologia da bandeira do MST, que tem uma mulher ao lado de um homem com um facão na mão direita e um chapéu de palha na cabeça. Após o hino, todos batem palmas e afirmam os gritos de ordem: “Pátria livre! Venceremos!”, “MST! A luta é pra valer!”, “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!”.

Por fim, um militante *Sem-terra*, aparentando quase 40 anos de idade, lê o seguinte texto:

Companheiros e companheiras, é madrugada, escutem o barulho das porteiças arrebetadas e dos cadeados sendo estourados, é [sic] os *Sem-terra* que vem por aí, é o MST chegando. São 30 anos de luta, resistência e conquista [...] Companheiros e companheiras, nesses 30 anos de dedicação, de doação, nós queremos reconhecer aqueles militantes, aqueles companheiros e aquelas companheiras que, apesar das adversidade [sic], que apesar da[sic] dificuldades que enfrentamos não abandonaram as fileiras.

A mística foi encerrada com palmas e gritos de ordem. Como mencionei, esta mística procurou sintetizar os trinta anos de luta do MST. O primeiro tema que ela nos traz é que a luta pela terra no Brasil acontece desde antes da formação do MST. Mitsue Morissawa (2001, p. 57) nos diz que:

A **luta pela terra no Brasil** nasceu naquele mesmo instante em que os portugueses perceberam que estavam em uma terra sem cercas, onde encontravam tudo muito disponível. Os habitantes do local, então, diante de armas e intenções nunca imaginadas, teriam muito que lutar contra esse **verdadeiro caso de invasão**.⁵

Daí o motivo para, nessa apresentação, o MST trazer os índios e os quilombolas como agentes do processo da luta pela terra. O Movimento Sem-Terra é herdeiro das lutas dos índios contra os colonizadores. Ainda de acordo com Morissawa (2001), a “Guerra dos Bárbaros”, que se iniciou a partir de 1682, foi a revolta indígena mais longa e séria de que se tem notícia no Brasil. Empreendida pelos índios cariris na região Nordeste, especificamente, nos vales dos rios Açu (atual Piranhas) e Jaguaribe, durou cerca de vinte anos. Os envolvidos eram os bandeirantes Domingos Jorge Velho (conhecido pelo enfrentamento contra o Quilombo dos Palmares) e Matias Cardoso de Almeida.

De acordo com o autor, os indígenas portavam armas de fogo conquistadas em combate ou negociadas com piratas que subiam o Açu. O confronto terminou com o massacre dos Cariris. A resistência dos negros (na mística apresentada pela capoeira) na luta contra os Portugueses também é referência para os *Sem-terra*. Entendidos como sociedades alternativas criadas pelos escravos negros que fugiam das torturas da escravidão, os quilombos se tornaram símbolo da luta pela liberdade.

Nele[s] não existiam nenhum grande proprietário. Todos trabalhavam em cooperação, eram livres e iguais. Desenvolviavam a agricultura, a criação de animais e o artesanato, chegando, em algumas ocasiões, a comerciar com os brancos. Os líderes, os reis, eram escolhidos democraticamente (SCHMIDT, 1997, p. 47).

O quilombo mais conhecido foi o de Palmares, que se consolidou como a junção de vários outros quilombos, em 1629. Segundo Morissawa (2001), Palmares chegou a reunir aproximadamente vinte mil habitantes e situava-se em uma serra

⁵ Grifos do autor.

localizada entre Pernambuco e Alagoas. Consta que os quilombos resistiram por mais de 60 anos e fizeram com que várias expedições militares, enviadas pela coroa portuguesa e pelos latifundiários, fracassassem em suas tentativas de destruição. No dia 20 de novembro de 1695, um exército comandado por Domingos Jorge Velho, aniquilou Palmares e seu líder Zumbi. Essa data é comemorada como o Dia da Consciência Negra, simbolizando a resistência e a luta contra o racismo no Brasil.

Além da resistência negra e da indígena, somam-se mais dois movimentos de camponeses na luta pela terra, a luta do Arraial de Canudos e a das Ligas camponesas. A primeira aconteceu no final do século XIX, na região Nordeste, em um contexto que predominava a miséria, nas zonas rurais brasileiras, como consequência direta da violência por parte dos coronéis e da crescente concentração de terras nas mãos dos latifundiários⁶. Nessa região, a situação se complicava ainda mais com as secas periódicas. Sem esperanças no governo, os camponeses nordestinos peregrinavam pelo sertão em busca de soluções. Nesse cenário, surge o beato Antônio Vicente Mendes Maciel, o “Antônio Conselheiro”, que com suas pregações começou a mobilizar pessoas na região de Canudos, na Bahia. Os frutos de tal mobilização renderam o “Arraial de Canudos”. Sobre a vida em Canudos, Divalte Figueira nos diz:

Em Canudos, os pobres do sertão encontravam solidariedade, conforto espiritual, abrigo e trabalho... O arraial vivia da agricultura e da pecuária, principalmente da criação de ovelhas e cabras, e o comércio de couro gerava os recursos necessários para abastecer a comunidade com compras feitas nos municípios vizinhos. Canudos, na verdade, criou uma alternativa de vida para as vítimas das injustiças sociais. (FIGUEIRA, 2000, p. 314-315)

Insatisfeitos com tal iniciativa, fazendeiros e governantes, sob o pretexto de que Antônio Conselheiro e seus fiéis pretendiam destruir a República e instaurar a Monarquia, enviaram para Canudos, em outubro de 1896, uma tropa de 100 policiais, que não tiveram êxito. Dois meses depois, o Governo Federal enviou uma expedição com 550 soldados, que também fracassou. Numa terceira tentativa, em março de 1897, foi formada uma expedição com 1300 homens, que também sucumbiu diante da resistência de Canudos. Em junho do mesmo ano, um exército de cinco mil soldados, apoiados por dezessete canhões, marchou em direção a Canudos. Foram quatro meses de resistência por parte dos habitantes da comunidade. Por fim, em outubro de 1897, o

⁶ Segundo Figueira (2000, p. 314), “[...] em 1920, dois terços das terras cultivadas no país pertenciam a apenas 5% dos proprietários rurais”.

arraial estava completamente destruído e grande parte da população morta, inclusive, Antônio Conselheiro.

A luta das ligas camponesas, no sertão de Pernambuco, também foi outra referência para o MST. No início da década de 1950, nesse estado, grande parte dos antigos engenhos estava sob a condução dos chamados “foreiros” (agricultores que utilizavam terras abandonadas por seus proprietários em troca de um “foro”, uma espécie de aluguel), situação muito comum no Nordeste daquele período. Segundo Morissawa (2001), no ano de 1955, os proprietários do Engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, aumentaram o aluguel do foro e tentaram expulsar os foreiros da terra, que passaram a se organizar em uma “Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco”, criando a “Liga Camponesa da Galiléia”.

Em poucos anos, novas ligas foram formadas em mais de trinta municípios de Pernambuco e outros estados do Nordeste, e de outras regiões do país. Eram comum os conflitos com os fazendeiros, nos quais vários trabalhadores morriam resistindo a expulsão da terra. Em 1962 vários encontros e congressos foram realizados reunindo representantes das diversas ligas. A essa altura, a consciência camponesa estava formada no sentido da luta em torno de uma **reforma agrária radical** (MORRISSAWA, 2001, p. 93 – grifo do autor).

Consta ainda que os camponeses resistiam na terra e chegavam a realizar ocupações de terras com o lema: “Reforma agrária na lei ou na marra”. Vale ressaltar que as Ligas camponesas existiram até 1964, quando foram colocadas na ilegalidade e perseguidas pela ditadura militar. Retomando a mística, podemos perceber que a história da luta pela terra no Brasil é a história da luta dos índios, dos negros e dos camponeses pelo acesso à terra. Essa luta travada contra os latifundiários e sua guarda armada desde o período colonial não cessou, apenas teve que ir se reconfigurando. Para Carlos Feliciano (2006, p.27), “a concentração de terras explica o porquê da não concretização de uma real reforma agrária no Brasil”.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* é fruto de 500 anos de luta pela terra. Famílias que, desde a época do “Brasil-colônia”, lutam para entrar na terra e viver com dignidade, “procurando enfrentar o modo capitalista de produção, resistindo à exploração e à expropriação. Executam experiências de desenvolvimento e de solidariedade [...]” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 12). Se o MST foi sendo formado na relação com estas lutas anteriores, e se os militantes *Sem-terra*, por conseguinte, têm tais lutas como referência, é possível que tais vozes de resistência

campesina habitem os corpos militantes *Sem-terra* e façam parte de seu sangue. A declaração de Roseli Caldart (2004) a esse respeito nos dá essa convicção. Diz ela:

Cada sem-terra de hoje carrega em si (ainda que não saiba disso) a herança rebelde de Sepé Tiaraju, de Zumbi dos Palmares, dos camponeses que lutaram em Canudos, Trombas e Formoso, Contestado, nas Ligas Camponesas. Assim como carregam a memória da repressão sofrida por todas essas lutas e o desafio de impedir que a destruição possa ocorrer de novo (CALDART, 2004, p. 108).

Caldart (2004) pontua ainda que o MST nasceu da articulação das lutas pelas terras retomadas, a partir do final da década de 1970, em praticamente todo o país, especialmente na região Centro-Sul. E, aos poucos, foram ganhando corpo em todo território nacional. Nesse processo de articulação inicial, foi muito significativa a participação de parte da Igreja Católica e das pastorais rurais, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT),⁷ e da Igreja Luterana, no sentido de contribuir para a sensibilização dos camponeses sobre a necessidade de se organizarem para que assim, pudessem lutar pelos seus direitos à terra.

De acordo com João Pedro Stédile e Bernardo Fernandes (1999), o surgimento da CPT significou também, a aplicação da “Teologia da Libertação”⁸ no contexto das lutas pela terra no Brasil. Desse modo, os padres, agentes pastorais, religiosos e pastores, em reuniões, missas e cultos, começaram a debater com os camponeses a necessidade deles se organizarem. Diz ele que a “Igreja parou de fazer um trabalho messiânico e de dizer para o camponês: ‘Espera que tu terás terra no céu’. Pelo contrário, passou a dizer: ‘Tu precisas te organizar para lutar e resolver os teus problemas aqui na Terra’ (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 20).

A CPT organizava encontros nos próprios estados dos agricultores sem-terra. Como resultado dessa articulação, realizou-se no período de 21 a 24 de janeiro de 1984, em Cascavel, no Paraná, o “I Encontro Nacional dos *Sem-terra*”, com 80 representantes de 13 estados. Ness encontro, os trabalhadores rurais sem-terra decidiram pelo nome da organização (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra), se

⁷ “Organismo pastoral da Igreja Católica, vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A CPT foi organizada em 1975, em Goiânia (GO), durante um encontro de bispos e agentes de pastoral, a partir de reflexões sobre a crescente onda de conflitos de terra que ocorriam nas regiões Norte e Centro-Oeste do País [...] Embora iniciada no Norte e no Centro-Oeste, estendeu suas atividades para quase todos os estados do Brasil. Atua em todas as dioceses em que há problemas de terra” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 19).

⁸ Corrente pastoral das Igrejas cristãs que reúne agentes pastorais, padres e bispos a fim de desenvolver uma prática religiosa voltada para a realidade social, tendo o marxismo como método de análise.

apropriando da forma como já eram representados na imprensa, como “Movimento Sem-terra”. O acréscimo do termo “trabalhadores” não foi só uma questão de nome, mas principalmente, ideológica. “Fizemos uma reflexão no sentido de que deveríamos resgatar o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade com classes diferentes e pertencemos a uma delas” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 47). Ainda no “I Encontro Nacional dos *Sem-terra* ” foram definidos os princípios organizativos, as formas de organização, a estrutura e as formas de luta (ocupação de terras improdutivas, marchas em BRs, ocupação de prédios públicos, como o do INCRA). Os objetivos foram pontuados através de uma plataforma contendo dez pontos, que mais tarde seria o Programa de Reforma Agrária Popular do MST. Assim,

O Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores e trabalhadoras rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil (MST-CE, 2009b, p. 08).

Importante ressaltar (e isso aparece também retratado na mística de abertura) que, nesse período em que surge o MST (fins da década de 70), o Brasil iniciava um processo de intensa mecanização da lavoura. Esse processo capitalista industrial toma conta da agricultura, formando uma sociedade rural complexa, composta de grandes proprietários de terra, uma pequena burguesia agrária, pequenos proprietários de terra e os camponeses sem-terra, que, “expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 17). Aliado a esse processo, temos também, nesse período, uma ampla mobilização pela democratização do país, com o ressurgimento das greves operárias (1978-1979) e as lutas contra a ditadura militar. De acordo com Stédile & Fernandes (1999), é nessa conjuntura que nasce o MST, pois os camponeses, diante das mudanças industriais que atingiram a lavoura, optam por “resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 17).

Retomando a história do MST apresentada na mística descrita anteriormente, registro que, após o 1º Encontro Nacional, esse movimento camponês foi se articulando em diversos estados e dessa articulação nasceu o 1º Congresso Nacional dos *Sem-terra*, realizado no período de 29 a 31 de janeiro de 1985, em Curitiba – Paraná, com a participação de 1.600 delegados de todo o Brasil. O cenário

socioeconômico, nesse período, é marcado pela queda da ditadura e pela instauração da “Nova República”, através do movimento “Diretas já”, que resultou na eleição (embora ainda indireta) de Tancredo Neves para presidente da República, sendo que o mesmo, por motivo de falecimento, foi substituído pelo seu vice, José Sarney.

Nesse cenário, a crise na agricultura se agrava. Esses e outros fatores fizeram com que os trabalhadores rurais vinculados ao MST criassem a convicção de que a reforma agrária só avançaria se houvesse “luta de massas”. Daí surgiu a palavra de ordem: “Ocupação é a única solução”⁹. Não demorou muito para que as ocupações se estendessem por todo o Brasil. Em Santa Catarina, cinco mil famílias de mais de 40 municípios ocuparam 18 fazendas improdutivas e com essa motivação o MST foi dando continuidade ao seu processo de expansão.

Retomando a mística do início desse capítulo, outros dois aspectos chamam nossa atenção, no que diz respeito ao uso de elementos simbólicos no MST, a bandeira e o hino do movimento. No que concerne ao primeiro elemento (a bandeira), podemos afirmar, juntamente com Stédile e Fernandes (1999), que ela surge em 1987, no 4º Encontro Nacional dos *Sem-terra*, em Piracicaba (São Paulo). Nesse encontro, foram discutidas várias propostas de tipos de bandeira para o movimento, que já havia se “territorializado” em quase todo o país (FERNANDES, 2000, p.95).

Segundo Stédile, o MST já vinha aprendendo, inclusive, na relação com a Igreja, “que em qualquer organização social [...] O que constrói a unidade é a ideologia da visão política sobre a realidade e o uso de símbolos, que vão costurando a identidade” (STÉDILE; FERNANDES, 1999, p. 32). Daí a preocupação com a dimensão simbólica da bandeira e, posteriormente, do hino e de outros símbolos que foram compondo as formas de vida, e, por conseguinte, os modos de ser/agir no MST. Nesse sentido, entendo que os/as primeiros coordenadores/as desse movimento social foram percebendo a importância da construção de uma “identidade própria”, que diferenciasse o MST de outros movimentos sociais. “Devagar, na medida em que o movimento foi crescendo, percebemos que deveríamos ter identidade própria [...]” (idem). Nesse cenário, surge a bandeira do MST:

⁹ As palavras (ou gritos) de ordem são ao mesmo tempo a materialização do atual momento sociopolítico vivido pelo MST apresentando para a sociedade suas bandeiras de luta e também “um instrumento de agitação e propaganda” (MST, 2014, p. 41). Textualmente se materializam em frases curtas e carregadas de sentido como “Lutar, construir Reforma Agrária Popular” ou MST! Essa luta é pra valer!”.

Figura 4 – Bandeira do MST fincada em frente ao INCRA-CE



Fonte: Elaborado pelo autor.

As cores, o mapa do Brasil, o trabalhador com facão em punho e a trabalhadora (que poderia ter um instrumento de trabalho em punho também, já que a luta é de trabalhadoras e trabalhadores), formam o símbolo da bandeira do MST. No entanto, a bandeira não é apenas um símbolo que apresenta a luta do MST no Brasil. De acordo com o Caderno de formação do MST-CE (2009b, p. 32), as cores e os desenhos que compõem a bandeira uma significação especial para os *Sem-terra* do MST. A cor vermelha pode ser entendida como “o sangue que corre”, ou seja, a “disposição de lutar pela reforma agrária e pela transformação da sociedade”. A cor branca promove o sentido de “paz”, de “justiça social para todos”. O preto tem uma significação de “luto”, uma homenagem aos trabalhadores/as que tiveram suas vidas ceifadas, lutando pela concretização da Reforma Agrária. A cor verde guarda “a esperança de vitória a cada latifúndio que conquistamos” (MST, 2007, p. 23).

O mapa do Brasil ilustrado na bandeira mostra “que o MST está organizado nacionalmente” e que a Reforma agrária deve se estender por todo o país. O facão tem a significação das “ferramentas de trabalho”, mostra também a resistência a partir da luta e ao ultrapassar o mapa, ele indica que a luta é internacional. E, finalmente, a imagem da trabalhadora e do trabalhador, apregoando “a necessidade da luta ser feita por mulheres e homens, pelas famílias inteiras”.

Ainda acerca da construção dos símbolos da luta do MST, temos o hino do MST que “surgiu cerca de dois anos após a bandeira” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 133), mais precisamente no 5º Encontro Nacional, em 1989, em Sumaré-SP. Onde foi realizado um “festival de músicas” para escolher o hino do Movimento *Sem-terra*. A letra vencedora foi composta pelo militante e teórico do MST-BA, Ademar Bogo. Depois de escolhida, a letra foi musicada e gravada (em forma de marcha), pelo Coral da Universidade de São Paulo (USP), sob a regência do maestro Willy de Oliveira. Vejamos a letra do Hino do Movimento (MST-CE, 2009,b, p.2):

Hino do Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra*

Letra: Ademar Bogo

Música: Willy C. de Oliveira

Vem teçamos a nossa liberdade
 braços fortes que rasgam o chão
 sob a sombra de nossa valentia
 desfraldemos a nossa rebeldia
 e plantemos nesta terra como irmãos!

Vem, lutemos punho erguido
Nossa Força nos leva a edificar
Nossa Pátria livre e forte
Construída pelo poder popular

Braço erguido ditemos nossa história
 sufocando com força os opressores
 hasteemos a bandeira colorida
 despertemos esta pátria adormecida
 o amanhã pertence a nós trabalhadores!

Nossa força resgatada pela chama
 da esperança no triunfo que virá
 forjaremos desta luta com certeza
 Pátria livre operária camponesa
 nossa estrela enfim triunfará!

O hino é vital para o MST, pois mostra para o/a trabalhador/a rural que o MST representa um movimento social camponês que luta por terra, reforma agrária e por uma sociedade sem opressões. Assim, quando os/as integrantes desse movimento social cantam o hino do MST “em posição de sentido, com os punhos cerrados, em sinal de resistência e combatividade. Entoan[do] a própria esperança. Sentimos a proximidade do dia da libertação” (BOGO, 2003, p.338). Pelo que observamos, os trabalhadores rurais sem-terra em luta são a corporificação da esperança, da vitória e da dor também na luta pela terra.

Lucíola Maia (2008) nos diz que “o hino é mais do que uma música, é um símbolo que, articulado à bandeira, ao boné, à camiseta [...] dos trabalhadores em marcha, contribui para formar a identidade do militante do MST nos aspectos sociais e políticos” (p. 40). Ainda sobre a força do hino e/ou das músicas do MST, segue um registro de campo que fiz ao acompanhar um dos cursos de formação do MST – O prolongado - em Fortaleza: “Hoje, em conversa com o militante Messias (Setor de Juventude), tomei conhecimento de algo muito importante sobre a função dos poemas e das músicas no MST. Segundo ele, ‘as músicas trazem a dimensão da luta de classe’” (Nota de campo registrada no dia 20 de outubro de 2014). Com base nesses dados, afirmo que o hino do MST, por exemplo, não é apenas um símbolo, mas parte da luta desse movimento social camponês por terra, trabalho e uma vida digna no campo.

Voltando ao que nos foi apresentado na mística de abertura, a fim de compreender agora a palavra de ordem “ocupar, resistir e produzir”, no âmbito do MST, pode-se dizer que ela é criada pelos *Sem-terra* no início da década de 1990, especificamente no 2º Congresso Nacional, que aconteceu no período de 08 a 10 de maio em Brasília. O congresso contou com cinco mil delegados vindos de 17 estados, onde o MST já estava organizado. A palavra de ordem “Ocupar, resistir e produzir” proposta desde o 5º Encontro Nacional, foi reafirmada, tendo em vista o contexto sociopolítico do Brasil nesse período – Governo Collor (1990-1992).

No tocante a questão agrária, esse foi o governo que mais reprimiu a luta do MST. “Para a questão agrária a política de Collor foi ‘porrete neles’, os sem-terra. Durante seu curto período na presidência, os trabalhadores rurais em luta só conheceram repressão” (MORISSAWA, 2001, p. 109).

O governo Collor, além de não fazer a reforma agrária, resolveu reprimir o MST. Acionou a Polícia Federal [...] essa repressão nos afetou muito, muita gente foi presa. Começaram a fazer escuta telefônica. Tivemos, no mínimo,

quatro secretarias estaduais invadidas pela Polícia Federal (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 69).

Diante desse contexto, “não mudamos a palavra de ordem, mas nos agarramos mais no ‘resistir’” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 54). Em síntese, neste momento da formação do MST, a ideia era “ocupar (sim, era necessário continuar), mas resistir (sobretudo) e produzir (nos assentamentos e acampamentos)” (MST-CE, 2009b, p. 20). Nesse período, o MST também foi se organizando internamente e se expandiu nacionalmente de forma consolidada. Como resultado do ato de resistir-produzindo, os/as integrantes do MST construíram o “Sistema Cooperativista dos Assentados (SCA)”, com objetivo de obter recursos para manter a chama da luta pela terra acesa. Ainda nesse momento de consolidação, os símbolos do MST, como o hino, a bandeira, o boné, as músicas, os poemas, o facão, a enxada, a foice, os frutos da terra, as palavras (e os gritos) de ordem ajudaram a construir uma unidade política entre todos os/as militantes *Sem-terra*. Essa unidade se materializou para mim, de forma mais visível, na marcha de protesto realizada como programação do 6º Congresso Nacional do MST.

2.2 A MARCHA NACIONAL DOS *SEM-TERRA* EM BRASÍLIA: CORPOS EM LUTA

Na tarde do dia 12 de fevereiro de 2014, em Brasília, realizou-se a Marcha dos *Sem-terra* do MST. A Marcha teve como objetivo denunciar a paralisação das políticas públicas voltadas para o campo, sobretudo, no que concerne ao assentamento imediato das mais de 150 mil famílias que estavam acampadas, por todo o país lutando por seu pedaço de chão. Esse ato político teve também o intuito de dialogar com a sociedade brasileira (quicá com todo o Brasil) sobre a necessidade da realização de uma reforma agrária popular e que essa deve acontecer no enfrentamento contra o agronegócio que tem predominado como modelo de agricultura nacional.

A Marcha com mais de 10 mil pessoas partiu do Ginásio Nilson Nelson (local do Congresso Nacional do MST) rumo à Praça dos Três Poderes, onde ficam o Supremo Tribunal Federal (STF), o Congresso Nacional e o Palácio do Planalto. O tempo estava com muito sol, muito calor, mas depois só restou o calor humano, porque o sol se escondeu para a Marcha passar. Os corpos militantes *Sem-terra* marchavam em cinco fileiras que quase não tinham fim, formando um mar vermelho na avenida que dá

acesso ao “Eixo monumental” nessa cidade. Eles ocuparam a metade da avenida, para que a passagem de carros, ônibus e motos ficasse livre. À frente da Marcha figuravam faixas com a palavra de ordem do 6º Congresso Nacional do MST “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular”.

Figura 5 – Marcha do MST em Brasília



Fonte: Elaborado pelo autor.

Todos os corpos que se movimentavam em marcha estavam vestidos de militantes *Sem-terra*. Eles usavam a blusa vermelha com o símbolo do MST, tinham em punho bandeiras do movimento e dos estados que representavam. Os militantes usavam o boné com o símbolo do MST ou um chapéu de palha, lenços vermelhos e bandeira da Via Campesina¹⁰. Nesse embalo militante, dois “trios elétricos” animavam a marcha. Um na frente, com metade dos participantes logo atrás, e o outro no meio da marcha, animando a outra metade dos militantes.

¹⁰ Organização internacional de trabalhadores rurais.

Figura 6 – Trio elétrico na Marcha do MST



Fonte: Elaborado pelo autor.

No trio principal, José Pinto de Lima, conhecido como “Zé Pinto”, um mineiro, cantador, poeta e militante do MST, tocava, cantava e animava a militância com canções da reforma agrária e as músicas do MST. As mais cantadas eram “Descobrimos lá na base”, “Floriô”, “Não vou sair do campo”, “Ordem e progresso”, “Só, só, sai reforma agrária”. Todos os integrantes marchavam e cantavam batendo as palmas das mãos em tom festivo. Seguem abaixo as letras das duas canções mais cantadas na Marcha:

I - Ordem e Progresso (Zé Pinto)

Este é o nosso país,

Esta é a nossa bandeira,

É por amor a esta Pátria Brasil

Que a gente segue em fileira

Queremos mais felicidade

No céu deste olhar cor de anil,

No verde esperança sem fogo

Bandeira que o povo assumiu

Amarelo são os campos floridos,

As faces agora rosadas.
Se o branco da paz se irradia
Vitória das mãos calejadas

Queremos que abrace esta terra
Por ela quem sente paixão,
Quem põe com carinho a semente
Pra alimentar a nação

A ordem é ninguém passar forme,
Progresso é o povo feliz.
A Reforma Agrária
É a volta do agricultor à raiz.

II - Só, só, sai reforma agrária (Gerson)
Só, só, sai, só sai Reforma Agrária
Com a aliança camponesa e operária

Nossa primeira tarefa é Ocupar
Toda terra produtiva
Nós queremos trabalhar

Nossa segunda tarefa é Resistir
Entrar bem organizado
Enfrentar pra não sair

Nossa terceira tarefa é Produzir
No trabalho coletivo
Colher muito e repartir.

Importante destacar que, como atestam Caldart (1987, 2004), Bogo (2002, 2003) e Stédile (1999), a música (juntamente com os gritos de ordem) no MST tem funções de suma importância no fortalecimento da luta pela terra. Em síntese, essa “produção poética” (CALDART, 1987) que reúne músicas, poemas, gritos de ordem e

a própria mística do MST, realiza o que Bogo (2003) chama de “Pedagogia de animação das massas”, um ato que a um só tempo agita os/as militantes nas/para as lutas e que também constrói uma unidade política entre os/as integrantes do movimento social. O uso de recursos artístico-culturais no MST tem de fato uma dimensão política. Como nos diz Bogo (2003, p. 338), “[c]onseguimos através dos cantos e palavras de ordem, expressar nossos sentimentos e fortalecer a unidade nacional da organização. Sem ser imposto, tornou-se obrigatório cantar durante os eventos”.

Animados por essa mística de luta, a Marcha foi ocupando o centro de Brasília. As bandeiras do MST tremulavam sem parar mostrando a cor da luta dos/as trabalhadores/as rurais sem-terra; entre uma música e outra, gritos de ordem como: “Pátria livre! Venceremos”, “Se o campo não planta/ a cidade não janta!”, “Lutar, construir reforma agrária popular” rasgavam as gargantas dos corpos militantes em movimento. Dos trios vinha o comando “Pátria livre!” e os corpos militantes *Sem-terra*, das fileiras gritavam repetidamente (ao mesmo tempo em que tinham a bandeira do MST no punho direito, gesticulando a mão esquerda cerrada para cima dando um soco no ar) “venceremos!”. Já na metade do percurso após estas performances, outro militante (“Zé Roberto”) que estava em um dos trios disse:

É por isso que estamos aqui companheiros e companheiras de Brasília, chegando aqui em Brasília, neste 6º Congresso Nacional. Mais de 200 delegados internacionais de todos os países do mundo, que vieram comemorar conosco, os 30 anos do MST, mas vieram também dizer ao povo brasileiro, mas vieram também dizer ao Governo brasileiro que FAÇA A REFORMA AGRÁRIA, porque o *Sem-terra* quer trabalhar. É isso que o povo que está aqui de todos os mundo, vieram aqui para dar esse recado à sociedade brasileira: que esteje junto com os trabalhadores sem-terra, com as organizações do campo [...] É nesse sentido, que a gente está chegando aqui em Brasília, para denunciar, para denunciar este falso projeto que o governo está tocando na agricultura brasileira, que estão envenenando o campo, estão envenenando a nossa natureza [...] É uma grande desmoralização pra nós que compramos um produto caro e o veneno na mesa [...] hoje o Instituto do Câncer tem feito a sua revelação, nas suas pesquisas em 2013, que mais de quinhentas pessoas morreram em 2013 envenenada, ou seja, mais ou menos cada brasileiro teve por ano mais de cinco mil litros e meio de veneno porque o agronegócio está destruindo toda a nação brasileira e que está envolvido com estas plantações que vem com veneno. VENENO NA MESA, ISSO É UM CRIME! Nós convidamos a população de Brasília a [...] se reunir com a gente, com a luta operária!

A marcha seguiu em direção à Praça dos Três Poderes e, no percurso, passou por lugares simbólicos para a luta dos *Sem-terra*. A Embaixada dos Estados Unidos e de Portugal no Brasil, por serem símbolos do poder imperialista foram alvos da Marcha. Os corpos militantes pareciam, por vezes, cansados, mas as músicas e os

gritos de ordem os estimulavam e logo a marcha se renovava. Com o passar das horas, tomando as ruas de Brasília, helicópteros da polícia começaram a sobrevoar a marcha numa espécie de vigília, Em contrapartida, o MST conseguia o apoio e o reconhecimento da população local. Da varanda de seus prédios, moradores deixavam à mostra bandeiras do MST e nas ruas, mulheres e homens diziam “muito bem!”.

Enquanto isso, os mais de 10 mil *Sem-terra* seguravam cartazes com “Os povos indígenas apoiam a Reforma agrária”, “O MST apoia a demarcação das terras indígenas! PEC [Projeto de Emenda a Constituição] 215/2000/ Arquivamento já!”, “Agrotóxico mata!”, “Se o campo não planta/ a cidade não janta!”, entre outras bandeiras de luta. Depois de mais de três horas de caminhada, finalmente, a Marcha chegou ao seu destino final. Todo o espaço da Praça dos Três Poderes foi ocupado. Só se via o mar de corpos e bandeiras vermelhos.

Figura 7 – Ocupação da Praça dos Três Poderes pelo MST



Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao chegarem à Praça, os militantes se dividiram em duas grandes concentrações. Uma em frente ao STF e a outra, em frente ao Palácio do Planalto (Sede da Presidência da República). Enquanto a guarda oficial de ambos os espaços já se concentrava também no local, montando um “cordão de isolamento” com cercas de ferro, os *Sem-terra* em luta, que estavam no STF, levantaram uma faixa de lona preta com a legenda “1600 camponeses assassinados! Cadê a Justiça!” e cantaram e gritaram palavras de ordem.

No entanto, o momento tenso da Marcha aconteceu do outro lado, em frente ao Palácio do Planalto, onde os militantes *Sem-terra* segurando cruces de madeira e proferiram gritos de ordem, tais como: “MST! A luta é pra valer!”, “Se o campo e a

cidade se unir a burguesia não vai resistir!”. Outrossim, militantes *Sem-terra* descarregaram, de um dos ônibus da marcha, longos pedaços de madeira, lonas pretas e começaram a montar barracas para simbolizar os assassinatos ocorridos no campo, em virtude da luta pela Reforma Agrária.

Naquele momento, a polícia iniciou um confronto, utilizando bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha contra a multidão. Eu me apavorei e com a câmera na mão saí correndo. Quando a fumaça se desfez, vimos alguns corpos feridos no chão. Não demorou muito para a ambulância do SAMUR chegar ao local e prestar assistência aos militantes. Após o atendimento, o movimento regressou ao Ginásio da forma como a Marcha começou, ou seja, marchando, cantando e lutando.

Diante dessa descrição, podemos dizer que a Marcha, enquanto um dos jogos de linguagem constituintes do 6º Congresso Nacional do MST, contribui para a produção de identidades militantes no MST e isso acontece à medida que as Marchas encarnam a luta e a resistência desse movimento. Como diz Maia (2008), as marchas funcionam como um espaço de resistência nesse movimento social. Em suas palavras, “[a]s marchas [...] são estrategicamente utilizadas para os militantes resistirem na luta.” (MAIA, 2008, p. 60). E foi essa resistência que vi e senti nos corpos que lutavam marchando ou marchavam enquanto lutavam, na tarde daquele dia 12 de fevereiro.

Há na (trans)formação do MST um histórico de marchas, pois ela é uma das formas de luta dessa organização camponesa. Entre as que mais se destacaram, temos a que foi organizada em 1997 - “Marcha Nacional por Emprego, Justiça e Reforma Agrária”. Essa marcha foi composta por vários trabalhadores rurais assentados e acampados das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do país. No dia 17 de fevereiro daquele ano, uma caminhada percorrendo cerca de mil quilômetros até Brasília, chegando no dia 17 de abril, na capital do Brasil. A chegada foi celebrada com um grande ato público, aglutinando diversos setores da sociedade. Mais de 100 mil pessoas participaram do ato. Stédile (1999, p. 152) fala sobre o objetivo da Marcha: “fizemos a Marcha para estabelecer um canal de comunicação com a população, num momento em que o governo de FHC [Fernando Henrique Cardoso] procurava nos isolar da sociedade”. A Marcha procurou também reivindicar a punição dos responsáveis pelo “massacre de Eldorado dos Carajás”, bem como, celebrar, pela primeira vez, o “Dia Internacional da Luta Camponesa”, proposto pela Via Campesina, em memória dos trabalhadores rurais assassinados naquele massacre.

Para situar o/a leitor/a, a marcha citada ocorreu após dois acontecimentos marcantes na trajetória do MST. Um deles foi o 3º Congresso Nacional dos *Sem-terra*, realizado entre os dias 24 a 27 de julho de 1995, em Brasília. Um dos objetivos do congresso era “levar a reforma agrária para a opinião pública e apresentar as reivindicações ao governo federal” (MORISSAWA, 2001, p. 151). Na época, tratava-se do governo de Fernando Henrique Cardoso, que retomou o programa de privatizações iniciado na época do governo de Fernando Collor de Melo (1990-1992), intensificando-o com a sua política neoliberal, que em linhas gerais, caracterizou-se como “um modelo de desenvolvimento [...] que defende a completa subordinação da economia nacional aos interesses do capital financeiro internacional e a abertura de nosso mercado para as empresas multinacionais [...]” (MST, 2001, p. 13). Tal política se materializou, principalmente, através de privatizações de empresas estatais como a Companhia Vale do Rio Doce e do setor de telecomunicações. Sem falar dos impactos desse tipo de política econômica na agricultura familiar.

Segundo uma publicação do MST, nesse modelo “não há espaço para a agricultura nacional. Sua implantação representa a completa marginalização do setor agrícola brasileiro” (MST, 2001, p. 16). Ora, nessa conjuntura, os dirigentes do MST perceberam que tinham que avançar em suas lutas, enfrentando o neoliberalismo do governo FHC e, em contrapartida, ganhando o consentimento da sociedade, fazendo com que a luta pela reforma agrária fosse abraçada por todos os/as brasileiros/as. De modo que, no 3º Congresso Nacional dos *Sem-terra*, a palavra de ordem foi “Reforma agrária: uma luta de todos!”, com o propósito de “conscientizar a sociedade de que seria necessário um conjunto de forças para forjar a reforma agrária no Brasil e que esta não era apenas um problema dos *Sem-terra*” (MST-CE, 2009b, p. 22).

Além do 3º Congresso Nacional, o outro importante acontecimento, que contribuiu para o apoio da sociedade em relação à luta do MST no Brasil, foi o “massacre de Eldorado dos Carajás”, no Pará, em 1996, que este ano, completou 20 anos. De acordo com Morissawa (2001, p. 156), o conflito se deu com mais de mil famílias sem-terra que estavam acampadas na beira da rodovia PA-225. As famílias reivindicavam a desapropriação da fazenda “Macaxeira”, próxima ao município de Eldorado dos Carajás. Em resposta, o Governo do Estado enviou 155 policiais militares que chegaram lançando bombas de gás lacrimogêneo e atirando com metralhadoras. Vejamos o que o “Jornal *Sem-terra*” nos diz sobre este fato:

Em 17 de abril de 1996, 155 policiais militares do Pará cercaram as 1.500 famílias *Sem-terra* que reivindicavam a democratização da terra. Os soldados executaram 19 companheiros e feriram outros 69 no trecho conhecido como curva do 'S', na rodovia PA-150. Depois de julgamentos turbulentos e denúncias de fraudes, os 144 policiais incriminados foram inocentados e apenas dois comandantes condenados (JORNAL *SEM-TERRA*, 2006, p. 8).

A repercussão na mídia foi imensa, a tragédia foi noticiada nos jornais, sites, rádio e telejornais. Ainda hoje, os policiais executores e os coronéis que coordenaram toda a operação não foram punidos (Cf. NEPOMUCENO, 2007).

Com a força acumulada, no 3º Congresso Nacional, e indignados/as com o assassinato dos 19 *Sem-terra* no Pará, foi que o MST organizou a grande Marcha a Brasília, em 1997, reivindicando justiça, terra e trabalho. O cenário socioeconômico do país, um ano após a marcha de 1998, é desolador. A política neoliberal de FHC, que foi reeleito nesse período, não conseguiu resolver os problemas socioeconômicos da sociedade brasileira: desemprego, inflação em alta, pobreza, aumento da violência no campo e na cidade, entre outros. As consequências foram as crises que geravam cada vez mais desempregados, tanto na cidade como no campo. Isso fez com que a população ficasse cada vez mais indignada. Por outro lado, o governo acelerou as privatizações das empresas estatais entregando o mercado nacional para empresas multinacionais. Isso fez com que o setor público agrícola ficasse totalmente sucateado.

Nesse cenário, o MST realiza o seu 4º Congresso Nacional dos *Sem-terra*, no período de 7 a 11 de agosto de 2000, em Brasília – DF. Com mais de 11 mil *Sem-terra* vindos dos 23 estados onde o MST estava organizado. Como a concentração de terras continuou aumentando, uma vez que não apenas o fazendeiro (latifundiário) detém o monopólio das terras, mas empresas multinacionais, como Basf, Monsanto, Cultrale, Syngenta, Aracruz Celulose, Del Monte e outras, a palavra de ordem a partir desse congresso foi “Reforma agrária: por um Brasil sem latifúndio”. Essa frase reflete o momento histórico da formação do MST. Uma palavra de ordem que redirecionou as ações do Movimento Social até 2007, quando já no governo de Luís Inácio Lula da Silva (Lula), o MST realiza o seu 5º Congresso Nacional, no período de 11 a 15 de junho de 2007. Com mais de 17 mil trabalhadores/as *Sem-terra* vindos dos 24 estados em que o MST se encontra organizado. Participaram também, 181 convidados internacionais, representando 21 organizações camponesas de 31 países e, muitos amigos e amigas do MST. A palavra de ordem desse Congresso foi “Reforma agrária: Por Justiça social e soberania popular” que manifestou a percepção do Movimento

social camponês, de que só haverá justiça social se acontecer uma ampla reforma agrária que democratize o acesso à terra, elimine a pobreza no campo e faça com que a população brasileira possa exercer sua soberania alimentar e energética, sem a intervenção de empresas transnacionais.

Para compreender o cenário atual (2015), em que tem se dado a luta do MST e entender a formação de identidades militantes, precisamos entender que a abertura do mercado nacional para empresas transnacionais desde o governo Collor, passando por FHC e mais recentemente nos Governos de Lula e Dilma Rousseff, teve várias implicações para o modelo brasileiro de agricultura.

O Brasil vive de maneira intensa uma disputa de dois projetos distintos e contraditórios para a agricultura. De um lado, o modelo do agronegócio, que de acordo com Guilherme Delgado (2012, p. 94), “é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade fundiária”, isto é, uma aliança entre os grandes proprietários de terra, fazendeiros e latifundiários com as empresas transnacionais atuantes no Brasil. Segundo documento do MST-CE (2009 c, p. 1), “o modelo do agronegócio se baseia no monocultivo de grandes extensões de terra, em larga escala. Usam mecanização intensiva e agrotóxico, expulsando mão de obra”.

Se retomarmos a Marcha do 6º Congresso do MST, especificamente a denúncia que seus militantes fizeram de que “o agronegócio está destruindo a nação brasileira”, que “estão envenenando o campo e a natureza [...] veneno na mesa”. Ainda se observarmos os gritos de ordem “veneno mata!” e “Basta de morte!” usados nesse protesto nacional, podemos entender que eles têm o intuito de combater as práticas promovidas por esse modelo desumano de agricultura. Citando ainda o caso do assassinato do líder comunitário e ambientalista José Maria do Tomé (Zé Maria), da Comunidade do Tomé, aqui no Ceará, na Chapada do Apodi (Limoeiro do Norte). De acordo com o Jornal Brasil de Fato, na pessoa do Advogado Cláudio Silva, um dos correspondentes deste jornal no Ceará,

Zé Maria foi assassinado com mais de vinte tiros, à queima roupa, próximo a sua residência, na comunidade de Tomé, zona rural de Limoeiro do Norte (CE). O defensor de direitos humanos destacou-se na luta contra a pulverização aérea de agrotóxicos, na Chapada do Apodi, Ceará. Essa atividade, promovida por grandes empresas do agronegócio, causa a contaminação da água, plantações e solo das comunidades da região. Além disso, provoca diversas doenças nos trabalhadores das empresas e moradores. Essas denúncias encontraram repercussões em ações judiciais, procedimentos do Ministério Público (Estadual, Federal e Trabalhista) e em inúmeras pesquisas acadêmicas. (SILVA, 2014, p. 02)

De acordo com o jornal, a Justiça Estadual de Limoeiro do Norte decidiu que os acusados desse crime deverão ir à Júri Popular. Alencar (et. al, 2015, p. 161), registra que, em continuação a luta de Zé Mari, vários “militantes oriundos dos movimentos sociais do campo, setores da Igreja Católica vinculados à Teologia da Libertação, organizações de esquerda, ambientalistas e pesquisadores das universidades públicas (Universidade Estadual do Ceará - UECE e Universidade Federal do Ceará-UFC)”, fundaram o Movimento 21 (M21), em homenagem e memória ao dia do assassinato do referido ambientalista. O M21 busca, portanto, lutar contra o modelo de agricultura proposto pelo agronegócio e suas consequências, no que diz respeito ao uso massivo de agrotóxicos na Comunidade do Tomé e proximidades. Vale ressaltar que, uma das atividades desenvolvidas pelo M21 na Universidade Estadual do Ceará (Campus Limoeiro do Norte/FAFIDAM), desde 2010, tem sido a “Semana Zé Maria”. Uma semana com programação variada de debates a respeito dos conflitos socioambientais no Ceará.

Para fazer frente a esse modelo de agricultura conduzido pelo agronegócio no Brasil, o MST tem proposto a Reforma Agrária Popular, que em linhas gerais, começa com um projeto de agricultura familiar camponesa “que reúne mais de 4 milhões de famílias e de pequenos agricultores e assentados” (MST-CE, 2009b, p. 25). Ao contrário do agronegócio, “produzem [as famílias de pequenos agricultores e assentados] para o mercado interno, empregam 85% da mão-de-obra do campo, produzem 85% dos alimentos consumidos pelo povo brasileiro” (Idem ibidem). Esse modelo de agricultura popular foi sendo ampliado a partir da ideia de que uma reforma agrária popular não objetiva apenas a distribuição igualitária da propriedade da terra, mas também mudanças mais profundas na sociedade brasileira. Segundo um documento que faz o balanço das lutas e conquistas do MST, essa “proposta de reforma agrária se insere como parte dos anseios da classe trabalhadora brasileira de construir uma nova sociedade: igualitária, solidária, humanista e ecologicamente sustentável” (MST, 2010, p.43). Desse modo, o MST ((MST, 2010, p. 43)) formula o seu programa de reforma agrária popular contendo os seguintes objetivos:

- a)** Eliminar a pobreza no meio rural;
- b)** Combater a desigualdade social e a degradação da natureza que tem suas raízes na estrutura de propriedade e de produção no campo;

- c) Garantir trabalho para todas [sic] pessoas, combinando com distribuição de renda;
- d) Garantir a soberania alimentar de toda população brasileira, produzindo alimentos de qualidade e desenvolvendo os mercados locais;
- e) Garantir condições de participação igualitária das mulheres que vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso a terra, na produção e na gestão de todas as atividades, buscando superar a opressão histórica imposto [sic] às mulheres, especialmente no meio rural;
- f) Preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural que existem em todas as regiões do Brasil, que formam nossos biomas;
- g) Garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades de trabalho, renda, educação, cultura e lazer, estimulando a permanência no meio rural, em especial a juventude”.

A palavra de ordem proposta no 6º Congresso Nacional do MST “Lutar, Construir Reforma Agrária Popular!” sintetiza bem a luta atual dos trabalhadores rurais, que se *fazem*, linguisticamente, por meio de suas performances, militantes *Sem-terra*, na luta por uma reforma agrária popular. As palavras de ordem, no MST, têm uma força ilocucionária, que manifesta a eficácia pragmática dos atos linguísticos, nesse movimento social (RODRIGUES; SOUCA, 2010). As palavras de ordem, segundo Bogo (2003), são a simplificação do Programa de Reforma Agrária do MST, revelando “as intenções estratégicas, partindo das necessidades atuais” (BOGO, 2003, p.65).

Ao participar do Congresso Nacional do MST percebi que as palavras ou gritos de ordem são, ao mesmo tempo, a materialização: a) do atual momento sociopolítico vivido pelo MST; b) dos desafios e reivindicações deste movimento social no período histórico pelo qual a organização está passando; c) de “um instrumento de agitação e propaganda das ideias do programa para a militância, a massa [sic] e na sociedade brasileira em geral” (MST, 2014, p. 41).

Nesse sentido, LUTAR tem o sentido que embasa o próprio MST. Afinal, tudo “o que conquistamos é resultado de luta: realizamos luta pela terra, pela educação, por saúde, por crédito, para poder ter direito a produzir, comercializar, morar etc.” (MST, 2014, p.42). CONSTRUIR apontando para um constante processo de organização, luta, formação e mobilização dos militantes *Sem-terra* do MST e toda a sociedade brasileira. Construir a Reforma Agrária Popular “no combate ao latifúndio, à

monocultura agroexportadora, ao modelo do agronegócio, ao estado burguês, burocrata e corrupto” (idem, p.43). Por fim, REFORMA AGRÁRIA POPULAR “porque abrange a todas as forças e sujeitos que acreditam e necessitam de mudanças na sociedade. E somente poderá se realizar se construirmos uma grande aliança de toda classe trabalhadora. É uma reforma agrária para todo povo” (idem, p. 45).

Em 2016, o MST completou 32 anos de existência, organizando os/as trabalhadores/as do campo, lutando por terra, reforma agrária e por mudanças sociais. O movimento atua hoje em 23 Estados e no Distrito Federal, organizando mais de 1,5 milhão de camponeses/as e ainda 100 mil famílias acampadas, nas beiras de estrada por todo o país, lutando pelo seu “pedaço de chão”. Em seus assentamentos, tem mais de 800 cooperativas e mais de 1.900 associações, onde os/as assentados/as trabalham de forma coletiva na produção de alimentos como: arroz, feijão, milho, leite, queijo, frutas, legumes e verduras. “Nessas unidades gera empregos, renda e impostos, beneficiando indiretamente cerca de 700 pequenos municípios no interior do país” (MORISSAWA, 2001, p. 167).

No Ceará, o MST completou, neste ano, 27 anos e está organizado em 70 municípios, contando com 26 mil famílias assentadas entre assentamentos federais e estaduais. O movimento já conseguiu mais de 180 projetos produtivos (“São José Agrário”) para esses assentamentos. No Setor de Educação, nacionalmente foram conquistadas cerca de 1800 escolas públicas nos acampamentos e assentamentos em todo o país. Mais de 8 mil trabalhadores/as jovens e adultos foram alfabetizados a partir do programa de alfabetização, em atuação desde 1998. Em relação a cursos técnicos e superiores, em parceria com a Universidade Estadual do Ceará e com a Universidade Federal do Ceará, através do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária), o MST-CE já formou várias turmas nos cursos de Pedagogia da Terra, de Serviço Social da Terra, Jornalismo da Terra, História, Direito, Veterinária, Agronomia, Administração e Geografia.

Em conversa com militantes deste Movimento social, em 2015, no Centro de Formação Frei Humberto do MST-CE, eles informaram que o movimento possui mais de 50 cursos em andamento em todo o Brasil. Desde 2005, o MST atua na formação de seus militantes também através da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), uma escola de capacitação técnica e de formação política da militância *Sem-terra* e de outros Movimentos populares latino-americanos. Ela funciona com trabalhos

voluntários e, nesse sentido, é concebida pelos militantes como uma universidade popular.

No entanto, é importante mencionar que atualmente muitas escolas do campo têm sido fechadas. Segundo a dirigente estadual Maria de Jesus, do MST-CE, para “denunciar o fechamento de cerca de 37 mil escolas pelo Brasil entre 2002 e 2013, o MST criou a campanha ‘Fechar escola é crime’, em 2011. As escolas fechadas vão contra a lógica de acesso ao conhecimento, são a negativa do direito à educação” (DE JESUS, 2014, p. 07). Portanto, o MST luta também por uma educação do campo.

Em termos de comunicação, desde 1989, publica o “Jornal *Sem-terra*”, com uma tiragem de 20 mil exemplares disponíveis em todas as regiões do país. O movimento também possui um site na internet (www.mst.org.br), através do qual busca difundir sua luta e conquistar apoio da sociedade em todo o mundo. Em alguns assentamentos do Ceará, por exemplo, já existem rádios comunitárias funcionando. São “04 rádios comunitárias livres e uma rádio poste” (MST-CE, 2009d, p. 4), como a do Assentamento 25 de maio, no município de Madalena. Sem falar no apoio e reconhecimento dado ao movimento por professores, pesquisadores, militantes sociais e jornalistas do Brasil e do exterior.

Entretanto, vale ressaltar algumas críticas feitas ao MST por estudiosos da reforma agrária no Brasil. Destaquei apenas quatro ponderações que se cruzam e desaguam na formação da subjetividade militante *Sem-terra*. Miguel Carter (2010), avaliando o que ele chama de “sucesso organizativo do MST” ressalta por um lado, a capacidade que o Movimento tem de promover o consenso através de debates internos e o processo de tomada de decisões de forma coletiva e, por outro, afirma que:

O Movimento sofre o risco permanente de se burocratizar e esvaziar as práticas participativas, de banalizar a mística e os instrumentos de luta, de sectarizar o processo de educação e perder o ímpeto pela mudança social do país. Além de tudo isso, há tradições do meio rural brasileiro, como o mandonismo, clientelismo, machismo e racismo, que não vão sumir facilmente entre os integrantes do Movimento (CARTER, 2010, p.321-322).

Essa crítica a respeito de uma tendência a burocratização no Movimento Sem-Terra encontra em Zander Navarro (2002), algo mais preciso. O autor aponta a existência de uma distância entre a base social e a agenda discursiva de ação social proposta pelos dirigentes do MST. Para ele, este último grupo é constituído “de seu corpo dirigente principal e seus militantes intermediários, diretamente ligados à

organização como seus funcionários” (p.191) e a base social é composta pelos assentados, pequenos agricultores, meeiros, posseiros e por famílias rurais pobres que estão pelos campos brasileiros visando à terra própria.

Tanto Carter (2010) quanto Navarro (2002) direcionam seus argumentos para a tese de que a medida que o MST foi se desenvolvendo internamente e adotando uma estrutura rígida disciplinada de organização, ele passou a assumir ou poderá assumir, no caso do raciocínio de Carter, uma estrutura muito próxima a dos partidos políticos e isso criou uma hierarquização entre seus integrantes.

Leite (2008), ao investigar os processos de subjetivação militante no MST, conclui que os dirigentes desse movimento social buscam, por meio de várias práticas sóciodiscursivas, implementar a efetivação de um modelo de militante *Sem-terra*. No entanto, segundo o pesquisador, há uma tensão entre essa busca de uma identidade *Sem-terra* e o modo como ela é significada pela “base social”, nos termos de Navarro (2002), no MST. Melo (2011, p. 117), corrobora com a ideia de um “perfil ideal de lideranças esboçado pelo MST”, afirmando que essa identidade é vista pelos integrantes do MST como homogênea, sem conflitos e sem contradições internas a sua própria constituição.

O que sustentarei mais adiante, no capítulo de análise, através das entrevistas realizadas com os/as militantes *Sem-terra* do MST-CE é que os próprios sujeitos *Sem-terra* em formação, ao vivenciarem os vários jogos de linguagem que materializam a luta desse movimento social, vão aprendendo e apreendendo uma metapragmática de resistência. Nesse momento, podemos entender essa expressão como um regime de uso da linguagem, que orienta a ação de suas performances corpóreo-discursivas em luta.

2.3. OS ENCONTROS ESTADUAIS DO MST-CE E A FORMAÇÃO DA MILITÂNCIA *SEM-TERRA*

Eu tomei conhecimento, através do militante Marcelo Matos, do Setor de Comunicação do MST-CE, que no período de 15 a 18 de dezembro de 2013 ocorreria o XXVI Encontro Estadual do MST, no município de Caucaia, a 15 km de Fortaleza. Naquela semana, eu tinha compromissos acadêmicos, mas ainda assim fui e consegui acompanhar os três últimos dias do encontro. Na manhã do dia 16 de dezembro daquele ano, dirigi-me até o ponto de ônibus, em Fortaleza, e entrei em uma “Topic”, nome

popular dos carros estilo furgão que transportam passageiros, na cidade de Fortaleza e no interior do Ceará. Cheguei ao local do encontro aproximadamente às 9h da manhã.

O lugar de realização do evento do MST era a sede da Empresa de Assistência Técnica de Extensão Rural do Ceará (EMATERCE), ligada à Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Ceará. Um terreno grande com um prédio central e, na época estava em desuso. As salas desabitadas serviram de alojamento para os *Sem-terra* do Ceará. Os integrantes do MST montaram uma estrutura com várias tendas unidas na parte central do terreno. Nesse local, ocorriam todas as atividades de formação, mística e demais atividades culturais do MST.

Figura 8 – Plenária do XXVI Encontro Estadual do MST-CE



Fonte: Elaborado pelo autor.

Como podemos observar, o lugar estava todo decorado com cores vermelhas e faixas com o símbolo do MST. Ao chegar, nesse local, escutei “Marquinho, você veio!?”. Era a voz de Sueli, uma das militantes que, na época, estava no acampamento Geraldo Onofre, coordenado pelo MST, em Quixadá. Eu a conhecia através da minha pesquisa anterior e após me abraçar, ela me conduziu ao local em que todos da brigada Luis Carlos estavam alojados.

Os encontros estaduais do MST são espaços de muita agitação, alegria, luta, formação política, avaliação, planejamento, mística, noites culturais, jornadas socialistas e também, não deixa de ser um momento de reencontro entre os/as *Sem-terra* de todo o estado do Ceará. No MST, a alegria, a paixão de lutar reina a todo o momento. Como nos disse Deusália, militante experiente desse movimento no Ceará, “é paixão pela luta, é tesão pela luta, é amor pela luta, é acreditar. ACREDITAR que a burguesia não pode nos vencer”¹¹. Esse “tesão pela luta” eu senti em cada espaço daquele encontro. Gritos de ordem entoados como se fossem um cd arranhado: “MST! Essa luta é pra valer”, Reforma Agrária quando? Já!”. As apresentações das místicas sempre terminavam com gritos de ordem que arrepiavam o corpo: “Ocupa ou não ocupa? Ocupa!” “Lutar, construir reforma agrária popular!”. Essas performances eram sempre seguidas do ritual de cantar o hino do MST. E nesse momento,

você levanta: PÁTRIA LIVRE! [gritando e gesticulando o braço esquerdo], você levanta aqui na tua fisionomia, tu mostra que tu tá acreditando, no teu PASSO, no que tu levanta tu traz a força ali. É pátria livre, a gente pensa e vê o teu corpo vai junto, o teu coração. Quando a gente vai, no hino do MST, que aquela: Vem lutemos punhos erguidos¹².

Cantar o hino do MST é um ato de compromisso com a luta pela reforma agrária popular. Importante ressaltar que o encontro esteve voltado para a preparação de todo o MST-CE para o 6º Congresso Nacional, realizado em fevereiro de 2014. Entre as atividades que acompanhei, no encontro estadual, destaco a assembleia de mulheres e o momento coletivo de estudo e planejamento das ações do MST para o ano de 2014.

No início da tarde do dia 16 de dezembro, na *plenária* - lugar dedicado as atividades de estudo no encontro - só ficaram as mulheres do MST e eu, homem, negro, militante e pesquisador. Ressalto essas dimensões de gênero, raça e classe porque percebi que elas interferiram em alguns momentos. Durante a pesquisa de campo, graças a minha condição de ser homem, quase não pude participar da assembleia de mulheres,

Retomando a maneira como aconteceu a assembleia mencionada, inicialmente, cerca de 80 mulheres se puseram de pé, formaram uma grande roda e

¹¹ Francisca Deusália, em entrevista concedida no dia 12 de novembro de 2015, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em Quixadá – CE.

¹² Deusália, 2015.

começaram a bater palmas e a cantar: “Somos militantes do MST/ essa luta é de todos e também de vocês/ se a onda agora é a gente ocupar, resistir e produzir em todo lugar. Rosa, Dandara, Margarida e Roseli, na luta pela vida, nós vamos resistir.” Ao final da música, a militante Sinthia, do Setor de Gênero do MST, que conduzia a assembleia, “puxou” o grito de ordem “Viva as mulheres do MST!” e as demais mulheres gritavam “Viva!”. Em seguida, a militante gritou “Sem feminismo” e suas companheiras respondiam “não há socialismo!”. Eu não me continha e gritava junto também, isso atesta o que um dos nossos entrevistados disse, que os gritos de ordem “chama[m] a pessoa mesmo para a luta. Além da mística nos chamar para participar da luta, os gritos de ordem vão fortalecendo”¹³.

A assembleia teve dois pontos principais. O primeiro foi referente à construção do ato 8 de março, Dia Internacional da Mulher. E o segundo ponto teve como preocupação discutir como as mulheres *Sem-terra* alcançariam a meta de levar 550 mulheres do MST-CE para o Congresso Nacional. Ainda houve relatos de militantes que desabafaram acerca dos efeitos da opressão de gênero vivida por elas nos assentamentos e acampamentos e das formas de lutar contra tal opressão. Uma das propostas foi a realização do Encontro de Mulheres do MST, que se realizou em março de 2014, logo após o congresso nacional do MST. O evento terminou mais uma vez com músicas e palmas e a música cantada foi “Sem medo de ser mulher” (MST, 2014, p.40).

Sem medo de ser Mulher

Pra mudar a sociedade do jeito que a gente quer

Participando sem medo de ser mulher

Porque a luta não é só dos companheiros

Participando sem medo de ser mulher

Pisando firme sem pedir nenhum segredo

Participando sem medo de ser mulher

Pois sem mulher a luta vai pela metade

Participando sem medo de ser mulher

Fortalecendo os movimentos populares

Participando sem medo de ser mulher

Na aliança operária-camponesa

¹³ Ivanildo Paz em entrevista em sua casa no assentamento Lênin Paz II (Ibaretama-CE), no dia 08 de outubro de 2014.

Participando sem medo de ser mulher
Pois a vitória vai ser nossa com certeza
Participando se medo de ser mulher

Através da observação participante percebi que existem gritos de ordem que surgem através das músicas do MST cantadas pelos/as militantes frequentemente, em suas atividades de luta, formação ou confraternização, como nessa assembleia de mulheres. E existem músicas de luta pela terra que se originam de gritos de ordem. Sobre essa relação dialética entre gritos de ordem e as músicas no MST, Ivanildo Paz nos disse que “[A]té de música, também surge dos nossos gritos de ordem [...] Tem muitos que surgem dos gritos de ordem né!? E tem também música, também que o pessoal que pensa os gritos de ordem; também surgem das nossas música.”¹⁴ É possível que o grito de ordem “Sem feminismo não há socialismo” tenha se originado da música acima, uma vez que os gritos de ordem são mais espontâneos na vivência dos/as *Sem-terra* na luta pela terra.

O segundo momento desse encontro estadual que quero comentar é o do “cochicho” nas brigadas. Um espaço de formação que aconteceu na tarde do dia 17 de dezembro, penúltimo dia do encontro, antecedido de uma avaliação que os dirigentes do MST apresentaram para todos os presentes e, em seguida, os referidos coordenadores orientaram que todos fossem, em suas brigadas, debater e elaborar propostas com o objetivo de responder a seguinte pergunta: “como podemos implementar a reforma agrária popular em nossos acampamentos e assentamentos?” Como eu estava junto a brigada Luis Carlos, participei da discussão dessa brigada.

¹⁴ Ivanildo Paz, 2014.

Figura 9 – “Cochicho” na brigada Luis Carlos



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta imagem estamos todos “cochichando”, isto é, conversando sobre os assuntos da brigada entre todos os membros presentes, cerca de 20 pessoas, incluindo alguns dos jovens que moram nos assentamentos e acampamentos que compõem a brigada Luís Carlos. Aqui, eu conheci o militante *Sem-terra* Ivanildo Paz (na foto, está de blusa social branca, calça preta e o boné do MST na cabeça), um dos coordenadores da referida brigada. E a partir desse encontro mantivemos contato; estabelecendo vários diálogos e fomos para o Congresso Nacional do MST.

Em outubro de 2014, Ivanildo me convidou para visitar um dos acampamentos coordenados por ele, o acampamento “Fonte de Vitória”, situado na BR-166, no município de Ibaretama, interior do estado do Ceará.

A fotografia abaixo foi tirada por mim, no dia 08 de outubro de 2014, em visita ao acampamento. No momento da foto os/as acampados/as estavam reunidos debatendo as tarefas do dia.

Figura 10 – Acampamento Fonte de Vitória (Ibaretama- Ceará)



Fonte: Elaborado pelo autor.

Alguns anos antes (2010) entrevistei a militante do MST-CE Lourdes Vicente, então dirigente estadual e coordenadora do Setor de Gênero desse movimento social. A respeito da vida no acampamento ela nos disse:

No acampamento [...] nós, você começa a participar. Então é o primeiro momento de [...] do nível de consciência [...] que você entra na luta a partir de uma necessidade, de ter um pedaço de terra. E aí, no acampamento você vai além disso, *you começa a viver algumas experiências coletivas* que vai alimentando o sonho, *que vão dizendo aqui é diferente dos outros lugares, aqui tem valores e tal* [...] Eu fiquei acampada oitos meses, aí depois teve o ‘despejo’ com a polícia, então nós, no acampamento, a gente pôde vivenciar tudo. Enfrentamento com a polícia, a fome, as lutas que a gente teve, as mobilizações que a gente participou como acampado e essa coisa de dizer assim: - *Eu não estou sozinha, eu agora sou um coletivo*. Eu [leia-se mulher, agricultora] agora sou *Sem-terra*, né (Lourdes Vicente em entrevista no dia 17 de maio de 2010, na Secretaria Estadual do MST-CE, Fortaleza).

O depoimento revela que a partir do momento que um/a trabalhador/a rural sem-terra começa a participar de uma ocupação de terra organizada pelo MST, ele/a começa a ter contato com os princípios, normas e valores alimentados por esta organização. A expressão “aqui é diferente de outros lugares” (de) marca bem que, no acampamento “existem valores”, valores humanos como o companheirismo expresso em “experiências coletivas”, em oposição a outras formas de sociabilidade gestadas no

modo de vida capitalista. Portanto, é primeiramente, através das práticas sócio comunicativas aprendidas e apreendidas no acampamento, que o MST começa a “promover um processo de formação política dos trabalhadores sem-terra” (LEITE, 2008, p.66).

Para entendermos melhor os modos de constituição identitária dos militantes *Sem-terra* é preciso refletir sobre como as famílias compostas de agricultores/as ou de trabalhadores/as pobres da cidade começam a fazer parte do MST. A revelação feita anteriormente pela entrevistada e também através da pesquisa de campo demonstra que o acampamento é o primeiro espaço para a construção dessa identidade marcada sempre pela luta. Através desse primeiro contato e na ocupação de terra, essas pessoas começam a conhecer e experienciar, por meio das vivências concretas nas lutas, nos acampamentos e assentamentos, a *forma de vida ser militante Sem-terra*. E dependendo do contexto de interação linguístico-social, que chamarei adiante de jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 1989) esse corpo militante *Sem-terra* pode ser marcado por várias identidades que circulam no MST.

Caldart (2004) demonstra que há uma multiplicidade de identidades sociais nesse movimento camponês. Segundo a autora, “podemos falar nos *Sem-terra* como sendo as mulheres *Sem-terra*, as crianças *Sem-terra* (os *Sem-terrinha*) ou os *Sem-terra* de origens étnicas e culturais diferentes; ou podemos falar dos *Sem-terra* acampados e dos *Sem-terra* assentados, e assim por diante...” (p.34). Através da pesquisa de campo percebi que essa pluralidade tem uma unidade que a sustenta – a luta pela reforma agrária. O MST consegue articular ao seu redor uma diversidade identitária enorme, mas ao mesmo tempo cria uma unidade na diversidade.

A própria forma como esse movimento social está organizado demonstra esta preocupação em manter uma unidade, principalmente, política e ideológica. E esta, geralmente, é potencializada nos encontros estaduais, congressos nacionais e cursos de formação política promovidos pelo MST. Nesses cursos, acampados/as e assentados/as vão aprendendo mais sobre a forma como o MST está estruturado internamente e também vão assumindo alguma função na organização. Paulatinamente, vão se tornando militante *Sem-terra*. Ao acompanhar o Curso Prolongado registrei, “de acordo com a explanação do militante Ricardo, ser militante *Sem-terra* é ter função/ ser responsável por algum ‘coletivo’, ‘setor’ etc.” (Nota de campo registrada no dia 28/10/2014).

Segundo Bogo (2003), no MST,

Há internamente a distribuição de tarefas, como sempre houve, em que cada dirigente é responsável por alguma área de extrema importância, que são chamados de setores. Para cada área são escolhidos coordenadores que não possuem mandato fixo, nem tempo determinado; o que vale é a capacidade e a eficiência no cumprimento das tarefas. Os setores sempre foram, como hoje, coletivos de pessoas que se dedicam a pesquisar, estudar, planejar e organizar àquela área de atuação. Podemos citar como prioritários, os setores de frente de massas, que é o coletivo encarregado de comandar as mobilizações; o setor de educação, que cuida da área escolar... (BOGO, 2003, p. 55-56).

O MST, portanto, se organiza politicamente através da direção coletiva e da divisão de tarefas distribuídas entre os militantes que por sua vez, estão vinculados a algum setor, direção ou coordenação. Ivanildo nos disse que uma das primeiras formas de organização do MST que o acampado, no processo de luta, tem acesso é a “nucleação de base”, conhecida no Movimento apenas pela sigla “NB”¹⁵. Diz ele que:

Tem a nucleação de base. Vamos dizer que um assentamento tem 48 família. Aqui, o [assentamento] Lênin Paz. Nós somos formados em 5 núcleo de base, em torno de 10 família por cada grupo, pra facilitar a discussão; a coordenação senta discute. Aí vem pros grupos, dos grupos vai pra assembleia pra facilitar a discussão lá nas assembleia, nos momentos de aprovação e tudo mais.

A organização dos militantes, por meio de NB's, é exercida em todos os espaços do MST, desde o acampamento, passando pelo assentamento, cursos de formação, encontros e congressos nacionais. A organização por nucleação é um esforço para efetivar o que Ivanildo nomeou de “mística da participação”, em que as crianças designadas por “Sem-terrinhas”, os jovens, as mulheres, os homens e os idosos se posicionam a respeito do planejamento e execução das atividades que constituem a luta do MST.

A seguir, a imagem de uma criança *Sem-terra* atuando como *Sem-terrinha*, uma criança militante, executando sua performance de luta, na mística de encerramento do XXVII Encontro Estadual do MST-CE.

¹⁵ Os “NB’S” ou “Núcleos de base” podem ser entendidos como uma forma de organização interna por grupos típica do MST que tem como objetivo principal a organicidade do Movimento nos acampamentos, assentamentos e em seus espaços de formação.

Figura 11 – Sem-terrinha atuando na mística de encerramento



Fonte: elaborada pelo autor

Ivanildo também nos disse que através do Movimento *Sem-terra* fez vários cursos técnicos, entre eles, o de técnico agrícola. Quando perguntado se ele exercia alguma função no MST-CE, relatou:

Hoje eu tô na direção estadual do MST. Na direção é a responsabilidade de coordenar os acampamentos, os assentamento. Tem um grupo de pessoas na região que faz parte da direção da brigada. São militantes que surgem dos acampamento e dos assentamento. São pessoas que contribuem pra que a história mude. O sistema [capitalista] que está hoje, ele não é bem vindo pra reforma agrária.

Podemos entender a narrativa de Ivanildo como formas linguístico-sociais que o fazem militante *Sem-terra* no MST. A sua trajetória de vida após conhecer o MST está diretamente relacionada às atividades de luta desse movimento social. Sobre a *tarefa* que cabe a ele executar, na função de dirigente estadual, afirmou o seguinte:

Nós buscamos a desapropriação da terra. Aquela terra que não [es]teje produzindo, que ela possa produzir, que os agricultores possam tirar o seu sustento, da sua família e que possa comercializar o restante que sobra. E a

outra coisa o assentamento reivindicar a situação da casa, da escola, da saúde, no desenvolvimento mesmo do campo.

Um dado curioso dessa conversa a respeito do que é ser militante *Sem-terra* é que Ivanildo estabelece uma espécie de distinção da militância no MST. Segundo ele, “na militância do MST, tem *peçoas ativa* e tem *peçoas compromissadas no seu próprio localidade (sic)*. Existe essa militância” (grifos meus). O que ele chama de “peçoas ativa” são os “militantes 24h” e as “peçoas compromissadas” com a sua localidade são os/as *Sem-terra* que realizam a luta no assentamento e/ou acampamento em que residem. Diz ele:

Nós tem militante que tá disponível 24h, que tá com a mochila mesmo e o boné na cabeça. Dizer: Ó, hoje tem uma ocupação na Chapada do Apodi, nós precisamos que esse militante se desloque até lá. Tem militante que só trabalha no assentamento, articula o assentamento pra ir pra uma luta. Ele tá mais presente no assentamento. E esse militante 24h tem que ter a tarefa e a responsabilidade de articular o seu assentamento e articular outros assentamentos, outros acampamento e outras comunidades se for necessário ocupar e tá a disposição da organização, do MST.

O que esses dados apontam é que a militância no MST é diversa e heterogênea e isso tem implicações para a maneira como percebemos e também como os militantes *Sem-terra* realizam linguisticamente a luta pela terra. Uma dessas implicações é que as músicas e as místicas, os gritos de ordem ritualizados com paixão nos momentos de luta, de formação ou de mística são amostras do que os militantes fazem com/na linguagem em seu cotidiano de luta. Quando indagado acerca da relação entre a luta do militante *Sem-terra* e os gritos de ordem e como essa luta acontece através dessas ações linguísticas, Ivanildo nos disse:

Assim, a nossa participação [...] acredito que esses gritos de ordem, eles é interessante. Ai quando fala também *Lutar, reforma agrária popular*, né. Tem vários gritos que eles chamam a pessoa pra lutar mesmo pelo uma nova sociedade [...] o grito de ordem ele faz parte da mística. Já faz parte da mística. O grito de ordem faz parte da mística. Tem vários gritos de ordem que é trabalhado naquele momento ali que chama a pessoa mesmo, pra luta. Além da mística chamar nós pra participar da luta, vem os gritos de ordem fortalecendo a militância buscando mesmo uma [...] *dá mais um passo a frente, nem um passo atrás*. Isso é que é interessante [...] *a reforma agrária é o povo quem faz*. Isso que é importante. Os gritos de ordem faz parte da mística, isso é interessante porque a mística tá na nossa militância, tá na nossa animação, os gritos de ordem, vamo dizer, na animação, no cantar de uma música, no final, no puxar do grito de ordem; é tudo isso aí continuidade da mística.

Um ponto a ser ressaltado nesse relato é o fato de nosso entrevistado apontar que há uma relação indissociável entre a mística e os gritos de ordem no MST: “O grito de ordem faz parte da mística”. Ao recordarmos que a “mística é a paixão que anima a militância” (PELOSO, 1994, p. 4), podemos afirmar que o fato dos “gritos de ordem faz[erem] parte da mística” demonstra um elo entre linguagem e ação social através da animação, do ânimo, da paixão que os militantes *Sem-terra* aprendem a ter pela sua causa – a reforma agrária popular – e ao manifestarem isso fortalecem toda a militância do MST.

Os gritos de ordem no MST, como nos diz Ivanildo são “a continuidade da mística”. Na verdade, os gritos encarnam a própria mística da luta pela terra conduzida com tanto amor e vigor pelos militantes *Sem-terra*. Corpos que muitas vezes sangram ou morrem em luta e, nesse momento, também a mística da resistência age sobre e na vida desses militantes. Quem nos revelou isso foi Francisca Deusália Afonso. Ela nos mostrou que a indignação que envolve a militância do MST se materializa no uso dos gritos de ordem e que esses são empregados de maneiras diversas nas ocupações, encontros, cursos e demais espaços de formação do *Sem-terra* militante.

Os gritos de ordem, ele mexe com a nossa fisionomia, ele mexe com o nosso jeito. Quando é de indignação. Cê pode ver a diferença, porque não dá pra ver. A diferença quando a gente diz assim: Sai um governo pra gente ver aqui fora ou Camilo [atual Governador do Ceará] sai daí, vem aqui nós estamos aqui pra te ver ou outra palavra de ordem não vou sair daqui tal [...] quando você grita essa palavra de ordem numa rua ela tem uma indignação. Uma indignação que aquele cara saia mesmo, que te atenda [...] Quando tu grita lá no acampamento “De quem é essa terra”? (gritando) é diferente. Então quando tu grita num encontro estadual “Venham para o encontro”, já é um encontro de saudação. Então, *cada vez que você puxa o hino, uma palavra de ordem, cada vez que você traz uma palavra de ordem, ela tem, ela vem envolvida de sentimentos. Seja de alegria, seja de satisfação, seja de indignação, seja de dor, seja de sofrimento, ela vem junto, o grito de ordem, ele vem junto. E ele vem junto dentro do coração, que é o mais forte. Ela faz isso. Ela mexe com você!* (Deusália)

Pelo que percebemos nesse fragmente, os gritos de ordem transitam em várias atividades promovidas pelo MST. Deusália nos diz que há diferenças entre os gritos de ordem que são proferidos em uma ocupação de um prédio público para os gritos de ordem que são realizados em um acampamento e ainda dos que agem num encontro estadual ou congresso do MST. Esses dizeres militantes são situados (SIGNORINI, 2008) culturalmente. Como explica nossa entrevistada, os gritos de

ordem mobilizados em uma Marcha diferem daqueles usados nos momentos de homenagem aos mártires na luta pela terra.

Um grito de ordem “Companheiro Zé Maria, presente! Até quando? Sempre, sempre, sempre!” não faz parte da performance corpóreo-discursiva que é realizada em um momento de enfrentamento. Esse grito de ordem, de dor, provoca também uma indignação, mas situado em outro uso que o MST faz da linguagem, em uma Jornada Socialista. Esse jogo de linguagem e sua relação com a forma de vida ser militante *Sem-terra* será abordado no ATO 4.

Voltando à participação da militante Deusália, afirmo que conheci essa militante *Sem-terra* faz quando eu cursava a graduação em Letras e integrava o movimento estudantil da UECE, quando participei, junto com outros militantes da UECE, do XIX Encontro Estadual do MST-CE, realizado no ano de 2007, no município de Itapipoca, no interior do Ceará. Eu fui apresentado a Deusália após uma das atividades do MST. Ela estava com sua filha Lenita e seu companheiro Claudemir e conversamos um pouco sobre a mística que tinha sido dramatizada antes do nosso encontro.

Em 2009, por conta de minha pesquisa de mestrado sobre a identidade do *Sem-terra* no assentamento e sua relação com a mística, voltei a contatá-la. Deusália me apresentou aos assentados do Lênin Paz II, em viveu por mais de 10 anos. Em minhas investigações sobre o MST, sempre quis entrevistá-la, por ela ser uma militante que encarna a mística, por ser uma das mais antigas do movimento no Ceará, por ter muitas histórias para compartilhar. No entanto, ela teve que ficar muito tempo fora do estado cursando o Bacharelado em Direito através do MST, em parceria com a Universidade Federal de Goiás. Somente durante o meu doutorado consegui entrevistá-la, ainda que de forma rápida. Conversamos, no início da manhã do dia 12 de novembro de 2015, no seu atual local de trabalho, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixadá. Uma das partes mais emocionantes de nossa conversa foi quando ela relatou um fato profundamente marcante em sua vida, o assassinato do seu filho de quatro anos de idade, na época em que ela e outros militantes residiam no acampamento, hoje assentamento Antônio Conselheiro, no município de Ocara. Com um tom de voz calmo, porém emocionado, ela desabafou:

Como é que nós consegue se levantar a cada queda? Como é que a gente consegue cantar, gritar palavra de ordi (ordem) [...] só quem consegue compreender é quem véve [vive] essa experiência dentro. Como é que você consegue, na morte do meu filho de quatro anos, como é que eu conseguia ir pro enterro, depois fazer uma ocupação em seguida, após 5 dias da morte do meu filho, que foi atropelado e morto pelo procurador do estado, então, como era que eu poderia tá numa ocupação no INCRA, com uma dor tão grande!? [...] pra nós, tudo pra nós vem em forma de injustiça. É a injustiça que tá aí [...] Eu sabia que ninguém iria preso. Sabia que nada ia trazer [ele] de volta, a única forma que eu tinha era lutar pela alfabetização do campo. Era lutar pela alfabetização das crianças. Que as crianças pudessem ter suas escolas dentro dos assentamento [...] A única coisa que eu podia homenagear que eu podia trazer de volta a luta do meu filho era quando os assentamentos tivessem creche e escola. Então, é isso que te leva a luta.

Nessa narrativa, Deusália relata um dos momentos mais difíceis de sua vida, a perda de seu filho. Ao mesmo tempo, mostra a sua força, pois apesar de magoada e “com uma dor tão grande” conseguiu “cantar, gritar palavra de ordem”, em uma ocupação do prédio do INCRA, em Fortaleza. Essa ocupação é parte de uma das jornadas anuais de luta do MST –CE para pressionar os governos estadual e federal. Como isso é possível? De onde vem tanta força, tanta resistência para continuar lutando?

Ranulfo Peloso (1994, p. 3) afirma que a mística “é a alma do combatente” e seguindo esse pensamento, podemos dizer então que a pele que envolve a identidade do “combatente” é constituída por uma mística de resistência que, por sua vez, é alimentada pelo ato de se indignar. Para Bogo (2005), o ato de se indignar está relacionado com a mística dos *Sem-terra*, a medida que funciona como um “alimento ideológico”, que impulsiona o/a militante do MST para continuar na luta. “Indignar-se contra as injustiças e contra as atitudes de quem as comete” (p. 52) é uma virtude do ser humano militante, complementa Bogo.

No MST, o ato de se indignar transforma-se em ação, em movimento. A “indignação deve [...] tornar-se atitude, ação concreta de protesto e de defesa dos injustiçados” (BOGO, 2005, p. 54). Ao que parece, o ato de alimentar essa indignação permitiu que Deusália continuasse firme na luta. Palavras dela, “eu sabia que ninguém iria preso. Sabia que nada ia trazer [ele] de volta, a única forma que eu tinha era lutar pela alfabetização do campo. Era lutar pela alfabetização das crianças”. Deusália traz em sua performance uma das “qualidades imprescindíveis” do militante do MST, que é a capacidade de se indignar e ainda de homenagear as pessoas que morrem no contexto das lutas pela terra. Segundo nossa entrevistada,

É essa mística que faz com que você se levante na maior das dores, que faz com que você caminhe uma passo, você caminhe dois mil, que faz com que você conquistou ali três assentamento, você conquiste mais [...] Então, essa mística, essa força estranha, esse mistério que envolve a gente que tá dentro e quem véve [vive] ao redor, porque quem tá ao redor tá sendo contagiado sem saber por que, mas só depois você vai entender, isso é a mística que anima as nossas vida, que anima os nossos espaços que nos joga pra frente (Deusália).

Pelo que vivi junto aos militantes do MST, participando de suas atividades de militância, essa mística se manifesta de várias formas e uma delas é através dos gritos de ordem. Nas diferentes instâncias de luta surgem gritos de ordem que ao serem enunciados performatizam, materializam a luta do MST contra o fechamento das escolas do campo em todo o Brasil, por exemplo. Como nos revelou Ivanildo Paz “tem grito de ordem que é referente à nossa educação”.

Uma situação em que percebi a atuação desses gritos de ordem nos espaços de formação do MST foi no dia 11 de dezembro de 2014, dia de apresentação dos seminários temáticos sobre a história de vida e luta de “lutadores do povo” pelos/as jovens militantes *Sem-terra* que participaram do curso de formação de militantes denominado “Prolongado”, realizado na sede da Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), em Fortaleza, pelo MST-CE, entre os meses de outubro e dezembro de 2014.

Nesse dia, além dos militantes *Sem-terra* em formação, estavam presentes no curso outras mulheres e homens do MST que participavam no mesmo dia, em outra sala da ENFF, do curso sobre educação do campo. Antes da apresentação dos educandos do prolongado houve o que os militantes *Sem-terra* chamam de *formatura dos NB's*. Um tipo de ritual de animação antes das atividades de estudo em que os educandos, trajando a blusa e o boné do MST, ficavam enfileirados e proferiam o grito de ordem escolhido por eles/as para representar a turma.

O grito de ordem daquele dia foi “Carlos Marighella/ luta e rebeldia/ juntando a juventude pra acabar com a burguesia!”, porque o nome da turma era turma Carlos Mariguella, em homenagem ao guerrilheiro baiano.

Figura 12 – Jogo de linguagem Formatura dos NB's



Fonte: Elaborada pelo autor.

Em seguida, a turma de Educação do campo “puxou” também gritos de ordem. Uma das mulheres *Sem-terra* que constituía o grande círculo gritou “Cercas no chão/ O povo vai ver/ a nossa tarefa é acabar com o latifúndio do saber” e todos a seguiram na performance com o punho esquerdo para o alto gritando três vezes. Depois, mais um grito, “Educação do campo/direito nosso e dever do estado!”. Tais gritos de ordem, como nos disse Deusália, não são criados à toa, “toda a palavra de ordem, ela ser criada, ela tem um objetivo por trás”, isto é, os gritos de ordem se configuram como uma forma do MST apresentar linguisticamente suas lutas e reivindicações.

Se observarmos os dois gritos de ordem relativos à luta pela educação do campo perceberemos que o primeiro retoma, através da significação que a palavra “cerca” tem no contexto da luta pela terra. Cerca é um tipo de espécie de barreira, portanto, a ideia de que derrubar a cerca que demarca a propriedade, na luta empreendida pelo MST, não basta, pois é preciso também derrubar a cerca do latifúndio do saber, do monopólio do saber, expressa na atitude dos governos estaduais e federal ao fecharem as escolas do campo.

Segundo a militante Neidinha, que ministrou uma das oficinas no prolongado, mais de 42 mil escolas foram fechadas nas áreas rurais do país. Então, isso explica os integrantes do curso de educação do campo gritarem reivindicando que a

reforma agrária popular se faz não só rompendo as cercas do latifúndio, mas também através do rompimento do latifúndio do saber.

Após essa minha performance etnográfica a respeito da história de formação do MST e de vários outros eventos e aspectos que atravessam a identidade militante *Sem-terra*, passo agora para a explicar a articulação teórica que utilizo para investigar as performances corpóreo-discursivas como constituintes de uma Pragmática dos corpos no MST.

3. ATO II – POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA EMANCIPATÓRIA

3.1. DE MILITANTE A LINGUISTA APLICADO MILITANTE

A ciência pensa a vida e, como tal, pensar *sobre* a vida não elimina pensar *em* vida [...] Pensar sobre indica distanciamento; pensar *em* indica o mergulho. No entanto, ambas as posições comungam no pensar: não há como excluir ramos de uma mesma teia (RAJAGOPALAN, 2003, p.13 – grifos do autor).

Partindo da premissa que ciência e vida não se separam (MARTINS FERREIRA, 2014), começo este capítulo com a seguinte pergunta: O que um linguista aplicado fazia participando do 6º Congresso Nacional do MST? Acompanhando cada momento, cada mística, cada grito de ordem, marchando junto dos militantes *Sem-terra*, nas ruas de Brasília, participando da reunião de planejamento da Jornada Universitária em defesa da Reforma Agrária que ocorreu nesse evento?

Eu realizei uma etnografia do MST nesse Congresso e em outros espaços desse movimento, mas não foi só isso que fiz. Ao etnografar, eu também militava junto deles/as. E é dessa militância que tratarei nesse capítulo, uma militância no campo da Linguística Aplicada (LA), reivindicando uma LA emancipatória.

Rajagopalan (2010, p. 14) afirma que “todos nós, pensadores, cientistas – todos sem exceção -, temos nossas trajetórias de vida, que de alguma forma influenciam as nossas ideias” (RAJAGOPALAN, 2010, p. 14), isto é, todos nós temos uma história, uma trajetória de vida e este percurso nos acompanha também no ato de pesquisar, portanto, considere minha ação de pesquisa em LA como uma ação militante. De modo que, cada vez que gritava “Reforma Agrária! Rumo ao Socialismo!” junto dos/as militantes da brigada do MST-CE, sentia-me, não apenas como um linguista aplicado, mas um linguista aplicado comprometido com uma ciência da linguagem com fins emancipatórios (RAJAGOPALAN, 2009). Mas antes de desenvolver essa ideia, quero apresentar minha trajetória como militante social e linguista aplicado.

A partir do momento que ingressei no Curso de Licenciatura em Letras - habilitação Português/ Literatura, da Faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central (FECLESC), unidade da UECE, em Quixadá, no ano de 2004, tive acesso a uma diversidade de atividades, entre elas, a militância no movimento estudantil. Participei ativamente da luta por uma educação pública, gratuita, de

qualidade e comprometida com o projeto de uma sociedade digna de se viver. Lutei nas duas primeiras greves das universidades estaduais do Ceará (2005 e 2007). Lembro-me que no dia 09 de maio de 2005, após a deflagração da greve geral da UECE pelos estudantes e professores da Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI), em março do mesmo ano, recebemos na FECLESC companheiros e companheiras de luta e nos juntamos ao movimento. A pauta de reivindicações incluía desde assistência estudantil, reformas urgentes dos prédios das faculdades até a ampliação do número de vagas no Concurso Público para professores efetivos que, em 2005, estava apenas com 22 no Edital publicado. O movimento foi tão forte que mobilizou os demais *campi* no interior e na capital Fortaleza, culminado numa grande manifestação política, em todo o estado do Ceará.

Movidos por essas pautas, realizamos uma luta de três meses. Foram dias de muitos debates em nossas faculdades, passeatas em Quixadá, em Fortaleza e nos outros municípios onde a UECE está sediada, audiências na Assembleia Legislativa do Ceará e ocupação da reitoria da UECE. Nas passeatas, estudantes e professores carregavam cartazes, faixas e gritavam efusivamente, “Greve geral, interior e capital!” ou “É ou não é/ piada de salão/ ter dinheiro pra banqueiro e não ter pra educação!”. Eu ficava rouco de tanto gritar, mas gritava cada vez mais. Creio que já era já tal paixão pela luta como me disse Deusália, no contexto da luta do MST, “é paixão pela luta, é amor pela causa”. Entre os frutos colhidos dessa luta, conseguimos a contratação imediata de 252 professores efetivos, a construção de um Fórum sobre Assistência Estudantil na UECE e um plano emergencial de reformas dos prédios das faculdades que compõem essa IES. Mas as lutas não pararam e eu estava lá, sempre militando.

Enquanto acadêmico-militante outra experiência constitutiva da minha trajetória de vida como Linguista Aplicado foi a participação em projetos de pesquisa vinculados ao campo da Linguística Crítica, que na definição de Rajagopalan (2003, p.12), é “uma linguística voltada para questões práticas. Não é a simples aplicação da teoria para fins práticos, mas pensar a própria teoria de forma diferente, nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem que ter alguma relevância”. Relevância aqui é relevância para a vida nossa de cada dia, para a sociedade em geral, para a luta dos sujeitos subalternizados.

Essa visão de Linguística me foi apresentada pela Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar que, através do Projeto de Pesquisa “As Construções Discursivas da Identidade do ‘Homem do Campo’ na Literatura brasileira e suas Implicações

Sociais”, concedeu-me a oportunidade de participar deste projeto na condição de bolsista pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/PIBIC).

Nesse projeto, pesquisei a construção discursiva da identidade dos *Sem-terra* do Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* (MST), a partir de suas produções poéticas (músicas e poesias). A partir daí comecei a pesquisar e lutar junto ao MST pela reforma agrária popular, colaborando com as atividades de luta do MST-CE na universidade, participando de encontros realizados por esse movimento no interior do estado e aquela paixão pela luta descrita anteriormente foi aumentando de tal forma que, quando ingressei, em 2009, no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da UECE, perguntava-me como as práticas linguísticas do MST poderiam ser estudadas na LA? E terminei por investigar a prática cultural da mística no MST.

Em minha formação já como linguista aplicado fui aprendendo os vários percursos pelos quais a LA passou, do início até a sua configuração como uma LA Indisciplinar (MOITA LOPES, 2006), com a qual dialoguei para investigar as performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra* enquanto uma Pragmática dos corpos no MST. A LA é uma área de pesquisa que surgiu como “evolução do ensino de línguas nos Estados Unidos durante e após a II Guerra Mundial” (ALMEIDA FILHO, 2005, p. 11), tendo como objeto a teorização sobre os processos de ensinar e aprender línguas estrangeiras. Essa área do conhecimento é fruto dos avanços da Linguística estruturalista como ciência, no século XX, no início nos Estados Unidos, a partir de 1940 e depois, na década de 1960, na Inglaterra e no restante do mundo. Nesse primeiro momento, questões sobre tradução começam também a fazer parte do escopo da LA.

Para Rajagopalan (2003, 2012), por ter nascido “à sombra da linguística”, diga-se de passagem, uma linguística positivista¹⁶, a LA herdou também esse modo de fazer ciência predominante, no século XIX, por conta também do modo como as sociedades funcionavam naquele período histórico. Nesse primeiro momento, a LA era

¹⁶ Valemos-nos da percepção de Luis Paulo da Moita Lopes (2013b, p. 16) sobre pesquisa positivista para definir uma linguística positivista. Diz ele “entendo por pesquisa positivista aquela que se utiliza de estatística inferencial, padronização dos dados, amostra, seleção de variáveis dependentes e independentes, grandes generalizações etc. Considero tal tradição inadequada para operar com seres humanos e suas subjetividades, já que somos seres de contextos situados, construídos performativamente no aqui e no agora”.

então uma aplicação das teorias linguísticas à descrição de línguas. Sobre esse início, uma questão paira sobre nós: Por que a LA começa desse modo? Surgiu primeiramente nos Estados Unidos e na Inglaterra para depois colonizar o restante do globo? O que Rajagopalan (2010a) nos ajuda a compreender essas questões.

O primeiro degrau é dizer que a Linguística Aplicada só poderia ter nascido no mundo anglófono. Por quê? Na II Grande Guerra, Inglaterra estava de joelhos, enquanto Estados Unidos planificava o seu lado de grande potência, quando percebeu o potencial de expandir a língua inglesa pelo ensino, devido o instante histórico necessitar da aprendizagem de línguas diferentes, por exemplo, ensinar soldados estacionados no Japão [...] E é nesse momento que a LA toma um rumo no mundo anglófono, pois a Inglaterra, reconhecendo estar em declínio percebeu a chance de exportar o ensino da língua inglesa e com isso resgatar um pouco o seu *estar-de-pé* (RAJAGOPALAN, 2010a, p.14).

O que vemos aqui é a denúncia de uma visão de ciência e de língua imperialista/colonialista. Noutras palavras, a LA desse período, principalmente na década de 1970, teve (e ainda tem. Cf. MAKONI; MEINHOF, 2006) um papel colonizador, em pelo menos dois sentidos: a) por estas teorizações que se faziam a respeito do processo de ensino e aprendizagem de línguas priorizarem a língua inglesa e b) por nesse processo marcar o corpo do/a linguista aplicado (latino, do “Sul”) como um mero “consumidor” de teorias produzidas no “Norte”. Como bem assinala Rajagopalan (2010a, p. 15), “a Linguística Aplicada da década de 70 tinha uma visão profundamente imperialista, ou seja, o hemisfério norte produzia e nós do sul, os *cucarachos*, consumíamos”.

Esse caráter meramente aplicacionista e dependente da linguística começa a ser questionado, segundo Moita Lopes (2011), a partir da “primeira virada” que ocorre na LA, ainda no final dos anos 70. Tal virada foi caracterizada basicamente pela distinção entre LA e aplicação de linguística inaugurada por Henry Widdowson. Este linguista aplicado problematiza a restrição da LA a contextos educacionais e também levanta uma discussão a respeito de uma teoria linguística para a LA que não fosse dependente da linguística. Com essas provocações, a LA começa gradualmente a caminhar de uma “relação unidirecional e aplicacionista entre teoria linguística e ensino de línguas” (MOITA LOPES, 2011, p. 16) para uma maneira interdisciplinar de investigar a língua(gem). Eis aqui um caminho que começou a se desenhar nesse campo de estudos linguísticos e que foi sendo paulatinamente radicalizado, tornando possível uma pesquisa como essa a respeito do MST em seu arcabouço.

No Brasil, esse movimento começa a se fortalecer, nos anos de 1980-90, como resultado da primeira virada. Uma “segunda virada” ocorre e é marcada, principalmente, pela expansão da LA para além dos contextos educacionais do ensino de inglês e da tradução. O “campo começa a pesquisar contextos de ensino e aprendizagem de língua materna, no campo dos letramentos e de outras disciplinas do currículo e em outros contextos institucionais (mídia, empresa, delegacia de polícia, clínica médica etc)”. (MOITA LOPES, 2011, p. 17).

Na década de 1990, abordagens que entendiam a linguagem como prática social, como a Análise do Discurso e a Pragmática linguística já circulavam e começaram também a penetrar a LA brasileira, que passa a conceber a linguagem como constitutiva da vida social e seu objeto muda de uma pedagogia de ensino de línguas para as mais variadas práticas de uso da linguagem, incluindo, os usos em contextos institucionais escolares. Essa mudança de enfoque teórico-metodológico nos estudos em LA se deve ao intenso diálogo que passa a acontecer entre os Estudos da Linguagem e as Ciências Sociais desde o final do século XX para o XXI.

No que diz respeito aos aspectos motivadores dessa mudança, Stuart Hall (2006), em “A identidade Cultural na Pós-modernidade”, mostra que já nesse período estava em andamento uma “mudança estrutural” na forma de viver o tempo, o espaço e as culturas, transformando o modo de vida das pessoas nas sociedades modernas. O antropólogo jamaicano demonstrou também que essas transformações afetaram de tal modo que fragmentou “nossas paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade, que, no passado, nos tinham fornecido sólidas localizações como indivíduos sociais” (p.09). Essas transformações culturais, tecnológicas, econômicas, políticas e históricas iniciam um processo de ebulição nas Ciências Sociais e Humanas que chega à LA e desloca dois elementos-chave desse campo, a concepção de linguagem e de sujeito social. Concepções pensadas até então de forma positivista, essencialista e homogênea, apagando as diferenças constitutivas dessas categorias, na maneira de se investigar a ação humana na e pela linguagem.

Diante desse novo cenário é que, no contexto brasileiro, vários/as linguistas aplicados/as, entre eles Moita Lopes (2006), começam a praticar e difundir uma LA que não é mais dominada pela linguística e nem mera aplicação dela, mas uma LA que se reivindica como uma Ciência Social, enfim, uma *LA INdisciplinar*.

Esta forma de teorizar e fazer LA nos interessa aqui, principalmente, por ela ser transdisciplinar e politizada. Ao descrever aqui essa postura, busco sustentar que

essa abordagem sinaliza, pelo menos aqui no Brasil, uma terceira virada no campo da LA, uma virada descolonial.

Parto da premissa que a partir do momento que a LA brasileira se torna interdisciplinar e esse movimento vai dialogando com as mudanças contemporâneas, começa a ter contribuições da Sociologia, Ciências Sociais, Estudos Culturais, História, Filosofia, Antropologia, Geografia etc., ela redesenha seu objeto de pesquisa, ou seja, os contextos de uso da língua(gem), acrescentando-lhe outras dimensões. Essa alteração se consolida da década de 2000 em diante, quando vários/as linguistas aplicados/as percebem que, por conta da complexidade do seu objeto de estudo, surge uma necessidade de redefinir vários dos construtos (identidade, comunicação, língua, contexto, leitura, escrita, texto etc.) utilizados até então na história dessa área do conhecimento (SIGNORINI, 2012).

Para dar conta da complexidade dos fatos envolvidos com a linguagem [...] passou-se a argumentar na direção de um arcabouço teórico interdisciplinar. Isso acarretou a compreensão de que o tipo de conhecimento teórico com o qual o linguista aplicado precisaria se envolver, para tentar teoricamente entender a questão de pesquisa com que se defrontava, **atravessava outras áreas do conhecimento, gerando ‘configurações teórico-metodológicas próprias’** (MOITA LOPES, 2006, p.19 – grifo meu).

O resultado dessa investida interdisciplinar na LA foi se radicalizando a ponto de desaguarmos numa LA transdisciplinar. Por transdisciplinaridade se entende, de acordo com Maria Celani (1998, p. 117), a “coexistência em estado único de interação dinâmica” entre as disciplinas a respeito de um fenômeno investigativo, o que pressupõe não apenas um diálogo entre disciplinas, mas um *atravessamento constante* de conceitos, categorias e metodologias. Em síntese, a interdisciplinaridade culminou numa transdisciplinaridade que implodiu a LA e dela fez germinar uma LA INdisciplinar. De acordo com Moita Lopes (2006), o termo indisciplinar (de) marca a LA não como uma disciplina, no sentido estrito, mas como uma área de estudos que é constantemente atravessada por outras abordagens, tais como os estudos feministas, estudos pragmáticos, estudos *queer*, estudos descoloniais, estudos pós-coloniais e pós-estruturalistas, configurando uma hibridização na produção epistemológica, a fim de analisar nossas atuações linguístico-sociais na contemporaneidade.

Uma LA INdisciplinar é então uma “LA híbrida/mestiça/ideológica e intervencionista”. Híbrida no sentido desse atravessamento ininterrupto tanto teórico quanto metodológico, um hibridismo que tem tornado as fronteiras disciplinares cada

vez mais tênues. Mestiça ou “nômade”, argumenta Moita Lopes (2006), por esse desejo de estar sempre nas fronteiras disciplinares, sempre em trânsito (FABRÍCIO, 2014). Ideológica porque, ao contrário da LA tradicional¹⁷, assume suas escolhas ideológicas, políticas e éticas no ato de fazer ciência. Até porque todo conhecimento é político e “fazer ciência também é uma prática social, repleta de conotações ideológico-políticas que as práticas sociais acarretam” (RAJAGOPALAN, 2003, p.128). Por fim, tem caráter intervencionista por ser autorreflexiva e sempre se questionar sobre maneiras novas de produzir o conhecimento, alicerçado em outras bases epistemológicas, a fim de “colaborar na reinvenção da vida social” (MOITA LOPES, 2006, p. 94).

Essa reinvenção da vida social através de uma LA engajada tem sido orientada pelo questionamento de formas modernistas de construção do conhecimento, ou seja, formas de cunho hegemonicamente ocidentais. Boaventura de Sousa Santos et al. (2005, p. 21) tocam na gênese dessa discussão quando afirmam que “a transformação da ciência em única forma de conhecimento válido foi um processo longo e controverso [...] para seu desfecho contribuíram não só razões epistemológicas, mas também fatores econômicos e políticos”.

A questão posta aqui é a de que a transformação da ciência moderna ocidental, incluído aí a Linguística, a partir dos grandes debates epistemológicos ocorridos no século XVII, construiu e consolidou através do colonialismo europeu uma forma de produção do saber que tem historicamente hierarquizado e excluído outros saberes.

É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades [sic] existentes não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzindo contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens. A vitalidade cognitiva do sul não deixou de ter consequências para o saber científico moderno, obrigado a reconhecer a existência de outros saberes, mesmo quando procura circunscrever a sua relevância, apontando-os de “conhecimentos locais” ou de “etnociências”. (SOUSA SANTOS; MENEZES; NUNES, 2005, p. 23)

¹⁷ Para Moita Lopes (2006, p.27), uma LA tradicional ou modernista lida com “visões objetivistas de conhecimento, com base numa racionalidade descorporificada, sem compreensão acerca da heterogeneidade, fragmentação e mutabilidade do sujeito social, compreendido como situado em um vácuo sócio-histórico, e sem contemplar questões de ética e poder”.

A partir do embate contra essa forma de produção de conhecimento que vem das “sociedades modernas do Norte”, que nós, linguistas aplicados/as indisciplinados/as, usando a perspectiva do “Sul”, podemos contribuir para esse processo de mudança social. No caso específico desta tese, como uma forma de visibilizar as maneiras como o MST usa a linguagem em suas lutas. Esse “Sul” como esclarecem Santos e Menezes (2010, p.19), “é aqui concebido metaforicamente como um campo de desafios epistêmicos, que procuram reparar os danos e impactos historicamente causados pelo capitalismo na sua relação colonial com o mundo.”

Trata-se de um conjunto de intervenções epistemológicas que tem se desenvolvido na América Latina com a preocupação em, por um lado, denunciar esses impactos da colonialidade do saber¹⁸, na produção do conhecimento e por outro, em constituir uma rede de intervenção horizontal, onde todas as formas de conhecimento possam dialogar construtivamente em função do objetivo em causa.

Reinventar a emancipação, como propõe Moita Lopes (2006) através de uma LA INdisciplinar e Transgressiva (PENNYCOOK, 2006) requer, portanto, uma virada descolonizadora na LA. Nesse sentido, aqui no Brasil, temos já um conjunto de pesquisas em LA que demonstram essa preocupação com a descolonização do saber linguístico (ALENCAR, 2013, 2014; PINTO, 2010, 2012, 2014; SIGNORINI, 2013, entre outros). Tais pesquisadores/as tem “suleado” (KLEIMAN, 2013) – orientado para o “sul” – suas investigações e, no caso da língua portuguesa, por exemplo, tem “desinventado” (PINTO, 2013) o que se entende por português brasileiro através da “compreensão de que novas teorizações sobre o que consideramos português passam a ser necessárias para lidar com os fenômenos de várias naturezas que o constroem discursivamente no mundo contemporâneo ou que possibilitam vê-lo no passado sob outro olhar” (MOITA LOPES, 2013, p. 19-20).

A INdisciplina esboçada aqui é, segundo Pennycook (2006), em grande medida resultado das várias “viradas” que tem afetado profundamente as ciências

¹⁸ Este conceito é melhor pensado pelo sociólogo latino-americano Aníbal Quijano. O mesmo esclarece que colonialidade e colonialismo, embora tenham uma relação são noções distintas. Diz ele: “Colonialidade é um conceito diferente de, ainda que vinculado a, Colonialismo. Este último refere-se estritamente a uma estrutura de dominação/ exploração onde o controle da autoridade política, dos recursos de produção e do trabalho de uma população determinada domina outra de diferente identidade e cujas sedes centrais estão, além disso, localizadas noutra jurisdição territorial. Mas nem sempre nem necessariamente, implica relações racistas de poder. O colonialismo é, obviamente, mais antigo, enquanto a Colonialidade tem vindo a provar, nos últimos 500 anos, ser mais profunda e duradoura que o colonialismo.” (QUIJANO, 2010, p. 84 – em nota de rodapé). A colonialidade, portanto, é o exercício da dominação social através de relações racistas de poder.

sociais nos últimos dez ou vinte anos. O autor resume todo esse processo em três viradas que modificaram a agenda de pesquisa da LA: a virada linguístico-discursiva, performativa e somática. Apresentarei brevemente todas elas e me concentrarei na somática, pois essa diz respeito à relação corpo/linguagem na LA.

No que se refere à primeira virada, podemos afirmar que se trata da compreensão do papel da linguagem como ação (AUSTIN, 1962; WITTGENSTEIN, 1989)¹⁹, na constituição do sujeito como heterogêneo e conflitante e de suas práticas sociais. Essa guinada inicia-se primeiramente no campo da filosofia entre o final do século XIX e início do XX, e, posteriormente, contagia as ciências sociais e, mais recentemente tem penetrado de forma mais incisiva, os estudos linguísticos (LA e Pragmática). Para Ferreira (2007, p. 38-39), na filosofia, essa virada se caracterizou por um “voltar-se da filosofia para questão da linguagem, uma ‘virada linguística’ que tem em Frege as suas primeiras sementes. Mas é somente com a radicalização da filosofia analítica, mais precisamente com Wittgenstein e Austin, que essa ‘virada’ ganha as formas de uma reviravolta no pensamento linguístico-filosófico ocidental”.

Com base, então, na ideia da “linguagem como ação, como forma de atuação *sobre* o real e, portanto, de constituição do real e não meramente de representação ou correspondência com a realidade” (MARCONDES, 1990, p. 10) as demais ciências humanas (Filosofia, Antropologia, História, Ciências Sociais, Geografia etc.) perceberam que não havia mais como estudar a organização social da humanidade, a ação humana, sem se debruçarem sobre questões de uso linguístico. Outro resultado dessa virada linguística foi que em todas essas áreas de investigação citadas, incluindo a LA, foi possível perceber que não adiantava estudar a linguagem sem considerar o sujeito que a produz e que é produzido por ela. Este último aspecto da produção de sujeitos sociais linguisticamente nos faz adentrar na virada performativa.

De acordo com Pennycook (2006), esta segunda reviravolta diz respeito aos estudos de nossas identidades sociais, que, partindo da tese da linguagem como ação compreendem a identidade enquanto um construto e que essa construção se dá no âmbito da língua(gem). Se usar a linguagem é estar sempre atuando sobre o mundo, sobre as pessoas, então, nossas identidades são fruto de nossas performances linguísticas e isso nos leva a crer que, nessa visão, somos o que reivindicamos ser performativamente no cotidiano.

¹⁹ Sobre a perspectiva de linguagem desenvolvida por estes filósofos da linguagem darei mais detalhes na seção relativa à (Nova) Pragmática, mais adiante.

Essa discussão sobre performatividade abre vários modos significativos de repensar a linguagem e a identidade. Fornece um modo de pensar as relações entre linguagem e identidade que enfatiza a força produtiva da linguagem na constituição da identidade, em vez de a identidade ser um construto pré-dado refletido no uso da linguagem (PENNYCOOK, 2006, p.80-81).

Dessa discussão quero destacar que o elemento mais importante é *perceber/ver a produção da identidade no fazer*, no próprio ato linguístico. Entre as implicações dessa postura para a LA, por exemplo, aponto a maneira de se conceber a relação entre linguagem e sujeito, pois, por esse olhar, nem um nem outro pode ser visto de forma homogênea, harmônica e essencializante. Uma questão a ser ressaltada é que essa postura nos obriga a ver que identidades não estão separadas de corpos, identidades são inscritas em corpos (PINTO, 2014; LOURO, 2015). Dessa forma, chegamos finalmente à virada somática, na qual o corpo é o protagonista.

3.2. DOS ESTUDOS SOBRE CORPO E LINGUAGEM A NOÇÃO DE PERFORMANCE CORPÓREO-DISCURSIVA

Segundo Pennycook (2006), não há uma afirmação certa sobre as origens dessa virada em direção ao corpo, nas ciências sociais e humanas e, posteriormente, na LA. No entanto, ele destaca alguns aspectos de suma importância: a) Que essa virada surgiu como uma tentativa de recuperar os domínios do ser que foram excluídos pela filosofia racionalista que sustenta abordagens descorporificadas, masculinistas e eurocêntricas de produção do conhecimento; b) Essa resposta deriva da demanda política dos estudos feministas que criticam a existência de uma “somatofobia” na filosofia ocidental desde os gregos (GROSZ, 2000) e c) A partir dessa mudança de visão sobre o corpo se inicia uma necessidade de compreender não só como a ordem social se materializa na linguagem, mas também como essa estrutura social é ela mesma corpórea. Sob essa ótica, Pennycook (2006) nos exorta a entender também como as normas que regulam os regimes sociais estão inscritas em nossas performances como fruto do modo como agimos.

O filósofo francês Michel Foucault tem também uma vasta pesquisa sobre o corpo (FOUCAULT, 1987, 1988, 1998, 2000, 2005), principalmente, na sua relação com a questão da disciplina, pois o exercício do poder está fundamentalmente ligado ao corpo. Nas palavras do autor, “em qualquer sociedade, o corpo está preso no interior de

poderes muito apertados, que lhe impõem limitações ou obrigações” (FOUCAULT, 1987, p. 118). Será precisamente essa rede difusa de poderes, nomeada pelo autor de disciplinas, que comporá uma das principais partes desta reflexão levada a cabo em *Vigiar e punir*.

Interessa a Foucault discutir sobre como essas disciplinas, que se manifestam em técnicas, trabalham sobre os corpos, ou seja, de que maneira elas afetam as formas normatizadas de controle sobre as disposições, os hábitos e os movimentos do corpo que são distintos nas sociedades modernas, mais precisamente, no condicionamento do corpo no treinamento militar e em processos semelhantes na indústria, na educação, na medicina. À medida que Foucault vai descrevendo e apresentando o funcionamento disciplinar, também vai tecendo considerações sobre o corpo. O seu objetivo é apresentar uma história da subjetividade moderna e de um novo poder de julgar, “estudar a metamorfose dos métodos punitivos a partir de uma tecnologia política do corpo onde se poderia ler uma história comum das relações de poder e das relações de objeto” (FOUCAULT, 1987, p. 26). Para o filósofo, o corpo “também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais” (FOUCAULT, 1987, p. 29) e é esse investimento político do corpo que lhe interessa.

Para pesquisar esse investimento acompanhado de uma “microfísica do poder”, Foucault discutirá, através da análise de documentos que reportam ao final do século XVIII e início do XIX na Europa (França), a necessidade de uma reforma no sistema judiciário francês que, devido às mudanças estruturais da sociedade europeia, nesse período, passou a defender que a punição dos carcerários deveria ser realizada através de certas tecnologias que não se fizessem perceber, isto é, de mecanismos punitivos invisíveis. Tais mecanismos de punição configuram o que Foucault chamou de disciplinas que servem para a produção de “corpos dóceis”. Para entendemos melhor como as disciplinas produzem corpos vejamos esta citação:

[Na] [s]egunda metade do século XVIII: o soldado tornou-se algo que se fabrica; de uma massa uniforme, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa; corrigiram-se aos poucos as posturas; lentamente uma coação calculada percorre cada parte do corpo, se assenhoreia dele, dobra o conjunto, torna-o perpetuamente disponível, e se prolonga, em silêncio, no automatismo dos hábitos; em resumo, foi ‘expulso o camponês e lhe foi dada a fisionomia de soldado’ (FOUCAULT, 1987, p. 117).

Temos aí um bom exemplo de como as coerções promovidas pela disciplina— “métodos que permitem o controle minucioso das operações do corpo, que realizam a sujeição constante de suas forças e lhes impõem uma relação de docilidade-estabilidade” (FOUCAULT, 1987, p.17) – agem sobre o corpo do camponês através de toda uma postura, toda uma maneira de ser e se portar que é naturalizada pelo camponês transformando-o em um soldado. Vale ressaltar que a organização militar é, segundo Foucault, um dos espaços de ação dessas técnicas sutis disciplinares. As escolas, as universidades, os hospitais, a prisão e muitos outros espaços são projetados para produzir e manter corpos que são adestrados.

Entretanto, importa que se diga que para que o corpo signifique, ele deve participar dessa dinâmica de poder, portanto, não há materialidade do poder sem corpo e não há corpo sem poder. Nossos corpos sempre estão sendo significados e ressignificados, e esse processo manifesta as lutas pelo/no poder. Creio que essa é a primeira das contribuições que podemos apontar dessa discussão de Foucault para a noção de performance corpóreo-discursiva. A segunda está na consequência da primeira, pois se os corpos para serem legíveis devem se submeter a regimes de poder, significa que nossos corpos não são apenas investidos politicamente, mas que eles só existem através e nos próprios regimes de poder, de modo que, o corpo não apenas materializa as relações de poder como também é parte dessas relações.

Se entendermos, assim como Foucault (1996), que o poder se materializa no discurso, teremos então que o discurso, enquanto a prática linguística, constrói corpos. Há assim uma Pragmática dos corpos? Uma maneira de (parafraseando AUSTIN, 1962) fazer corpos com/nas palavras?

3.2.1. Corpos que performam

A filósofa americana e teórica feminista Judith Butler (1997, 1998, 2001, 2002, 2012) em um diálogo intenso com os trabalhos de Foucault sobre corpo e sexualidade, apropria-se da discussão sobre o funcionamento das disciplinas sobre os corpos e também da questão do sexo como prática regulatória das subjetividades modernas e problematiza como se dá a materialização dos corpos, defendendo uma noção de corpo como performance.

De acordo com a filósofa, as normas regulatórias do sexo trabalham discursivamente para constituir a materialidade dos corpos. O “sexo” (ou as práticas de

sexualidade) é entendido como uma norma (disciplina) que governa a **materialização dos corpos** em “homem”, “gay”, “travesti”, “mulher”, “negro”, “branco”, “magro”, “gordo”, “militante” etc. Por *matéria* (ou materialização) entenda-se o processo “que se estabiliza ao longo do tempo para produzir o efeito de fronteira, de fixidez e de superfície daquilo que nós chamamos matéria [dos corpos]” (BUTLER, 2001, p. 163).

Assim sendo, para que um corpo se torne inteligível culturalmente é preciso que ele seja moldado por tais normas. A materialização do sexo em um corpo é, portanto, uma imposição social por meio de técnicas disciplinares que buscam regular e controlar corpos e subjetividades. Tais técnicas, afirma a filósofa, precisam ser constantemente citadas no e pelo discurso para que a materialidade do sexo e do corpo seja garantida. Nesse sentido, o que constitui a fixidez do corpo, seus contornos, seus movimentos, será plenamente material, mas a materialidade (a anatomia) será repensada como o efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder.

Butler (2001) problematiza o processo de materialização discursiva dos corpos através da percepção de que corpos são remodelados como efeito de uma dinâmica do poder²⁰ que se manifesta através do “sexo” sendo este uma norma cultural que governa tal materialização. Desse modo, a autora questiona tanto a dicotomia natureza/cultura como a sua correlata sexo/gênero (masculino/feminino), que, por sustentarem uma visão a-histórica e biologizante dos corpos, essas dualidades precisam ser repensadas e desnaturalizadas.

Seu argumento reside na noção de performatividade - a capacidade que a linguagem tem de produzir os efeitos que ela nomeia, radicalizando a tese da linguagem como ação (AUSTIN, 1962), para pensar o corpo como efeito dos discursos produzidos sobre as significações a respeito da masculinidade e feminilidade, já que não há como escapar da norma do “sexo”. Portanto, aqui corpo não é algo já dado (no sentido de já nascermos mulher ou homem), mas algo que fazemos a todo o momento, uma *performance*. Tornar-se um sujeito feminino, masculino etc., implica uma série interminável de processos de reivindicação identitária que se manifestam no uso linguístico.

²⁰ A noção de “poder” utilizada nesta pesquisa faz referência à interpretação que Butler faz da teoria foucaultiana: englobando tanto as funções do poder jurídico (proibitivo e normativo) quanto as do produtivo (de produzir, demarcar, fazer, circular, diferenciar) nas relações sociais. Em síntese, como o “poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constringe” (BUTLER, 2001, p. 154).

O corpo é assim vulnerável a linguagem, pois sua constituição se dá no interior de “uma estrutura reguladora altamente rígida” (o discurso da heterossexualidade compulsória), que se manifesta na materialidade linguística, que por sua vez, constitui nossas subjetividades. Como atesta Butler (1999, p.163), “discursos, na verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E ninguém pode sobreviver sem, de alguma forma, ser carregado pelo discurso”.

O que vemos aqui é a concepção de performance proposta por Butler, em que o corpo é concebido por ela não como uma superfície pronta para ser investida de significado, mas “como um conjunto de fronteiras individuais e sociais, politicamente significadas e mantidas” (BUTLER, 2012, p. 59). Em outras palavras, o corpo é performativamente construído:

O corpo postulado como prévio ao signo é sempre **postulado** ou **significado** como **prévio**. Essa significação funciona mediante a produção de um **efeito** de seu próprio procedimento, o corpo que ela todavia e simultaneamente afirma descobrir como aquilo que **precede** a significação. Se o corpo significado como prévio à significação é um efeito da significação, então o estatuto mimético ou representativo da linguagem, que afirma que o signo segue os corpos como seus espelhos necessários, não é de forma alguma mimético; ao contrário, é produtivo, constitutivo, pode-se até dizer **performativo**, visto que esse ato de significação produz o corpo que então afirma encontrar antes de qualquer significação. (BUTLER, 1998, nota de rodapé 14 – grifos do original)

A autora desconstrói o estatuto mimético, no sentido de refletir algo que teria a linguagem, pois a ideia de que o corpo teria uma existência pré-discursiva é em si mesma performativa. Em outras palavras, a compreensão de que “o signo segue os corpos como seus espelhos necessários” é então uma ilusão produzida na e pela própria linguagem. Vale ressaltar que tal ilusão impulsiona o processo de significação corporal. Se a linguagem não representa o corpo, isto é, se não há como falar que o corpo é representado através, por exemplo, de palavras como “mulher”, “homem”, “travesti”, “militante”, então diremos que o corpo é produzido no próprio ato linguístico e não representado por meio deste.

A grande contribuição dessa discussão é que ela faz avançar a ideia de que o corpo é investido politicamente à medida que ele passa a ser cada vez mais entendido como efeito de nossas práticas linguísticas, efeito dos discursos que significam o corpo (anatomia). Desse modo, o corpo só toma corpo no uso linguístico e isso tem uma série de implicações para a maneira como concebemos a relação entre os processos de

significação, sempre imersos nas dinâmicas do poder, os sujeitos e a situação concreta de nossas práticas linguísticas.

Essa discussão sobre os processos de significação, corpos e as dinâmicas das relações de poder, é esmiuçada pela linguista Joana Plaza Pinto (2002, 2003, 2006, 2009, 2013, 2014), que, há mais de uma década tem se dedicado, no âmbito da Nova Pragmática²¹, à relação linguagem/corpo/gênero. Na esteira dos estudos de Butler, Pinto (2002) elaborou uma forma pragmática de investigar o corpo, compreendendo-o como sendo estilizado, performado na linguagem. Segundo a linguista, o uso do termo “estilização” permite abordar não “o problema das ‘coisas’ que estão representadas nas expressões linguísticas” (PINTO, 2002, p.19), mas “os atos que são realizados pelo corpo que fala, no estabelecimento, criação, recriação e eventual subversão das relações de poder” (PINTO, 2002, p.19). Nesse sentido, gênero é um efeito de atos de fala, “cuja violência está em se apresentarem como reais, naturais, produzindo uma estrutura sempre binária [homem/mulher] e hierarquizada” (p.4), operando estilizações em oposição às “representações”, uma vez que tais estilizações são performativas.

Se gênero é um efeito do ato de fala, ele deve ser entendido no conjunto do ato corporal porque o sujeito está totalmente implicado nas regras discursivas que possibilitam o corpo. Como ser se não ou 'homem' ou 'mulher'? Essa primeira regra opera a heterossexualidade compulsória, e postula a única possibilidade do sujeito (PINTO, 2007, p. 20).

Para desenvolver essa forma de pensar as categorias de gênero e corpo, Pinto (2002) investigou as “estilizações de gênero” em conversações com quatro jovens universitários a respeito dos temas “comunicação”, “linguagem” e “língua”. A partir da análise dos dados gerados nesse estudo, a autora propõe que o ato de fala seja entendido como um ato corporal “e assim identidade é tomada como performativa. Descrever marcas de gênero [...] significa descrever os mecanismos de regulação dos corpos” (PINTO, 2014, p. 219). Sustentar a tese de que o ato de fala é um ato executado pelo corpo que fala é entender que a presença material e simbólica do corpo no dizer (ato de fala) é uma *marca* que se impõe no efeito linguístico. Isso porque o corpo participa das

²¹ Para este momento pode-se dizer que a Nova Pragmática é uma abordagem de estudos que compreende a linguagem em todas as suas dimensões (social, cultural, econômica e política) e, por conta disso, problematiza os construtos teóricos erigidos sob o manto de abordagens pragmáticas que idealizam o uso linguístico, argumentando que a prática linguística é sempre situada numa perspectiva cultural. Mais detalhes na próxima seção.

relações de poder simbólicas que o envolvem, pois nele estão inscritas as regulações sociais como *parte* dessas estruturas.

A relação entre linguagem e corpo não é uma produção unívoca, em que o corpo é mais um dos elementos na produção do ato de fala. Os efeitos retóricos do corpo excedem e se confundem no ato de fala porque expandem o próprio espaço do corpo aparentemente unitário em sua concretude. O corpo, como marca iterável, tem limites num encadeamento que excede a marca do 'corpo presente' (PINTO, 2014, p. 215).

Essa radicalização da teoria dos atos de fala, caudatária das discussões sobre a performatividade do gênero de Butler, traz muitas contribuições para os estudos da linguagem enquanto eminentemente performativa, pois rompe com a dicotomia corpo/linguagem, uma vez que não existe ação linguística sem corpo, conseqüentemente, sem performance.

Acerca dessas reflexões sobre corpo e linguagem, tanto Foucault (1987) quanto Butler (2012) e Pinto (2014) fornecem contribuições para repensarmos a noção de corpo em nossas análises linguísticas. Destaco três como principais: a) O corpo é investido pelas e nas relações de poder; b) Os corpos são produzidos mediante contínuas performances de reivindicação identitária materializadas no uso linguístico e c) Agir linguisticamente é agir corporalmente. Diante disso, percebemos que corpo e linguagem estão imbricados em nossas atividades de linguagem. Se aceitarmos essa tese, poderíamos pensar, então, em performances corpóreo-discursivas?

3.2.2. A noção de Performances corpóreo-discursivas na Linguística Aplicada

Nesta subseção resenho três pesquisas acadêmicas. Uma dissertação de mestrado e duas teses de doutorado desenvolvidas recentemente, no Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que têm utilizado o conceito de performances corpóreo-discursivas para compreender os modos de construção de sujeitos corpóreos. Realizo esse movimento para explicar a maneira como me apropriarei dessa noção.

A pesquisa de mestrado da linguista aplicada Wanisse Costa (2012), intitulada “Performances corpóreo-discursivas de identidades de gênero e sexualidade em redes sociais: estabilidades e mobilidades em diálogo”, que teve como objetivo geral “entender como um jovem e seus interlocutores em três redes sociais (Orkut,

Formspring e Facebook) constrói performances de gênero e sexualidade” (p. 06). O estudo buscou entender, a partir do diálogo entre “sentidos estáveis e móveis” materializados nas performances de masculinidades de um participante focal, os tipos e efeitos de sentidos produzidos em práticas linguísticas. A investigação teve como base teórica contribuições de estudos pragmáticos como as advindas da reflexão sobre o ato de fala (AUSTIN [1962] 1990), teorias sobre identidades de gênero como performance (BUTLER, [1990] 2010) e categorias analíticas advindas da Sociolinguística da Globalização (BLOMMAERT, 2010). Os dados foram gerados a partir de uma etnografia virtual em que a pesquisadora vivenciou e observou as interações de um ex-aluno de uma escola pública do Rio de Janeiro. Como resultados a pesquisa apontou que as redes sociais se revelam como espaços de sociabilidade “nos quais performances identitárias podem reproduzir sentidos estáveis referentes aos gêneros e às sexualidades” (p. 06). Importante ressaltar que essa pesquisa entende por performances corpóreo-discursivas “as identidades sociais que articulam cada vez diversos recursos semióticos” (p.30) nas interações sociais.

Um segundo estudo, que teve as performances corpóreo-discursivas como objeto de pesquisa, é a tese de doutorado do linguista aplicado Fábio Almeida intitulada “Uma docente em prova de seleção: entextualizações de performances corpóreo-discursivas” (2014). O trabalho teve como objetivo analisar “os processos de contextualização e entextualização nas performances corpóreo-discursivas profissionais emergentes na prova didática e na autoconfrontação simples” (p. 07), em uma aula de Língua Espanhola. Essa tese adota como perspectiva teórico-filosófica, o socioconstrucionismo e a concepção de linguagem como performance advinda da Antropologia Linguística, articulando-a à perspectiva dialógica bakhtiniana e à visão ergonômica das Ciências do Trabalho. A metodologia empregada foi filmagem da aula da participante focal e autoconfrontação simples da participante com o registro do vídeo. Entre os resultados do estudo obteve-se “a constituição de novos sentidos para o trabalho docente apesar da permanência, em função da própria organização da mesma, de Discursos cristalizados sobre o que é ser docente de língua, língua e ensino de língua ” (p. 07).

Ainda nesse trabalho, a ideia de performance corpóreo-discursiva é bem mais acentuada enquanto uma maneira de construção de sujeitos corpóreos. Isso é perceptível no trecho em que o autor está desenvolvendo o significado dessa noção. Ele diz que “atos como gesticular e ocupar o espaço constituem um fazer-dizer que não apenas comunica, mas realiza a mensagem que comunica, ou seja, tem uma natureza

performativa” (ALMEIDA, 2014, p. 40). O foco está na produção de sujeitos através de “performances corpóreo-discursiva em conformação com regimes de verdade e relações de poder” (p.79). Meu único incômodo está neste trecho retirado da descrição referente a análise dos dados:

A “transcrição do vídeo privilegia o foco no participante [...] sua *performance linguística*, paralinguística e corporal, os enunciados que produz na interlocução com sua audiência (nesta investigação, a banca para quem se apresenta, os alunos projetados, o pesquisador e a máquina de filmar). *No que tange à dimensão não verbal ou visual da transcrição* privilegiarei o estabelecimento da interação com os participantes (banca e alunos projetados) (ALMEIDA, 2014, p.126).

Parece que mesmo afirmando que corpo e linguagem não se separam, o referido pesquisador tende a destacar o que é linguístico de um lado e o que não é linguístico, “a dimensão não-verbal” de outro. Faço essa ressalva porque estou adotando a noção de performance corpóreo-discursiva para entender a Pragmática dos corpos no MST, mas com uma visão integracionista de linguagem (HARRIS, 1981).

No livro *The Language Myth* (1981), Roy Harris examina várias correntes filosóficas, retóricas e gramaticais da Europa ocidental que tem a linguagem como objeto de estudo científico, com a finalidade de compreender as implicações das concepções culturais de linguagem nessas abordagens. Ao final de sua investigação, Harris conclui que em todas essas tradições de estudo, a dicotomia linguístico/não linguístico tem predominado e que isso tem sérias consequências para um estudo do funcionamento real da linguagem humana, que focalize como os sujeitos envolvidos em diversas performances corpóreo-discursivas produzem sentidos das maneiras mais variadas. Após essa constatação, o autor propõe outro olhar para a linguagem, a Linguística integracional ou integracionista. Ele diz que “uma linguística integracional deve reconhecer que os seres humanos habitam um espaço comunicacional que não é estruturalmente dividido em linguagem e não-linguagem” (HARRIS, 1981, p. 165).

Nessa postura, a dimensão linguística e a dita não-linguística são indissociáveis, uma vez que o processo comunicacional é tão complexo que se torna difícil, talvez até impossível, verificar o que é exatamente linguístico no ato de linguajar.

Dialogando com esta postura de linguagem, argumento que, o que é visto para Almeida (2014) como sendo da dimensão não-linguística nas performances corporais-discursivas, para mim será visto como constituindo parte do processo

comunicacional. Para Alencar (2014) essa posição é bem-vinda porque amplia o conceito de significação.

Por fim, temos a pesquisa de doutorado da linguista aplicada Thayse Guimarães “Embates entre performances corpóreo-discursivas em trajetórias textuais: uma etnografia multissituada” (2014), que objetivou “entender como um jovem constrói suas performances de gênero/sexualidade e raça nas redes virtuais e na escola” (p. 09). Como fundamentação teórica, a autora utilizou uma articulação de categorias advindas da Pragmática linguística, da Antropologia da linguagem e dos estudos foucaultianos a respeito das micropráticas de poder. Metodologicamente foi realizada uma pesquisa etnográfica multissituada, com um grupo de adolescentes em uma escola pública do Rio de Janeiro, durante um ano. A principal questão, focalizar as negociações das performances corpóreo-discursivas de um dos estudantes o grupo focal. Como um dos resultados do estudo se verificou que as “identificações de gênero/sexualidade e raça sendo conjuntamente negociadas na construção das performances de Luan.” (p.9)

A respeito da noção de performance, Guimarães (2014, p.35) explica que tal conceito remete “a repetição estilizada de atos corpóreos discursivos” e acrescenta que tais atos estão sempre interligados às relações de poder projetadas nas práticas discursivas das quais, nós, enquanto sujeitos corpóreos, participamos.

Tendo por base a noção de performance corpóreo-discursiva desenvolvida nessas pesquisas, eu investiguei a relação corpo/linguagem no MST-CE, aprofundando a discussão em torno de uma visão pragmática de linguagem que sustenta a ideia de performance.

3.3 PERSPECTIVAS PRAGMÁTICAS DE LINGUAGEM

O estudo da construção dos sentidos, considerando os atos de linguagem dos sujeitos e as condições de produção desses atos, é denominado, dentro dos estudos da linguagem, de “Pragmática”. Nas palavras da linguista Joana Plaza Pinto, “a pragmática analisa, de um lado, o uso concreto da linguagem, com vistas em seus usuários e usuárias, na prática linguística; e, de outro lado, estuda as condições que governam essa prática.” (PINTO, 2009, p. 47-48). Para Marcondes (2005), o termo Pragmática deriva do grego “Pragma”, que significa “ação”, portanto, a Pragmática se interessa pelo “uso linguístico”, pela prática efetiva da linguagem. Este campo de estudos relacionado à

Linguística objetiva estudar a “linguagem em uso”, sem desconsiderar os sujeitos que agem na e através da linguagem.

Armengaud (2006) considera os estudos pragmáticos como fruto do cruzamento das pesquisas em Filosofia e em Linguística e relata que esses estudos, inicialmente, apresentaram-se como uma tentativa de responder perguntas como: “Que *fazemos* quando falamos? Que *dizemos* exatamente quando falamos?” (p. 09).

Nessa perspectiva de abordagem da linguagem “é impossível discutir linguagem sem considerar o ato de linguagem, o ato de estar falando em si – a linguagem não é assim descrição do mundo, mas ação” (PINTO, 2009, p. 57).

Charaudeau & Maingueneau (2004), no verbete pragmática de seu *Dicionário de Análise do Discurso*, argumentam que o termo é empregado pelo menos em três acepções. Pode “designar ao mesmo tempo uma *subdisciplina da linguística*, uma certa *corrente de estudo* do discurso ou, de modo mais amplo, certa *concepção da linguagem*” (p.393). Os referidos autores afirmam ainda que a pragmática linguística (como disciplina) se desenvolveu a partir das pesquisas em filosofia da linguagem de John L. Austin sobre os “atos de linguagem” e de Paul Grice sobre o implícito. Em uma espécie de síntese, temos que:

A pragmática atravessa o conjunto das ciências humanas; ela designa menos uma teoria particular do que o entrecruzamento de diversas correntes que compartilham um certo número de ideias-força. Em particular: (1) a *semiótica* inspirada pelo filósofo americano Peirce; (2) a teoria dos *atos de linguagem*, proveniente das pesquisas do filósofo inglês Austin [...] no que diz respeito à dimensão ilocutória da linguagem, sobre aquilo que se *faz* falando; (3) os estudos das *inferências* que os participantes extraem de uma interação (Grice, Sperber e Wilson); (4) os trabalhos sobre a *enunciação linguística*, que foram desenvolvidos na Europa por Bally, Jakobson, Benveniste, Culioli; (5) as pesquisas sobre *argumentação*; (6) o estudo da *interação* verbal, em particular de inspiração etnometodológica ou psicossociológica; (7) certas *teorias da comunicação*, como as da Escola conhecida de Palo Alto (Bateson, Watzlavick...). (CHARAUDEU & MAINGUENEAU, 2004, p.395 – grifos do original).

O termo pragmática, como se percebe, abrange uma infinidade de abordagens e conceitos que vão desde a Semiótica, passando pela Filosofia da Linguagem, pela própria Linguística até os Estudos da Retórica. Como nos diz Rajagopalan (2012, p.256) “[...] na verdade, parece muito mais sensato falar em pragmáticas, no plural”, do que em *uma* Pragmática específica. Nesse sentido, conceitos como linguagem, significação, contexto, sujeito, ato de fala, entre outros, são mobilizados de formas variadas, dependendo da abordagem em que estejam situados.

A discussão que o filósofo inglês John Austin ([1962]1990) empreendeu sobre os enunciados performativos, isto é, enunciados que operam uma ação, foi fundamental para o estabelecimento desse campo de estudos da linguagem. De acordo com Marcondes (1990), a reflexão sobre os atos de fala, tal como pensada por Austin, está inserida na tradição britânica da Filosofia Analítica iniciada por filósofos como G.E. Moore, B. Russel e L. Wittgenstein, nas primeiras décadas do século XX. Para o autor, a Filosofia Analítica ou Filosofia da linguagem é “uma teoria filosófica sobre a natureza e estrutura da linguagem, examinando noções como termo e proposição, sentido e referência, nomes próprios e predicativos, verdade, etc., que virão a ser os conceitos-chave desta teoria da linguagem” (MARCONDES, 1990, p. 08).

Ferreira (2007) argumenta que ela surge em reação às correntes que dominavam a reflexão filosófica, no final do século XIX. O idealismo absoluto e o empirismo, correntes que se ocupavam da problemática da consciência onde a questão da representação linguística era central. Portanto, em resposta a essa tradição, surge a Filosofia Analítica que, como já foi dito, volta sua preocupação para a linguagem, isto é, a “análise da linguagem passa a ser vista como a tarefa por meio da qual serão resolvidos os principais problemas filosóficos” (FERREIRA, 2007, p. 38).

A Filosofia da linguagem se subdividiu em duas fases, sendo que a primeira foi caracterizada por uma análise logicista da linguagem, no sentido de que a linguagem era entendida de maneira artificial, formalizada e as análises eram realizadas por meio do estudo da forma lógica das palavras. Seus maiores representantes foram os filósofos/lógicos Gotlob Frege, G.E. Moore, B. Russel e L. Wittgenstein (referente à sua obra *Tractatus Lógico-Philosophicus*, 1921). A segunda fase é conhecida como Filosofia da Linguagem Ordinária. De acordo com Rajagopalan (2010b, p. 21), a “Filosofia da linguagem ordinária (FLO) é o nome dado a um movimento filosófico que se desenvolveu na Inglaterra [Universidade de Oxford] no período entre as duas grandes guerras e que alcançou seu auge entre o final da década de 1940 e o início da década de 1960”. Seus grandes expoentes foram os filósofos L. Wittgenstein (referente às suas *Investigações Filosóficas*, 1953), J.L. Austin, G. Ryle e P. Strawson.

Na segunda fase, podemos situar o surgimento das reflexões austinianas sobre o ato de fala, bem como sobre a concepção de linguagem como formas de vida materializadas em jogos de linguagem elaborada por Wittgenstein. Esses conceitos foram essenciais para a construção de uma Pragmática Cultural, que será abordada mais

adiante. No que se segue discorrerei sobre essas categorias, começando com a visão wittgensteiniana de linguagem e depois retomarei os atos de fala.

3.3.1 Wittgenstein e a linguagem como jogos de linguagem

Partindo da ideia de que “a significação de uma palavra é seu uso na linguagem” (WITTGENSTEIN, 1989, p.28), o filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951), desenvolveu principalmente em sua obra *Investigações Filosóficas*, uma visão pragmática de linguagem. Para o filósofo, usar a linguagem é parte de uma atividade social, de “uma forma de vida”.

Segundo o *Dicionário Wittgenstein* de Hans-Johann Glock (1998, p. 174), “uma forma de vida é uma formação cultural ou social, a totalidade das atividades comunitárias em que estão imersos os nossos jogos de linguagem”. Noutras palavras, a postura wittgensteiniana de linguagem sustenta que todos os nossos modos de emprego da linguagem ordinária estão imersos em formas de vida. Tais maneiras de empregar a linguagem são nomeadas por Wittgenstein de jogos de linguagem. No parágrafo 7, das *Investigações* ele diz:

Podemos [...] imaginar que todo processo do uso das palavras [...] é um daqueles jogos por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna [...] Chamarei esses jogos de ‘jogos de linguagem’ [...] pense os vários usos das palavras ao se brincar de roda. Chamarei também de ‘jogos de linguagem’ o conjunto da linguagem e das atividades com as quais está interligada. (WITTGENSTEIN, 1989, p. 12) [grifo do autor].

Tendo por base o que já apresentei sobre o MST, no primeiro capítulo, é possível conceber o Congresso Nacional do MST como uma das formas de vida deste movimento social e a Marcha realizada pelos corpos militantes *Sem-terra* como um jogo de linguagem constituinte desta forma de vida, pois se retomarmos o funcionamento da Marcha, vamos lembrar que os corpos *Sem-terra* marchavam organizados em fileiras, todos estavam vestidos com a blusa, o boné e a bandeira do MST, cantando as músicas da reforma agrária e gritando palavras de ordem: “Pátria livre! Venceremos”, “Se o campo não planta/ a cidade não janta!”, “Lutar, construir reforma agrária popular”, ao longo de todo o trajeto. Usar a linguagem para lutar, como faz o MST, é uma ação que acontece de forma regulada, por exemplo, os gritos de ordem têm toda uma maneira de serem executados.

Em geral, um militante *Sem-terra* “puxa” o grito e o grupo responde repetindo três vezes em uma espécie de jogral. No caso do grito “Se o campo não planta/ a cidade não janta!”, no contexto da Marcha, os militantes que animavam a luta no trio elétrico puxavam, gesticulando o punho esquerdo para o alto “Se o campo não planta” e os demais militantes em marcha e também gesticulando o punho esquerdo respondiam, “a cidade não janta!”. Essa performance se realizava três vezes para cada grito de ordem.

Nesse sentido, concordo com Wittgenstein (1989), quando ele diz que nossas práticas linguísticas são guiadas por regras, isto é, por uma gramática. Tal afirmação advém da analogia que ele faz entre o jogo e a linguagem. Para Glock (1998, p. 225), Wittgenstein teve por base a ideia de que assim “como um jogo, a linguagem possui regras constitutivas, as regras da GRAMÁTICA”. Gramática aqui é compreendida como regras sociais que são aprendidas e construídas enquanto um saber aprendido socialmente pelos/as próprios/as usuários/as da linguagem, a partir de suas próprias experiências cotidianas (BONFIM, 2011).

Será que aqui a analogia da linguagem com o jogo não nos será esclarecedora? Podemos muito bem imaginar que pessoas se divertem num campo jogando bola e de tal modo que comecem diferentes jogos existentes, não joguem muitos deles até o fim, atirem a bola entrementes para o alto ao acaso, persigam-se mutuamente por brincadeira, atirando a bola, etc. Então alguém diz: durante todo o tempo aquelas pessoas jogaram um jogo e se comportaram, a cada jogada, segundo determinadas regras. (WITTGENSTEIN, 1989, p. 46).

Podemos entender então que as ações executadas em um determinado jogo de linguagem devem seguir a gramática desse jogo. Voltando ao jogo de linguagem Marcha Nacional do MST, uma das regras desse jogo é o ato de gritar palavras de ordem e repeti-las três vezes com o punho esquerdo levantado. Defendo, portanto, que entender a linguagem, enquanto constituída por jogos de linguagem, é compreender que o processo de significação se realiza sempre nas situações de uso concreto da linguagem, nas formas como nós empregamos as palavras. Araújo (2004, p.106) afirma que existe “uma multiplicidade de jogos de linguagem, como prometer, ordenar, descrever, contar histórias, sugerir ou ironizar. Essa multiplicidade corresponde a ‘formas de vida’”, o que nos remete a uma das principais preocupações desse modo de ver a linguagem para Wittgenstein, que é a ideia de mostrar o caráter heterogêneo da linguagem humana.

Ao evidenciar essa pluralidade existente no uso da linguagem, ou melhor, nos “jogos de linguagem”, Wittgenstein nos mostra que cada jogo é constituído não de algo que lhe é comum a todos os outros, uma essência, mas por “semelhanças de família”,²² que por sua vez, constituem as regras do uso da linguagem em um dado contexto histórico. Em uma frase, a linguagem para Wittgenstein é uma “forma de vida”, ação que se realiza nos mais diversos “jogos de linguagem”, “contextos de ação”, de que participamos. Se agimos na linguagem através e por meio de palavras, como essas ações acontecem?

3.3.2 J.L. Austin e os atos de fala

Quando dizer é fazer? O que faz com que nosso dizer possa fazer? Foram perguntas como estas que motivaram os estudos sobre o funcionamento da “linguagem ordinária” desenvolvidos pelo filósofo J. L. Austin, nas primeiras décadas do século XX. Partindo de uma concepção de linguagem inspirada por Wittgenstein, Austin propõe que todo uso linguístico é performativo e isso advém da reflexão que ele faz sobre o “Ato de Fala”.²³ Essa forma de viver na linguagem tem a sua semente plantada a partir das doze conferências proferidas por Austin, na Universidade de Harvard, nos E.U.A, em 1955, que foram publicadas postumamente em 1962, com o título “How to do things with words”, traduzido para o português como “Quando dizer é fazer”. O teor dessas conferências se relaciona, como já diz o título, ao “[...] que se pode fazer com uma expressão linguística [...]” (OLIVEIRA, 2006, p. 157). Ou seja, em que medida falar é agir?

Austin (1990[1962]) empreendeu uma reflexão sobre os enunciados performativos, enunciados que operam uma ação. Ao dizer algo, ou por consequência de dizer algo, nós não só dizemos este algo, mas à medida que dizemos, praticamos algum tipo de ação social. Nosso ato de falar é uma forma de realizarmos ações. Ações

²² Para Glock (1998, p. 325), essa noção é usada por Wittgenstein para mostrar que os jogos se unem (compondo formas de vida) através de “uma complexa rede de semelhanças que se sobrepõem e se entrecruzam, do mesmo modo que os diferentes membros de uma família se parecem uns com os outros sob diferentes aspectos (compleição, feições, cor dos olhos etc.)”.

²³ Sobre o contexto de atuação deste filósofo da linguagem, Ottoni (1998, p. 21), afirma que “John langshaw Austin surge no contexto da discussão sobre a linguagem num momento histórico preciso [...] Austin é o porta-voz de todo um processo histórico da filosofia contemporânea [...] o cenário é a discussão sobre a linguagem surgida na Inglaterra pela chamada escola de Oxford; e o momento, as décadas de 1940 e 1950”.

que se manifestam na linguagem. Por exemplo, ao gritar “Lutar, construir reforma agrária popular”, no jogo de linguagem Marcha do MST, um integrante desse movimento social, não está apenas dizendo algo, mas praticando uma ação, de lutar pela reforma agrária.

Para mostrar que ao dizer estamos sempre fazendo algo, Austin (1990) propôs o conceito de atos de fala. Sobre este conceito, Pinto (2009, p. 50) nos esclarece: “[...] Atos de Fala é um conceito [...] para debater a realidade de ação da fala, ou seja, a relação entre o que se diz e o que se faz – ou, mais acuradamente, o fato de que se diz fazendo, ou se faz dizendo”. Dessa forma, adentramos na teoria dos atos de fala,

Austin cria o ato de fala e o desdobra em três partes, em três atos simultâneos: um **ato locucionário**, que produz tanto os sons pertencentes a um vocabulário quanto a articulação entre a sintaxe e a semântica, lugar em que se dá a significação no sentido tradicional; um **ato ilocucionário**, que é o ato de realização de uma ação através de um enunciado [...] Por último, um **ato perlocucionário**, que é o ato que produz efeito sobre o interlocutor (OTTONI, 1998, p. 35-36) [grifo do autor].

Para exemplificar basta voltarmos ao enunciado “veneno na mesa, isso é um crime!” proferido por um dos militantes, em luta no dia da Marcha do MST. O dito é um ato locucionário; se por meio dessa expressão linguística, o *Sem-terra* militante fizer uma denúncia, isso é o ato ilocucionário; que por meio desse dizer ele consiga alertar/convencer todos os presentes na Marcha do malefício da agricultura que usa agrotóxico, isso é o ato perlocucionário. Note que “os três atos são realizados por meio da mesma expressão linguística, o que manifesta que não se trata de três atos distintos, mas de três dimensões do mesmo ato de fala” (OLIVEIRA, 2006, p. 160).

Para que possamos praticar uma ação **na** e **através** da linguagem, Austin (1990, p. 30) nos esclarece que “[a]lém do proferimento das palavras chamadas performativas, muitas outras coisas em geral têm que ocorrer de modo adequado para podermos dizer que realizamos, com êxito, a nossa ação”, de tal modo que, para que os atos possam ser executados são necessárias certas condições sociais, uma vez que as ações são executadas à medida que seguem um conjunto de regras intersubjetivamente estabelecidas e aceitas pelos/as próprios/as usuários/as da linguagem²⁴.

²⁴ Pinto (2007, p. 24), sintetiza bem as condições para a execução de um performativo. “São seis as condições para o funcionamento regular ou ‘feliz’ de um performativo, que podem ser traduzidas livremente como: A.1) a existência de procedimentos convencionais aceitos para enunciar certas palavras por certas pessoas em certas circunstâncias; A.2) pessoas e circunstâncias devem ser apropriadas para o procedimento invocado; B.1) o procedimento deve ser executado corretamente; B.2) e completamente; Γ.1) os procedimentos devem ser usados por pessoas com certos pensamentos ou sentimentos, ou

Importante dizer que, na abundante literatura sobre a “teoria dos atos de fala”, muitos autores (MARCONDES, 2005; GUIMARÃES, 2002; LEVINSON, 2007; OLIVEIRA, 2006, entre outros) sustentam que Austin priorizou o estudo do ato ilocucionário em detrimento do perlocucionário, pois o que ele fez foi distinguir entre a força e o efeito para focalizar o ato ilocucionário, porque neste estaria a força do performativo para a realização de ações. Basendo-me no raciocínio de Pinto (2006, p.4) de que na obra de Austin ([1962]1990) existe uma “ambiguidade teórica produtiva sobre a relação entre corpo e linguagem”, argumento que nas reflexões sobre o performativo, o filósofo inglês aponta indícios do que estamos concebendo aqui como performances corpóreo-discursivas.

De acordo com Pinto (2006), Austin na Conferência VIII “Atos Locucionários, Ilocucionários e Perlocucionários” explicita os três tipos de atos praticados num ato de fala inserindo a noção de ato perlocucionário, em sua reflexão sobre “como fazer coisas com as palavras” e separa este último (perlocucionário – equivalente ao *efeito* do dizer sobre o/a interlocutor/a) do ato ilocucionário (*força* exercida pelo ato de dizer algo). O argumento de Austin, de acordo com Pinto (2003, p.586), “é que o ato ilocucionário marca sua força **porque** ele é dito, enquanto o ato perlocucionário realiza seu efeito **através** do que é dito”. O exemplo mais conhecido de Austin é este:

- (1) Ele me ordenou que atirasse nela. (força ilocucionária)
- (2) Ele me fez atirar nela. (efeito perlocucionário)

Pelo que observamos no exemplo (1), temos que a ordem é realizada **porque** foi dito “Atire nela”; por outro lado, no exemplo (2), temos um ato perlocucionário, uma vez que a ação de atirar nela é realizada **através** de “Atire nela.” Ainda seguindo a argumentação de Pinto (2003), “o ato de atirar em alguém envolve corpos”, sendo assim podemos concluir que o ato perlocucionário realizado pela ação (ordem) de atirar nela exigiria o uso da categoria corpo como parte de seu funcionamento, ou seja, para “compreender o funcionamento da perlocução devo

intenção de conduta; Γ.2) e tais pessoas devem realmente conduzir-se de acordo com a conduta intencionada. (Austin 1976:14-15).”

incorporar alguma discussão sobre o funcionamento do corpo nos atos de fala” (PINTO, 2003, p.586).

Mais adiante, na Conferência IX “Distinção entre Atos Ilocucionários e Perlocucionários”, Austin pontua as diferenças entre o ilocucionário e o perlocucionário. Para Santos (2007, p. 50), “o mais importante nessa tentativa de Austin em definir ato ilocucionário e ato perlocucionário é a descoberta de que os dois estão relacionados a efeitos, mas em sentidos diferentes”. Por conta dessa ambiguidade, Pinto (2003) afirma que não há distinção entre força e efeito na Teoria dos Atos de Fala, pois, explica a autora, Austin usa o termo “efeito” tanto para o ato perlocucionário como para o ilocucionário, quer dizer, “efeito” é usado tanto para as “consequências” (efeitos) que devem ser garantidas no ato perlocucionário, como para as “produções” que devem ser asseguradas para a felicidade (força) do ato ilocucionário.

Para uma melhor compreensão da categoria corpo na obra de Austin vamos retomar o exemplo anterior. Ora, se o ilocucionário também produz efeito, poderíamos perguntar se, por exemplo, o ato ilocucionário “Atire nela” ao produzir o ato perlocucionário do movimento do corpo que aciona o gatilho deveria ser investigado, levando em conta a materialidade/presença do corpo que produz a ordem que leva outro corpo a executar a ação de atirar em alguém. O que estou apontando aqui é que a tese de que o ato de fala é um ato corporal não foi descartada por Austin. Tanto que na mesma Conferência IX ele afirma: “dizer certas palavras é necessariamente, pelo menos em parte, fazer certos movimentos, difíceis de descrever, com os órgãos vocais. Portanto, *o divórcio entre ações ‘físicas’ e atos de dizer algo não é de todo completo* – há alguma vinculação” (AUSTIN, 1990, p.98).

O uso de aspas em ‘físicas’ pode significar um questionamento. Algo como: será mesmo que no ato de fazer algo com as palavras podemos dizer que há ações físicas (não-linguísticas)?

Minha posição é a de que Austin tinha mais esta “carta na manga”: radicalizar a noção do performativo desaguando em algo semelhante a noção de performance corpóreo-discursiva. Algumas outras tantas passagens no “How To do Things with Words” que evidenciam esse trunfo, como exemplo, a situação em que ele problematiza a noção de “ato físico mínimo”, na execução de um performativo; “dobrar um dedo, que acionará o gatilho, que resultará na morte do burro” (AUSTIN, 1990, p.97). Uma conclusão a que podemos chegar sobre a famigerada distinção entre força ilocucionária e efeito perlocucionário é que Austin foi “feliz”, no sentido de executar

seu ato de fala, na execução do performativo: “só levarei os leitores para uma voltinha, ou melhor, para alguns tropeços” (AUSTIN, 1990, p. 123).

De todo modo essa posição de Austin a respeito de, no ato de fala, deter-se na ilocução ganha força principalmente quando, na Conferência XII “Classes de Força Ilocucionária”, ele elabora *uma tentativa* de classificação das forças ilocucionárias do ato de fala, elencando cinco classes gerais de verbos performativos, seguindo a força ilocucionária de cada “família” de atos de fala. Sobre esse esforço de classificação dos atos de fala, Rajagopalan alerta:

[a] literatura, já razoavelmente respeitável, sobre a teoria dos atos de fala está repleta de destroços das inúmeras tentativas que tentaram classificar os atos ilocucionários, cuja quantidade exata, nem Austin, o pai da teoria, se atrevia a arriscar, a não ser com uma estimativa propositalmente vaga que previa algo na ordem de 10 à terceira potência (Austin, 1962a). (RAGAGOPALAN, 2010b, p.45).

Austin não desenvolveu nenhum método de classificação do ato de fala, e isso por conta da forma como ele entendia o que era a filosofia, ou melhor, a filosofia da linguagem. Por outro lado, por conta dessa suposta falta de sistematização as reflexões austinianas que compõem o “How to do things with words”, alguém teve que desenvolvê-las. E é nesse contexto que o filósofo americano John .R. Searle surge como uma figura-chave, na história da teoria dos atos de fala.

De acordo com Rajagopalan (2010b), diante da morte inesperada de Austin²⁵, quem assumiu a responsabilidade de “promover” e “divulgar” (a seu modo), a referida teoria foi o seu discípulo mais próximo, o filósofo John R. Searle, que comprometido com uma abordagem logicista da linguagem, publica em 1969, sua obra *Speech Acts – An Essay in the Philosophy of Language* (Os atos de fala – Um Ensaio de Filosofia da Linguagem), que teve grande influência na Linguística, por exemplo. Acerca desse acontecimento, Ottoni esclarece:

Muitos estudiosos, dada a influência searlina ao tratar dos atos de fala e do ilocucionário, não percebem a diferença entre Searle e Austin, o que deve ser encarado com uma certa cautela por comprometer profundamente os estudos sobre a linguagem humana desenvolvidos por Austin. (OTTONI, 1998, p.12).

²⁵ Austin veio a óbito no ano de 1960, vítima de câncer terminal em fase adiantada, estava ainda com 49 anos, “em plena produção intelectual” (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 17).

A principal consequência do “sequestro de Austin por Searle” (RAJAGOPALAN, 2010b) para a pragmática foi o fato do debate sobre o caráter da ação na linguagem ser substituído por uma concepção de linguagem meramente instrumentalista, pois, ao invés de divulgar as ideias de fato austinianas sobre a linguagem, Searle propôs outra leitura, segundo a qual “foi possível ‘acoplar’ toda a investigação austiniana no terreno dos atos de fala ao modelo de gramática em franca ascensão naquela época, a saber, a Gramática Gerativo Transformacional (estamos nos referindo a década de 70)” (RAJAGOPALAN, 1996, p.109). Noutras palavras, Searle “domesticou” Austin, (re)formulando a teoria dos atos de fala de uma maneira tal que a linguagem voltou a ser entendida como mera descrição dos fatos no mundo.

Para Bonfim e Silva (2015), entre as consequências da visão searleana da teoria dos atos de fala que se tornaram pontos de discordância para uma nova abordagem pragmática (a Nova Pragmática) estão: a) uma concepção estreita de linguagem; b) abstração e idealização da realidade linguística e c) apresentação da linguagem como meio para representar ou expressar a realidade (Cf. NOGUEIRA DE ALENCAR, 2005). Acrescente-se também a ideia, ainda amplamente em voga, de que a dimensão social da linguagem aparece na pragmática como um adendo e, de que o/a usuário/a da linguagem é entendido/a enquanto um “agente autônomo cartesiano”, como denuncia Rajagopalan (2010b, p. 36), a “linguística em geral e muito da pragmática principiante está [...] ligada à ideia de um agente autônomo cartesiano”.

A “Nova Pragmática” (RAJAGOPALAN, 2010; SILVA, et al, 2014) surge então como negação dessa interpretação formalizante da teoria dos atos de fala (Cf. ALENCAR, 2005). Ela (de)marca outro olhar para a Pragmática partindo de uma leitura alternativa, ou, se não for redundante, de uma leitura austiniana de Austin propondo um outro modo de ler Austin, no qual “[a] leitura não searleana de Austin” (RAJAGOPALAN, 2010b, p.18) golpeia e desconstrói a “leitura oficial”, mostrando que a linguagem sempre será uma forma de ação social. O que a Nova Pragmática traz de novo é a posição de se investigar a linguagem enquanto ato de fala levando em conta, de forma integrada, todas as suas dimensões (sociais, culturais, econômicas e políticas). Como diz Rajagopalan, o inventor do termo:

A Nova Pragmática nada mais é do que a fase da Pragmática que conseguiu se desvencilhar das velhas amarras herdadas de outros tempos, que impediam os pesquisadores de **encarar a linguagem com todas as complexidades** que ela apresenta sem lhes dar costas ou simplesmente menosprezá-las em nome de aperfeiçoamento da teoria (RAJAGOPALAN, 2014, p.13) [grifo nosso].

Além de configurar-se como uma leitura contra-hegemônica da teoria dos atos de fala, esta visão de pragmática é marcada ainda por outras duas características principais. São elas: 1) a reivindicação de que o social seja constitutivo da análise pragmática e não algo que é adicionado posteriormente e 2) a visão da pragmática como uma perspectiva.

A primeira característica acentua o caráter marcadamente social, ético e político existente em qualquer ação linguística e, sendo assim, não podemos ignorar ou secundarizar essas dimensões em nossas análises pragmáticas. O segundo aspecto está relacionado com o fato de não mais compreendermos pragmática como uma subárea ou um componente da linguística, mas como uma perspectiva de/sobre linguagem. “Não é apenas uma perspectiva *da* linguística, pode-se notar, mas uma perspectiva *sobre* a linguística” (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 40). Vale dizer que não é apenas uma mudança no uso de preposições (“da”/ “sobre”), mas uma mudança no próprio modo de se encarar a linguagem e, por conseguinte, de praticar a pragmática. Rajagopalan aponta mudança como uma reviravolta na pesquisa pragmática no que diz respeito a

um desejo da parte dos principais pesquisadores de delinear uma matriz disciplinar em que eles não tenham mais de esperar para trabalhar os problemas não resolvidos no chamado ‘núcleo duro’ da linguística (isto é, em uma linguística na qual a questão social entra, na melhor das hipóteses, em segundo plano), mas sim repensar o papel mesmo da sociedade ao moldar e manter a linguagem. (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 40-41).

Importante dizer que essa “leitura não searleana de Austin encontra cada vez mais aceitação em áreas como a sociologia e a antropologia e, aos poucos, vai ganhando entusiastas no campo da linguística” (RAJAGOPALAN, 2010b, p. 18). No que se refere à apropriação de Austin através de uma “leitura não searleana”, no campo de uma das abordagens da Antropologia brasileira, cito a obra “O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais” (2002) organizada por Mariza Peirano. Trata-se de uma coletânea de ensaios que tem em comum a ideia de que investigar rituais é analisar a ação social.

Peirano (2002, p.10) sinaliza a relação destes trabalhos com Austin quando diz que em “vários dos ensaios que se seguem, Austin (1962) terá um lugar central [...] os trabalhos aqui apresentados focalizam o que os sujeitos fazem, tanto ou mais do que dizem fazer”. No que diz respeito aos estudos da linguagem, destaco a abordagem

presente no projeto de pesquisa Pragmática Cultural - doravante PRAGMACULT - (ALENCAR, 2013, 2014), como um dos modos de fazer o que a Nova Pragmática tem dito. A PRAGMACULT busca analisar “as nossas práticas culturais como jogos de linguagem” (ALENCAR, 2008), surge especificamente em 2008, no Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará (PosLA/UECE), através da linha de pesquisa “Pragmática Cultural e Estudos Críticos da Linguagem”, renomeada em 2012 para “Estudos Críticos da Linguagem”.

Esse programa de estudos pragmáticos começou a tomar corpo e a se consolidar diante da formação do Núcleo Interdisciplinar de Estudos em Pragmática (NIPRA), lançado em 2011 e registrado no diretório de pesquisa do CNPq, como Pragmática Cultural, Linguagem e Interdisciplinaridade e dos projetos de pesquisa PRAGMACULT e VIVA A PALAVRA (em 2013), coordenados pela Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar. Em suas palavras, a Pragmática cultural,

procura entender o lugar da linguagem na constituição histórica de problemas sociais, políticos, econômico-culturais provenientes da lógica de violência do sistema mundo capitalista, colonial e patriarcal. Para este entendimento precisamos olhar para nossas vivências linguísticas cotidianas, em que nossas gramáticas culturais são historicamente construídas em diversos jogos de linguagem (ALENCAR, 2013, p.03-04).

De maneira geral, esse modo de fazer pragmática tem uma preocupação central com as relações entre cultura, linguagem e poder, daí o adjetivo “cultural”. Essa postura pragmática parte da percepção do lugar constitutivo da cultura na vida social e compreende “que todo ato de fala e todo sentido é historicamente constituído a partir de diversos fatores (sociais, culturais, econômicos, políticos) integrados na produção e interpretação linguísticas”. (ALENCAR, 2010, p. 3). Para esta pragmática “[...] os sujeitos [são compreendidos] como situados historicamente considerados como, ao mesmo tempo, singulares e sociais, capazes de intervir no mundo através de suas práticas nos diversos jogos de linguagem reais em que interagem [...]” (ALENCAR, 2010, p. 3). Como se percebe, os conceitos de ato de fala e jogos de linguagem são utilizados nessa abordagem de maneira articulada e atrelada a investigações antropológicas.

Para realizar uma pesquisa linguística que permita pensar as questões políticas, econômicas e sociais como próprias de nossas linguagens, de nossas formas de vida cotidiana (ALENCAR, 2010), a Pragmática Cultural tem mobilizado também as

formas de conhecimento da Antropologia, principalmente, o método etnográfico, para “investigar a comunicação em ato” (ALENCAR, 2014, p. 81) de uma maneira mais eficaz. Nesse sentido, Alencar (2014) propõe uma “visada antropológica” da noção de jogos de linguagem, demonstrando que nossas mediações culturais são também um jogo de linguagem. A meu ver, os estudos em Pragmática Cultural têm contribuído para um olhar antropológico dos principais conceitos pragmáticos e, dessa maneira, radicalizado o que entendemos por linguagem, pois nessa perspectiva “os elementos do mundo (o chamado extralinguístico) são constitutivos da linguagem, ou melhor, sujeitos, instituições, ideologias, tempo e espaço não são externos à linguagem, mas delimitados e específicos a determinados jogos de linguagem” (ALENCAR, 2013, p. 04).

No caso da presente investigação, por esse olhar no jogo de linguagem mística ou na Marcha do MST, até os elementos ditos “não verbais” como a bandeira e o boné do MST ou os gestos dos corpos militantes *Sem-terra* são linguísticos, pois participam de jogos de linguagem que apresentam as formas de vida gestadas no interior deste movimento social. Ainda sobre essa visada antropológica, nas pesquisas pragmáticas, é importante mencionar as contribuições da Antropologia Linguística que, aqui no Brasil, tem dialogado tanto com a Nova Pragmática quanto com a Linguística Aplicada (Cf. SIGNORINI, 2008, MOITA LOPES, 2013a, SILVA, 2015).

3.3.3 A Antropologia linguística e a propriedade indexical da linguagem

De acordo com o antropólogo e linguista italiano Alessandro Duranti (1997), a Antropologia Linguística (AL), é um campo interdisciplinar (que se vale também de teorias linguísticas) de investigação de nossas práticas comunicativas, como constituintes da vida social, através de um olhar antropológico. Trata-se de um olhar atento para a produção e reprodução cultural, para a relação entre sistemas culturais e diferentes formas de organização social e à função das condições materiais de existência na compreensão da vida social. A AL surge a partir das pesquisas dos antropólogos (Antropologia Cultural) da primeira metade do século XX que tiveram a linguagem como fonte de preocupação teórica, tendo por base a produção de dados etnográficos referentes a pessoas reais, num tempo e espaço reais.

A AL opera com uma “compreensão da linguagem não apenas como um modo de pensar, mas, principalmente, como uma prática cultural, quer dizer, como uma forma de ação que pressupõe e ao mesmo tempo produz formas de ser no mundo

(DURANTI, 1997, p. 01)²⁶. Noutras palavras, a AL trabalha com uma concepção performativa e metapragmática de linguagem, no sentido de buscar compreender, não só o que fazemos com a linguagem, mas também o que pensamos quando fazemos o que fazemos com/na linguagem. Duranti afirma ainda que a Antropologia Linguística parta do pressuposto da força performativa que as palavras possuem e da observação *in situ* “de que signos linguísticos como representações e conexões com o mundo nunca são neutros; eles são constantemente utilizados para a construção de aproximações e hierarquizações culturais” (DURANTI, 1997, p. 05)²⁷.

Se a finalidade da AL é investigar as formas linguísticas como elementos constituintes da vida social, os/as antropólogos/as linguistas devem utilizar procedimentos que possam documentar, de forma sistemática, os usos linguísticos e as práticas culturais que aqueles materializam. Nesse cenário, a etnografia, advinda da Antropologia, integrada com outros métodos de registro linguístico, oferece um valioso arsenal para tal finalidade. Segundo Duranti,

Tal enfoque permite que os antropólogos linguistas abordem de forma inovadora algumas das questões e temas que estão no centro da pesquisa antropológica, como as políticas de representação, de constituição da autoridade, a legitimação do poder, a base cultural do racismo e conflitos étnicos, o processo de socialização, a construção cultural de identidades (ou self), a política de emoção, a relação entre as performances e formas de controle social, de domínio específico, conhecimento e cognição, desempenho artístico e as políticas de estética, consumo, o contato cultural e mudança social. (DURANTI, 1997, p. 03-04).²⁸

Como podemos observar, a AL tem temas variados de pesquisa. Segundo Duranti (1997), nas últimas décadas, o foco das preocupações tem se dado em três

²⁶ Minha tradução para “understanding of language not only as a mode of thinking but, above all, as a cultural practice, that is, as a form of action that both presupposes and at the same time brings about ways of being in the world” (DURANTI, 1997, p.01).

²⁷ Minha tradução para “that linguistic signs as representations of the world and connections to the world are never neutral; they are constantly used for the construction of cultural affinities and cultural differentiations” (DURANTI, 1997, p.05).

²⁸ Minha tradução para “Such a focus allows linguistic anthropologists to address in innovative ways some of the issues and topics that are at the core of anthropological research such as the politics of representation, the constitution of authority, the legitimation of power, the cultural basis of racism and ethnic conflict, the process of socialization, the cultural construction of the person (or self), the politics of emotion, the relationship between ritual performance and forms of social control, domainspecific knowledge and cognition, artistic performance and the politics of aesthetic consumption, cultural contact and social change” (DURANTI, 1997, p. 03-04).

grandes eixos teóricos, dedicados ao *estudo da performance, da indexicalidade e da participação*. Para a articulação teórica que faço, interessam-me as noções de indexicalidade e ordens de indexicalidade que serão apresentadas a seguir.

O termo indexicalidade está relacionado inicialmente com a definição de signo (especificamente do *signo como índice*) elaborada na Semiologia pelo filósofo Charles S. Peirce (1839-1914). Para Peirce (1983), um signo é uma coisa que representa outra (seu objeto). Discutindo sobre a natureza e função do signo ele divide-o em três tipos principais: ícone, índice e símbolo.

O representamen [isto é o signo], por exemplo, divide-se por tricotomia em signo geral, ou *símbolo*, *índice* e *ícone*. O *ícone* é um representamen que preenche essa função em virtude de característica própria que possui, mesmo que o seu objeto não exista. Assim, a estátua de um centauro não constitui (é verdade) um representamen se não existir ‘esse tal de centauro’. Se ainda assim representa um centauro, é em virtude de seu formato; e o formato continuará a tê-lo, exista ou não o centauro. ***Índice é representamen em virtude de uma característica que deve à existência de seu objeto, e que continuará tendo quer seja interpretado como representamen ou não.*** Por exemplo, um antiquado higrômetro é um *índice*. Pois foi projetado de forma a manifestar uma reação física conforme o ar estiver seco ou úmido; se o tempo estiver chuvoso, o boneco sai, mesmo que o uso do aparelho tenha caído em desuso e não se saiba mais que tipo de informação é que ele proporciona. *Símbolo* é um representamen que preenche sua função sem qualquer similaridade ou analogia com o seu objeto e é igualmente independente de qualquer ligação *fatual*, símbolo unicamente por ser interpretado como representamen. Por exemplo, uma palavra genérica, uma sentença, um livro. (PEIRCE, 1983, p. 27) [grifo nosso].

Vejam que a compreensão de Peirce a respeito de “índice” é a de que trata-se de um signo que se refere ao objeto que denota. Por exemplo, a “fumaça” no enunciado “onde há fumaça há fogo” *indica* a existência de fogo. Outro destaque que faço é o fato do índice ter uma relação de contiguidade com o objeto que ele representa. Duranti (1997) ressalta que essa propriedade pode ser atribuída também a expressões linguísticas como os pronomes demonstrativos: “isto”, “aquilo”, pronomes pessoais como: “eu” e “você”, expressões temporais como “agora”, “ontem” e expressões espaciais como “agora”, “para cima”, “abaixo”. Tais expressões são denominadas por muitos estudiosos da linguagem (LEVINSON, 2007; MAINGUENEAU, 2011; CAVALCANTE, 2012, entre outros) de elementos dêiticos, ou mais propriamente, dêixis, pois tais expressões linguísticas “apontarem” para o objeto ao qual se referem.

Numa abordagem antropológica da linguagem, Hanks (2008) define dêixis como a materialização da integração entre língua e contexto de enunciação. Para ele, há uma “ligação imediata da dêixis com as relações sociais básicas entre o falante, o destinatário, o objeto e o contexto fenomênico de enunciação” (p. 205).

A indexicalidade linguística deriva então desta percepção de que não apenas os elementos dêiticos indiciam (indexalizam/ apontam para) os contextos aos quais se referem, mas de que *todo uso linguístico é indexical*, no sentido de que nossos usos linguísticos trazem sempre as marcas dos contextos para os quais apontam. O valor indexical das palavras tem a ver, então, com a forma como indexamos significados através da linguagem, nas práticas sociais e comunicativas, com o modo como ordenamos social e culturalmente nossas atividades linguístico-discursivas no mundo e com as escolhas linguísticas que realizamos em determinadas situações comunicativas.

Inês Signorini (2008, p.137) ecoando Peirce nos diz que “uma forma linguística é indexical quando há uma relação de contiguidade com seu objeto [...] ou seja, o indexical e o que ele indexa estão ‘de alguma forma co-presentes no contexto de fala’”. Michael Silverstein (2003), ao estudar a indexicalidade na linguagem, cunha o termo “ordem indexical”. De acordo com esse antropólogo linguista “ordem indexical é o conceito necessário para nos mostrar como relacionar o microssocial às estruturas macrossociais de análise de todo fenômeno sociolinguístico”.²⁹ Esta categoria acrescenta a ideia de indexicalidade à dimensão da ligação entre microcontextos e macrocontextos, no que se refere a análise das nossas práticas sociocomunicativas. Se pensarmos na luta do MST, podemos entender que a luta pela terra por uma reforma agrária popular funciona como um macrocontexto que, por estar relacionado ao microcontexto (formação de militantes *Sem-terra*) desse movimento social, direciona as práticas sociocomunicativas dos/as integrantes do MST.

Jan Blommaert (2010) retoma a reflexão inaugurada por Silverstein e propõe a noção de “ordens de indexicalidade” ratificando a preocupação da relação entre as dimensões microssociais e as estruturas macrossociais do fenômeno linguístico, enfatizando, principalmente, aspectos relacionados ao poder e a desigualdade no uso semiótico. Essa categoria é inspirada na noção de “ordem do discurso” de Foucault (1996), que focaliza as regras de produção do discurso. Diz Foucault (1996, p.8-9), “em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função

²⁹ Minha tradução para “‘indexical order’ is the concept necessary to showing us how to relate the micro-social to the macro-social frames of analysis of any sociolinguistic phenomenon (SILVERSTEIN, 2003, p.193)

conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade”.

Blommaert (2010), semelhante ao filósofo francês, aponta que qualquer produção semiótica está submetida a normas que - impostas pelas sociedades ou pelo próprio discurso - regem, controlam, disciplinam os processos de coconstrução do sentido. Importante dizer que uma das grandes contribuições da categoria de ordens de indexicalidade é a possibilidade de observar a circulação do signo, perceber as trajetórias textuais dos atos de fala no espaço e no tempo, no caso do MST.

No que diz respeito às nossas práticas de linguagem, Rocha (2013) pontua que a “indexicalidade é importante para se compreender os tipos de imbricações entre movimentos microinteracionais e escalas macro de formações culturais mais amplas”. Na mesma linha de raciocínio, Moita Lopes e Melo (2014) argumentam que essa indexicalização de sentidos acontece por meio de vários recursos semióticos (índices linguísticos como atos de fala e dêixis, por exemplo) e permite compreender como sujeitos sociais, em suas performances discursivas, indexalizam ideologias ou discursos que orientam nossas vidas em sociedade.

Fabrizio (2013, p. 155), ao mobilizar a categoria de ordens de indexicalidade no âmbito da Linguística Aplicada investigando as implicações da reinvenção da lusofonia contemporaneamente, afirma que tal noção diz respeito a “significados normativos, associados a sistemas de estratificação e hierarquização”. A autora cita como exemplo a possibilidade da imagem de uma “morena brasileira” circular em ordens de valoração discordantes em diferentes contextos lusos. No Brasil, “pode indexalizar beleza, enquanto em Portugal pode indexalizar sexualidade exótica, voraz e ameaçadora – construção que remonta a um passado colonial” (idem).

Com base nisso, podemos afirmar que ao interagirmos socialmente, em nossas práticas linguísticas, instauramos processos locais de negociação de sentidos que indexalizam processos culturais mais amplos. Nesse sentido, Pontes (2009, p. 33) sinaliza que o processo de indexicalização identitária “é desempenhad[o] por estruturas e categorias linguísticas e discursivas que exercem esse papel”. Ora, se identidades são indexalizadas linguisticamente uma questão para pensarmos é: como identidades são indexalizadas? Talvez possamos crer que identidades são indexalizadas em corpos, ou melhor dizendo, por meio do uso linguístico (regido por e em ordens de indexicalidade) inscrevemos identidades em nossos corpos.

A noção de performance corpóreo-discursiva explicitada anteriormente retorna aqui para ser complementada com as noções de entextualização e recontextualização postuladas por Richard Bauman & Charles Briggs (1990). Antropólogos linguistas que têm concebido o ato de narrar como uma performance, em outras palavras, como uma ação ritual que produz efeitos sobre quem conta a história e quem participa dessa interlocução. Eles advogam que narrar é um ato de fala performativo por excelência. Para Borba (2014, p.101) “entender narrativas como performances implica considerar o caráter constitutivo da narrativa e como a realidade e as identidades são construídas pelo/no ato de narrar”. Podemos entender que a ação de contar histórias produz performativamente efeitos de identidades sobre nós e sobre o outro e também que o conceito de performances corpóreo discursivas contempla o ato de narrar. Para Bauman e Briggs (1990, p. 188) uma “dada performance está ligada a vários eventos de fala que a procedem e sucedem (performances passadas, leituras de textos, negociações, ensaios, fofoca, relatos, críticas, desafios, performances subsequentes, e similares) ”.

O interesse na performance, por parte destes autores, está na compreensão da organização cultural dos processos comunicativos, especificamente, o foco recai sobre os modos de transformação da fala. Performances são materializadas através do que os autores chamam de *entextualização* de discursos que circulam entre encontros comunicativos. Segundo eles, entextualizar é:

o processo de tornar o discurso passível de extração, de transformar um trecho de produção linguística em uma unidade – um texto – que pode ser extraído de seu cenário interacional. Um texto, então, nesta perspectiva, é discurso tornado passível de descontextualização. Entextualização pode muito bem incorporar aspectos do contexto, de tal forma que o texto resultante carregue elementos da história de seu uso consigo. Fundamental para o processo de entextualização é a capacidade reflexiva do discurso, capacidade que este compartilha com todos sistemas de significação, de “virar-se ou dobrar-se sobre si mesmo, de tornar-se um objeto de si mesmo, de referir-se a si mesmo” (BAUMAN; BRIGGS, 1990, p. 206).

Silva (2014, p.68) afirma que a entextualização captura “os sentidos da relativa autonomia das unidades linguísticas de se tornarem textos, no trânsito de um contexto a outro”. O processo de entextualizar está relacionado a trajetória de textos, discursos, imagens, corpos e identidades, à viagem deles no tempo/espço (BLOMMAERT, 2010). Para entendermos, por exemplo, o enunciado “Ocupar, resistir e produzir” precisamos compreender primeiramente as performances passadas,

presentes, etc, que este enunciado ecoa (e é neste momento que a indexicalidade atua), em última instância teríamos que averiguar o lugar desse enunciado na longa cadeia de múltiplas recontextualizações que toda performance está sujeita.

De acordo com Bauman e Briggs (1990), todas as performances nascem e agem neste movimento contínuo de entextualização e recontextualização de discursos. Eles explicam que ambos são aspectos do mesmo processo de transformação discursiva. Em síntese, um texto/discurso ao ser descontextualizado (deslocado do seu contexto inicial), entextualizado (viajar por entre contextos) e recontextualizado em outra situação comunicativa se transforma em outro texto, apesar de carregar consigo as propriedades indexicais do contexto “original”. No caso das performances corpóreo-discursivas, Almeida (2014, p. 87) alerta que uma “mesma performance pode encenar diversos textos ou versões do mesmo texto”.

Bauman & Briggs (1990) apresentam um enquadre com seis categorias que podem ser usadas na análise dos processos de entextualização e recontextualização. Para fins desta pesquisa adotaremos a categoria *função* e a *localização indexical*. A primeira está ligada a força ilocucionária e perlocucionária de uma performance e a segunda diz respeito ao uso de marcadores dêiticos de pessoas, localização espacial, temporal, etc. tais marcadores funcionam como pistas indexicais da história performance em curso.

Vale ressaltar que entender esse processo de descontextualização-entextualização-recontextualização tem a ver (grosso modo) não apenas com responder que discursos habitam o enunciado “x”, mas com visibilizar a trajetória (e os discursos que vem com ela) deste enunciado nas suas múltiplas recontextualizações. Seguindo então a recomendação de Silva (2014, p. 69) que nos diz que “uma boa análise de um texto, que capture aspectos importantes do movimento de sua entextualização, demanda uma boa análise da prática comunicativa”, efetuei no ATO 4 desta tese, a análise das entextualizações e recontextualizações de atos de fala nas performances corpóreo-discursiva do militantes *Sem-terra*, situando a análise dentro do que denominei de uma Linguística Aplicada para fins emancipatórios.

3.4. POR UMA LINGUÍSTICA APLICADA PARA FINS EMANCIPATÓRIOS

A partir do quadro teórico apresentado neste capítulo, proponho nomear a visão de linguística aplicada com que analisei os processos de entextualizações e recontextualizações nas performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra*

como uma *Linguística Aplicada para fins emancipatórios*. Antecipo que não se trata aqui de uma “escola” teórica, mas de uma perspectiva, seguindo o mote da Nova Pragmática discutido anteriormente. Primeiro, apoio-me no que Rajagopalan (2009) chamou de “Linguística com fins emancipatórios”, em suas palavras, essa maneira de encarar a linguística é

altamente interventora ou, porque não dizer com todas as letras, prescritiva. Isso porque o linguista, no caso, está sendo movido por um desejo não só de constatar as iniquidades que se encontram na sociedade em que vive, mas fazer algo a respeito delas, com o intuito de transformar a ordem social que permitiu que tais iniquidades se instalassem na sociedade. (RAJAGOPALAN, 2009, p.1-2).

Mais adiante, no mesmo texto, o autor afirma que uma linguística com fins emancipatórios será o desdobramento de uma linguística crítica, em que o linguista atua como um agente social, como um ativista político, com o interesse “de lutar por mudanças na sociedade, de fazer com que suas reflexões teóricas tenham impacto direto na vida” (RAJAGOPALAN, 2004, p. 222) das pessoas.

A reivindicação que faço de uma LA com fins emancipatórios requer uma performance deste tipo por parte do/da pesquisador/a. Ao considerarmos que descrever (constatar) é um performativo mascarado (AUSTIN, 1962), visto que descrever não constata, mas performatiza, então o/a linguista aplicado/a não só descreveria o funcionamento das práticas de uso da linguagem como também deve assumir que sua descrição é interventora. E sendo assim, porque não praticar uma LA militante, que contribua para a reinvenção da emancipação social, aqui entendida enquanto um modo de politização da vida social (MOITA LOPES, 2006)? Tal ação interventora “pode e deve começar na/pela própria linguagem, e não fora dela” (RAJAGOPALAN, 2004, p. 223).

Nesse sentido, aproprio-me também da proposta de uma Nova Pragmática Emancipatória (MARTINS FERREIRA; NOGUEIRA DE ALENCAR, 2013) e de uma Linguística Emancipatória (SIGNORINI, 2009), pois ambas as propostas se reivindicam (assim como a LA INdisciplinar) como campos de pesquisa transdisciplinares, atentando para um comprometimento social por parte dos/as linguistas nos estudos da linguagem e se opondo a abordagens reducionistas e formalistas da linguagem que tem sido sustentadas por uma tradição de linguística modernista.

Para Dina Martins Ferreira e Claudiana Alencar (2013), uma Nova Pragmática Emancipatória seria “uma ‘perspectiva’ que considera as políticas da linguagem, as *formas de agência* e as mediações culturais a partir da historicidade de nossas práticas culturais [...] uma teoria pragmática da vida cotidiana em seus movimentos culturais” (MARTINS FERREIRA; NOGUEIRA DE ALENCAR, 2013, p. 279 – grifo meu).

Signorini (2009), em seu texto “Emancipatory linguistics”, publicado como verbete na *Concise Encyclopedia of Pragmatics*, destaca que o que diferencia uma abordagem como Linguística Emancipatória é o “seu compromisso de construir uma teoria abrangente dos processos discursivos que pode servir de base para a ação política e para a *mudança social emancipatória*, ou seja, para uma prática eficaz de intervenção e uma preocupação mais detida com a educação linguística” (p. 237 – grifo meu). Ela acrescenta ainda que esse campo de pesquisa contempla diferentes abordagens dos Estudos da Linguagem, como a Análise do Discurso, Sociolinguística, Pragmática, Linguística Aplicada e Antropologia Linguística.

Há de se considerar que não estou pleiteando uma linguística aplicada salvacionista, até porque, como alerta Sousa Santos (2007, p. 27), “não há um princípio único de transformação social”. O que estou propondo é que nós, enquanto linguistas aplicados/as, possamos entextualizar performances militantes em nosso fazer científico, performances que problematizem as linguísticas aplicadas que tem falhado com as vozes do “Sul”, parafraseando o livro/debate “A linguística que nos faz falhar” organizado por Fábio Lopes da Silva e Kanavillil Rajagopalan (2004), em que o segundo linguista, partindo da polêmica gerada em torno do projeto de lei 1676/99 que procurava coibir o uso de estrangeirismos no Brasil, mostrou como a linguística tem falhado “em dar respostas aos anseios populares em relação a assuntos de grande relevância como o lugar da língua nacional, a propriedade ou não de coibir a enxurrada sem tamanho de estrangeirismos etc.” (p.173).

Isso ocorreu por conta dos/as linguistas produzirem conhecimento à revelia do que o leigo pensa e fala sobre linguagem. Ainda nesse livro, Rajagopalan (2004, p. 217) chega a apontar a área da LA como estando “numa posição privilegiada para se envolver diretamente em questões de interesse imediato para a sociedade”, talvez por que no campo da LA (pelo menos da forma como vem sendo praticada contemporaneamente) esse diálogo entre linguistas aplicados/as e sociedade esteja fluindo bem.

Sousa Santos (2007), por sua vez, chega a ser categórico no que diz respeito a paradigmas que provoquem mudanças sociais ao dizer que mais “do que uma teoria comum, do que necessitamos é de uma teoria de tradução que torne as diferentes lutas mutuamente inteligíveis e permita aos actores colectivos ‘conversarem’ sobre as opressões a que resistem e as aspirações que os animam” (p. 27). Uma LA emancipatória poderia contribuir para essa tradução intercultural à medida que ela tem o interesse de reinventar a emancipação social, no diálogo com todos aqueles/as que lutam cotidianamente “em busca da nova sociedade”.³⁰

Portanto, quando vislumbro uma LA com fins emancipatórios é no sentido de construir um diálogo mais intenso com os movimentos sociais, enfatizando, principalmente, o modo como “mudanças sociais emancipatórias” estão ocorrendo contemporaneamente, atentando para as “formas de agência” cotidiana dos sujeitos sociais em movimento (no caso em tela, no MST), através de suas práticas comunicativas e culturais. Inspiro-me aqui também na advertência de Wittgenstein (1989, p. 38), quando ele diz “não pense, mas veja!”. Proponho então VER/MOSTRAR (e não apenas pensar) as mudanças humanas que o MST tem realizado através de suas “políticas de linguagem”.

Para tanto, necessito, como estudioso da linguagem enquanto prática, da preocupação transdisciplinar, híbrida e mestiça da LA Indisciplinar, bem como do olhar para o uso efetivo da linguagem como objeto de investigação. Da Nova Pragmática que articula a análise do corpo com a noção de performatividade (PINTO, 2002) me fornecendo tanto uma reflexão politizada a respeito do ato de fala (uma das categorias analíticas centrais dessa investigação) quanto um modo coerente de ver e investigar a linguagem humana.

Se a Nova Pragmática reivindica-se como uma “perspectiva de/sobre linguagem”, a Pragmática Cultural se apresenta enquanto um entre tantos outros modos de praticá-la. Nesse sentido, ao rediscutir formas de usar as categorias pragmáticas como ato de fala e jogos de linguagem, a Pragmática cultural radicaliza e amplia a tese da linguagem como ação e o faz através de uma “visada antropológica”, “descendo ao campo” (ALENCAR, 2014, p.82) através da articulação entre Pragmática e etnografia, para investiga, não apenas a linguagem como ação, mas como processo. Porque são nos

³⁰ Ivanildo Paz, 2014.

processos linguísticos, na circulação do ato de fala, que podemos visualizar formas de agência dos sujeitos “construtores de signos”.

De modo que é imprescindível visualizar as trajetórias percorridas pelas entextualizações e recontextualizações realizadas pelos/as militantes *Sem-terra* no MST-CE. Aqui entra a contribuição da Antropologia Linguística, juntamente com a ênfase no potencial da etnografia na compreensão da forma de vida militante *Sem-terra* no MST, através de suas performances corpóreo-discursivas. Uma vez explicitado o que entendo por LA emancipatória passarei agora para a descrição dos percursos da pesquisa.

4 ATO III - A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA: EXTEXTUALIZANDO O CAMPO DE PESQUISA

4.1 SOBRE A NATUREZA DA PESQUISA, INSTRUMENTOS E DELIMITAÇÃO DO *CORPUS*

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, pois “[...] lida com descrições e interpretações da realidade social tendo como base dados interpretativos” (RESENDE, 2008, p. 82), isto é, dados construídos e coletados a partir da própria experiência social. Este modelo de pesquisa visa à compreensão dos fenômenos sociais de um ponto de vista aberto, procurando as suas motivações históricas. Dias (2007, p. 48) entende este método de pesquisa, “[...] como um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão maior visibilidade ao mundo”.

Para a autora, estas práticas transformam o mundo em uma “série de representações” que incluem as entrevistas, as gravações, entre outras formas de compreensão e análise da vida social. Lima (2007, p. 79) nos diz que “os métodos qualitativos enfatizam especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser e nos apresentam vários instrumentos de coleta e de geração de dados [...]”.

Diante destas posições, compreendo a pesquisa qualitativa como uma atividade situada, no sentido de que ela localiza o/a pesquisador/a no contexto da prática social focalizada, construindo uma rede de sociabilidade entre os sujeitos pesquisadores e participantes da pesquisa. Como meu objetivo foi compreender como as performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra* do MST constituem uma pragmática do corpo recorri a uma metodologia qualitativa adequada para estudar a linguagem em uso de forma contextualizada. Portanto, escolhi a etnografia como método para coleta dos dados, uma vez que este método de pesquisa se coaduna ao meu propósito de estudo, pois “é justamente o trabalho de campo guiado por questões específicas de pesquisa sobre o uso da linguagem que tem tornado a etnografia uma escolha metodológica frequente nas pesquisas em Linguística Aplicada [e em Pragmática também]” (GARCEZ; SCHULZ, 2015, p. 19). Da perspectiva da Antropologia da linguagem, Duranti define etnografia como:

a descrição escrita da organização social, das atividades sociais, dos recursos materiais e simbólicos e das práticas interpretativas características de um determinado grupo de pessoas. Tal descrição é geralmente produzida pela participação prolongada e direta na vida social de uma comunidade (DURANTI, 1997, P. 85).

Cefaï et al. (2011, p.10) nos dizem que esta abordagem qualitativa de pesquisa é caracterizada pela “realização da observação direta e da observação participante como modalidades primeiras da investigação.” Segundo o referido autor e seus colaboradores/as, não “podemos falar em *etnografia* sem ter esse momento de observação, compreensão e descrição *in situ* da pesquisa” (CEFAÏ et al, 2011, p.10). Portanto, através da observação participante, ou “investigação militante” como argumentam Bonilla et al (1999)³¹, fui paulatinamente construindo uma relação intersubjetiva com os/as integrantes do MST-CE, de tal forma que consegui em alguma medida, tornar-me um “membro do grupo” (RESENDE, 2008, p. 113), ao ponto até de ser convidado por uma militante/facilitadora do curso Prolongado para ministrar uma oficina sobre relações de gênero e linguagem no referido curso. Mais adiante darei mais detalhes sobre essa experiência que me fez repensar os rumos metodológicos da pesquisa.

Ainda no que se refere à natureza desta investigação esclareço que a etnografia que fiz foi uma etnografia multissituada (MARCUS, 2001). Esta modalidade de pesquisa etnográfica difere da investigação etnográfica convencional, que geralmente focaliza/descreve um único espaço de investigação. Em contrapartida, a etnografia multissituada busca pesquisar a circulação de práticas e identidades culturais num espaço-tempo difuso, móvel. Nas palavras do autor, esta “etnografia móvel toma trayectorias inesperadas al seguir formaciones culturales através y dentro de múltiples sitios de actividad” (MARCUS, 2001, p. 112). Oliveira (2014, p. 42) complementa dizendo que esta perspectiva de etnografia encontra-se “associad[a] à especificidade dos objetos da recepção que não se centram em um lugar especificamente, mas levam o pesquisador a múltiplos contextos, sejam estes apontados através dos discursos dos receptores ou evidenciados pelos contextos de recepção”. O que fiz, então, foi

³¹ De acordo com os autores a “investigação militante” é realizada por um “observador militante” que, enquanto pesquisador comprometido com uma causa popular, “imprime um caráter dinâmico ao método de aproximação” (BONILLA, et al, 1999, p. 142). Minha escolha por este termo reside na forma como “observei” as práticas de linguagem no MST-CE. Eu não só observei e participei, mas ao fazer essas ações eu também militei, isto é, lutei junto com eles/as como explicitarei mais adiante através da minha participação no curso de formação de militantes na posição de “educador”.

acompanhar no período de dois anos (2013-2015) os Encontros Estaduais do MST-CE (um no município de Caucaia e o outro no município de Madalena - CE), o Congresso Nacional do MST, em fevereiro 2014 (em Brasília) e neste mesmo ano, entre outubro e dezembro, o Curso de Formação Política “Prolongado” (em Fortaleza).

Esta mobilidade da pesquisa tem a ver com a movimentação das atividades desenvolvidas pelos militantes *Sem-terra* no MST. Dentro da etnografia que realizei selecionei como técnicas a observação participante (que aqui denominei observação militante) e entrevistas de caráter semi-estruturado³²; como instrumentos utilizei a gravação em vídeo das místicas e demais práticas socioculturais desenvolvidas pelos integrantes do MST no período da pesquisa de campo e as notas de campo. Para a análise utilizei as categorias já discutidas no capítulo anterior entextualização, recontextualização, jogos de linguagem, gramática, indexicalidade e ordens de indexicalidade.

Por se tratar de uma pesquisa qualitativa de cunho etnográfico torna-se de fundamental importância refletir sobre questões éticas relativas aos sujeitos participantes da pesquisa. Por esse motivo esclareço que após ter a autorização do Comitê de Ética da Universidade Estadual do Ceará³³ iniciei a pesquisa de campo acompanhando as principais atividades relacionadas à formação do militante *Sem-terra* no MST. Após iniciar a pesquisa de campo e de conhecer outros olhares sobre a linguagem como o da Antropologia Linguística, fui redesenhando minhas questões e cheguei a estas:

1. De que maneira uma etnografia multissituada das atividades de luta e formação desenvolvidas no MST-Ceará pode contribuir para a compreensão das performances corpóreo-discursivas dos/as militantes Sem Terra?

³² Este tipo de entrevista qualitativa segue o critério de semi-estruturação, isto é, se organiza de maneira a possibilitar a participação efetiva dos/as entrevistados/as e do entrevistador, não sendo conduzida de forma rígida. Como, por exemplo, as entrevistas de levantamento, onde são feitas uma série de questões predeterminadas.

³³ Esta pesquisa fez parte de um projeto de pesquisa mais amplo intitulado “Por uma pragmática cultural: cartografias descoloniais e gramáticas culturais em jogos de linguagem do cotidiano (PRAGMA CULT)”, coordenado pela profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar. A referida pesquisadora submeteu este projeto ao Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará e obteve parecer favorável (Parecer número 459.008) em 29/10/2013. Uma vez aprovado este projeto, todas as outras pesquisas vinculadas a ele também o foram, incluindo a presente tese.

2. Como a análise dos processos de entextualização e recontextualização de atos de fala pode contribuir para a compreensão das performances corpóreo-discursivas dos militantes Sem Terra?
3. De que forma as performances corpóreo-discursivas dos integrantes do MST constituem a forma de vida ser militante neste movimento social;
4. De que maneira as performances dos militantes *Sem-terra* apresentam formas de agência no MST-CE?

Quanto à composição, delimitação e análise do *corpus* concordo, tomo de empréstimo as palavras de Resende (2008, p.138), quando ela diz que pesquisas etnográficas geralmente resultam em grandes quantidades de dados, “o que nos obriga a desenvolver métodos para o tratamento desse material”. Em dois anos, acumulei uma infinidade de informações sobre o MST, principalmente, a respeito do Curso Prolongado que acompanhei diariamente, por três meses. De modo que, tendo por base as colocações de Angrosino (2009) a respeito dessa etapa da pesquisa etnográfica, elaborei os seguintes passos:

- a) Após o encerramento da pesquisa de campo em dezembro de 2014, organizei uma espécie de banco de dados, depois de transcrever as notas de campo e as entrevistas, que, junto as fotografias e os vídeos das místicas constituíram uma primeira amostra do *corpus*;
- b) Na sequência, fiz uma leitura panorâmica de todo esse material, atentando para minhas questões de pesquisa;
- c) A leitura me fez elaborar blocos temáticos que me direcionaram para trechos discursivos relacionados as performances corpóreo-discursivas dos *Sem-terra*;
- d) Por fim, realizei a leitura desses blocos temáticos, atentando para as variadas performances de luta e os jogos de linguagem em que elas se realizaram.

No que se refere a análise de cenas retiradas das gravações em vídeo, esclareço que segui o mesmo percurso escolhido para os trechos discursivos, com o acréscimo de “congelar” as cenas nos vídeos, através do recurso *print screen*. Dessa forma, identifiquei e selecionei as cenas relevantes para a análise.

Quanto aos militantes selecionados e entrevistados durante a pesquisa de campo, esclareço que os critérios de escolha tiveram por base:

- a) indicação por parte de dirigentes do MST-CE, estar como dirigente deste movimento social ou já ter ocupado algum cargo nessa organização;
- b) participar (ou ter participado) efetivamente das ações realizadas na história do movimento social no Ceará³⁴;
- c) demonstrar um acúmulo de experiências no contexto da luta pela terra no Brasil e no Ceará.

Depois de esclarecidos/as sobre o teor da pesquisa e suas possíveis implicações, os/as militantes assinaram um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, concordando em participar da pesquisa. Realizei as entrevistas de cunho semi-estruturado, com o objetivo principal de coletar “informações referentes a eventos históricos, opiniões, interpretações e pensamentos” (ELLSBERG & HEISI, 2005 apud DIAS, 2007, p. 59), desses sujeitos em relação à luta pela terra no Ceará. Utilizei um roteiro de questões semi-estruturadas, buscando responder minhas questões de pesquisa. Portanto, as entrevistas tiveram por base as seguintes questões:

1. Qual é o seu nome completo?
2. Quantos anos você tem?
3. Onde morava antes de entrar no MST?
4. Como você conheceu o MST?
5. Antes de morar no assentamento (ou acampamento) trabalhava na agricultura?
6. Você possui algum tipo de cargo/função no Movimento atualmente?
7. Do que você lembra quando grita ou ouve as palavras de ordem no MST?

³⁴ Por participação efetiva dos/as trabalhadores/as rurais integrantes do MST-CE entendo a atuação engajada dos/as militantes Sem Terra no sentido do envolvimento constante destes sujeitos com a luta pela terra do MST no Ceará. Dessa forma, os/as militantes Sem Terra se diferenciam das outras identificações atribuídas aos agricultores rurais sem-terra, pois, são várias as identidades de Sem Terra no MST: acampado/a, assentado/a, militante, Sem Terrinha, dentre outras (Cf. Capítulo 1).

8. Gostaria que você falasse um pouco do Massacre de Eldorado dos Carajás. Como ele marca a militância do MST?
9. Fale sobre o “Dia do Cerco da Bezerra de Menezes”. Como ele marca a militância do MST no estado?
10. O que é ser *Sem-terra* militante no MST pra você?

Todas as questões foram elaboradas considerando aspectos éticos - no sentido de suas implicações sociais para os/as participantes – e relacionados às questões da pesquisa. As questões de 1 a 6 foram tomadas como questões gerais, com o objetivo de intensificar a aproximação entre entrevistados/as e entrevistador e também proporcionar um espaço em que os/as entrevistados/as pudessem narrar um pouco de suas histórias antes de entrar para o MST. A questão 7 trazia à tona os usos dos gritos de ordem no MST e sua relação com as várias performances dos *Sem-terra*, nas lutas e formações. As questões de 8 e 9 propiciaram uma conversa aberta sobre o tema da dor e do sofrimento, na luta pela terra no Brasil e no Ceará, relacionando-as com as experiências dos/as militantes, em vários espaços de atuação do MST-CE. Por fim, a questão 10 proporcionou um grande debate sobre a formação do/a militante *Sem-terra* no e do MST-CE.

Uma vez situado e esclarecido o tipo de pesquisa que realizei, retomarei agora o ponto destinado da minha observação/participação no Curso Prolongado no MST para explicar como fui formulando (em campo), através do diálogo com os militantes do MST, o percurso metodológico e analítico dos dados.

4.2 QUANDO O OBSERVADOR PARTICIPANTE VIRA MILITANTE: O XII PROLONGADO E A OFICINA DE LINGUAGEM E GÊNERO NO MST

Ao conhecer o espaço da Escola nacional Florestan Fernandes (ENFF-Ceará)³⁵ em Fortaleza, percebi que em todos os espaços (cozinha,

³⁵ A Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF) foi idealizada e inaugurada pelo MST em janeiro de 2005 no município de Guararema – SP. Trata-se de uma escola de capacitação técnica e de formação dos militantes do MST e de outros movimentos sociais nacionais e internacionais. Seu objetivo é proporcionar a jovens, mulheres e homens do meio rural uma educação voltada para a realidade do campo, tendo em vista a diversidade cultural do Brasil. Ela tem esse nome em homenagem ao sociólogo brasileiro Florestan Fernandes que desenvolveu muitas reflexões sobre a luta de classe no Brasil e na América Latina. A partir desta sede central, vários estados onde o MST está estruturado organizaram suas sedes regionais da ENFF. A sede do Ceará está localizada no bairro Bela Vista, em Fortaleza, utilizando o espaço da Paróquia Nossa Senhora de Salette.

dormitórios, corredores, salas de estudo) tem cartazes, imagens e gritos de ordem estampados nas paredes. No andar de cima vi, por exemplo, uma bandeira com a imagem de Mandela (Nelson Mandela). No térreo vi um banner fazendo referência aos 30 anos do Jornal Sem Terra. A imagem traz o jornal aberto e dele saem Sem Terras com inchada nas mãos, facão, cartazes e ao lado uma imagem da bandeira do MST com uma mulher negra e um homem negro lado a lado (Nota de campo registrada em 13/10/2014).

Esse registro apresenta minhas primeiras incursões em um dos principais espaços da pesquisa, a Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF-Ceará). Espaço onde ocorreu o curso de formação política Prolongado, ministrado pelo MST-CE, através do Setor de Formação, para os jovens militantes, na cidade de Fortaleza-CE, no período de 13 de outubro a 13 de dezembro de 2014, por isso, o nome Curso Prolongado. Trata-se de um curso teórico-prático intensivo com programação diária, onde os participantes conheceram a estrutura e funcionamento interno do MST, seus setores, coletivos, símbolos, valores, princípios e formas de luta e também as teorias e análises políticas e sociológicas da realidade agrária brasileira.

O curso é, como me disse um dos dirigentes do MST-CE, “a porta de entrada para a militância no MST”. Eu tomei conhecimento do curso Prolongado através do militante Ivanildo Paz quando o entrevistei para a pesquisa. Conversávamos sobre os gritos de ordem do MST e sua relação com a luta pela terra e a, certa altura da entrevista, o militante me contou a respeito do curso.

Esses gritos de ordem ele é trabalhado [...] nesses momentos na luta né Vai tá nos nossos congressos e nos encontros e nos nossos cursos. Vamo dizer [...] agora o prolongado. O prolongado ele sai muito grito de ordem. Porque ele se divide em grupo. O prolongado, ele trabalha a formação dos passos. É o segundo passo que o Movimento organiza e todos os militantes que vai surgindo dos nossos acampamento, dos nossos assentamento adquirem formação no período de dois a três mês. Num espaço que vão [...] aí lá vai ter tudo. Vai ter prática [...] voltado para a agricultura e os temas da organização né!? O sistema político mesmo da organização.

O “Prolongado” é um curso realizado anualmente pelo MST, com o intuito de formar militantes e assim fortalecer a luta pela terra, no estado. Ele é “o segundo passo” na formação contínua do militante *Sem-terra*. O primeiro passo, como já citei no capítulo 1, é a entrada no MST através do acampamento. Diante dessa informação me deixei levar pelos fluxos do campo e contatei os dirigentes responsáveis, Eduardo e Renata, apresentei-me como linguista/pesquisador da UECE interessado em

acompanhar a XII turma do Curso Prolongado. Segue abaixo meu registro dessa conversa:

Conversei com 2 militantes (Eduardo e Renata) do MST-CE a respeito da minha pesquisa. Especificamente sobre eu acompanhar o “Prolongado” que começará amanhã (14/10) e irá até o final de dezembro. Ambos me receberam muito bem e me escutaram. Apresentei-me e falei de forma resumida meu propósito na pesquisa a respeito dos gritos de ordem e a formação do corpo militante Sem Terra. Após minha breve explicação, Eduardo me informou que não haverá problema em eu participar do curso registrando-o. Mas, ponderou que eles (ele e a Renata) terão que “sentar e conversar com alguém da Direção Estadual” do movimento, porque neste curso terão momentos mais específicos e internos do MST que não podem ser registrados e/ou gravados por pesquisadores/ amigos do MST. Portanto, eles me disseram que não poderei acompanhar o curso esta semana, mas até sexta me darão um retorno dizendo também quais os momentos que poderei participar. Ufa! Confesso que de início pensei que iam dizer “Não!”, mas ao mesmo tempo, no decorrer da minha apresentação percebi nos corpos de Renata e Eduardo afirmações de um “Sim”. A conversa terminou em um convite para jantar na Escola de Formação. Jantamos baião de dois, carne desfiada, salada e macarrão. Muito boa a comida! Enquanto jantávamos conversávamos sobre o curso. (Nota de campo registrada em 13/10/14).

Durante três meses, acompanhei cotidianamente o curso. O fato de residir em Fortaleza e próximo ao bairro, em que a escola está localizada, facilitou o acesso. Pois de segunda a sexta-feira, dirigia-me ao local, no início da manhã, por volta das 7h e retornava à noite, às 18h. A turma de militantes em formação era formada por vinte e três educandos, com idade entre 17 e 25 anos, dentre eles, apenas três mulheres e um homem de 40 anos de idade, que desistiu, já no final do curso, por problemas de saúde.

Todos residiam em acampamentos ou assentamentos coordenados pelo MST, no interior do Ceará, e já exerciam alguma função/cargo, no movimento social, como dirigente de brigada, presidente de Associação dos Assentados ou coordenador/a de NB. Os educandos ficaram alojados na própria escola durante os três meses de curso. Abaixo uma imagem da entrada da Escola Nacional Florestan Fernandes, em Fortaleza:

Figura 13 – Escola Nacional Florestan Fernandes – Nordeste



Fonte: Elaborado pelo autor.

O prédio da escola que outrora funcionou como uma catedral, era composto por dois andares, que estavam sempre com suas paredes ornamentadas com cartazes de pensadores e revolucionários que inspiram a luta do MST, tais como Paulo Freire, Florestan Fernandes, Karl Marx, Rosa Luxemburgo, Che Guevara, Carlos Mariguella. E também painéis com fotos de eventos, congressos, lutas do MST e pinturas de mártires na luta pela terra estavam expostos nos corredores, na cozinha e, principalmente, no auditório onde aconteceram as aulas, conhecido por “plenária”.

O auditório de nome Pe. José Nauri Braga e os quartos utilizados pelos prolongadianos/as³⁶ como alojamento ficavam no segundo andar. Subiam-se duas colunas de escadas para chegar ao local das aulas. No térreo, havia uma parte ao ar livre e era nesse local, que os educandos tinham uma pequena plantação de hortaliças, regada todas as manhãs, próxima a quadra de esportes.

Os dias de formação para os cursistas eram bem intensos. Começavam às 6h da manhã e só terminavam às 21h. Para organizar todas as atividades realizadas pelos aspirantes a militantes *Sem-terra*, a Coordenação Político-Pedagógica (CPP), constituída por quatro dirigentes do Setor de formação do MST-CE (duas mulheres e

³⁶ Termo nativo usado pelos próprios educandos em formação para se autodesignarem.

dois homens), elaborou e fixou em um cartaz os horários de cada atividade. No cartaz constava o horário e a atividade a ser realizada. Por exemplo: “8h10 – café e tarefas, 8h20 – formatura, mística e plenária, 10h00 – merenda”.

No meu primeiro dia de observação (dia 28/10/14), assim como em todos os outros, antes de começar a aula propriamente dita, sempre por volta das 8h da manhã, acontecia a formatura dos NB’s. E logo após a formatura acontecia uma apresentação de uma mística planejada e desenvolvida pela equipe responsável por coordenar as atividades do dia.

Percebi que as místicas antecipavam o assunto da aula. Por exemplo, no dia o tema da aula foi a estrutura organizativa do MST, facilitada pelo militante Ricardo, o tema da mística da manhã falou (através de cartazes, música e declamação de poemas) dos setores do MST e de sua importância para o avanço das lutas do movimento. A mística então “não tá [está] ali mais pra uma apresentação e sim pra um tipo de recado, repassar assim um recado que a mística traz sabe? Pra quem entende é tipo um recado. Não é só fazer a mística e jogar ali, entendeu? Toda mística tem um significado da coisa” (Karla, em entrevista no dia 31/10/2014). Ao final da mística cantava-se o hino do MST, sempre demonstrando respeito com a postura do corpo ereta e, na hora do refrão “Vem lutemos punho erguido” levantava-se o punho esquerdo. O encerramento dessa atividade sempre se dava com os gritos de ordem “Pátria livre, venceremos!” e “Lutar, construir reforma agrária popular!”.

Após essas performances, tinha início o momento de estudo. Os/as facilitadores dispunham de um quadro branco, notebook com data-show e uma caixa de som. A primeira aula começou com um vídeo sobre a questão da luta contra o agronegócio no Ceará, na verdade, um documentário sobre o assassinato do líder comunitário “Zé Maria do Tomé”, na Chapada do Apodi - CE. Após o documentário, o facilitador fez uma reflexão sobre este fato, com os educandos, em seguida, iniciou a apresentação da estrutura interna do MST, desde a sua organização no acampamento e no assentamento até as suas instâncias de decisão.

Geralmente, quando alguns jovens ficavam sonolentos, entrava em cena a “animação”, que era coordenada pela equipe de animação. Um momento em que todos se levantavam e cantavam “canções da reforma agrária”, tocando pandeiro, violão e batendo palmas sem parar. Naquela manhã, a música foi esta:

Floriô (Zé Pinto)

Arroz de cacho e o feijão floriô,
Milho na palha, coração cheio de amor

Povo *Sem-terra* fez a guerra por justiça
Visto que não tem preguiça este povo de pegar
Cabo de foice, também cabo de enxada
Pra poder fazer o roçado e o Brasil se alimentar.

Com sacrifício debaixo da lona preta
Inimigo fez careta, mas o povo atravessou
Romperam cercas que cercam a filosofia
De ter paz e harmonia para quem planta amor.

Erguendo a fala gritando: Reforma Agrária!
Porque a luta não para quando se conquista o chão.
Fazendo estudo, juntando a companheirada
Criando cooperativas pra avançar na produção.

(Cartilha de músicas do MST, 2014, p. 23)

O momento de animação durava em torno de 5 a 10 min e era encerrado com gritos de ordem. Um dos que mais circularam era “Juventude que ousa lutar, constrói o poder popular!”. Na verdade, o que percebi é que essa estratégia faz parte da própria forma de promover a formação no MST. A ideia de estudar com animação, porque a luta do MST é sempre uma luta festiva. Segue a imagem desse momento:

Figura 14 – Momento de animação



Fonte: Elaborado pelo autor.

Após o “momento de agitação” todos retornavam aos seus lugares e a aula prosseguia até o horário do almoço. Sobre essa questão da animação, quando acompanhei o XXVII Encontro Estadual do MST, registrei o que segue:

Uma das funções dos gritos de ordem, além de animar, é acordar os militantes na hora das formações. Na parte da tarde, por volta das 14h30, enquanto uma dirigente do MST-CE expunha o planejamento do MST-CE para 2015, houve um momento em que alguns *Sem-terra* estavam visivelmente dormindo. A militante, de forma inesperada, gritou: “Lutar, construir Reforma Agrária Popular!” para acordar os/as demais participantes. A situação, depois que todos acordaram, gerou até um momento de risadas (Nota de campo registrada em 18/12/14).

O “prolongado” não se restringiu apenas aos temas “Arte para questionar”, “estrutura organizativa” e “História do MST” “Religiosidade e luta”, “Vícios e desvios na militância”, “Gênero e sexualidade”, “Processo de formação da consciência”, “Como funciona a sociedade”, “Programa Agrário do MST”, ministrados e debatidos com os dirigentes/facilitadores. Na verdade, foi uma formação conjunta de teoria e prática;. Uma prática vivenciada nas realizações sempre coletivas das tarefas incumbidas ao NB responsável pelo dia. Eis um elemento que perpassa todo o MST – tudo que se faz nesse movimento é de forma coletiva.

Os educandos se revezavam nas tarefas diárias, tais como, apresentar a mística, coordenar as atividades em sala, organizar e limpar a cozinha para o café da manhã, almoço e jantar, limpar os arredores da escola e manutenção dos banheiros. Para tanto, os quatro NB’s se subdividiam em “coletivos”: coletivo de mística, de limpeza etc. Após a “merenda” de uma das manhãs, em que acompanhei o curso, registrei: “no intervalo da manhã, no jogo de linguagem lavar louça, a militante Leidiane me confessou: ‘a coisa que mais chamou minha atenção no MST foi à coletividade’. A divisão de tarefas, o exercício da coletividade”. (Nota de campo registrada no dia 03/11/14).

Esse exercício da coletividade entre os/as militantes *Sem-terra* é algo que é aprendido desde o momento do acampamento e atravessa todos os espaços do movimento. No curso, essa dinâmica é reafirmada como um dos princípios organizativos do MST. Na aula sobre a estruturação interna do MST foi debatido que a direção coletiva e a divisão de tarefas entre os militantes são aspectos fundamentais para o funcionamento da organização.

As aulas geralmente eram divididas da seguinte forma: pela manhã havia a explanação do conteúdo abordado (por exemplo, a história do MST), seguida de debates

em cada NB, a fim de elaborar uma apresentação sobre algum aspecto da aula. No início da tarde, aconteciam as apresentações, seguidas dos comentários do/a facilitador/a. Importante registrar que eu não apenas observei os/as militantes em suas atividades de formação, mas também participei com eles/as.

Eu não estou como um mero observador. Estou, como diz Angrosino, como “observador participante” ou até mais, sinto-me um militante. Tenho frequentemente sido convocado por membros do curso e pelos facilitadores para também participar do curso. Fosse fazendo leituras de textos em sala, fosse nas atividades em grupo, fosse em outros espaços. Numa frase: eu também tenho participado do curso (Nota de campo registrada em 30/10/14).

Participei! Eu registrava tudo, mas proferia os gritos de ordem com eles/as, arrepiava-me junto com toda aquela emoção, aquela vontade de lutar e fui sendo, cada vez mais, contagiado pela mística da luta do MST. A cada dia percebia que a etnografia que eu havia planejado executar, no projeto de pesquisa, não era compatível com o campo móvel que eu tinha diante de mim. Restou-me então aprender com o que eu sentia, aprender como os/as militantes *Sem-terra* aprendiam as formas de lutar pela reforma agrária. De observador participante, eu passei a investigador militante, o que, a meu ver, não é apenas uma questão de mudança de nomeação, mas a adoção de uma posição de pesquisador que parte das demandas do “Sul” para colaborar, na construção de diálogos horizontais, na produção do conhecimento.

Então, por volta do quarto dia do curso, enquanto almoçávamos todos na mesa grande que tinha na cozinha, conversei com a militante Geneide, do Setor de Gênero. Ela me revelou sua indignação com a secundarização do Setor de Gênero no MST, pois “os setores de frente de massa, de produção e outros têm mais prioridade no movimento”. Confessou-me também um dos sentidos de solidariedade, no MST, segundo ela, a “solidariedade no MST, não é a solidariedade da emancipação, mas a solidariedade por necessidade”. Não existe MST sem solidariedade! Eu fui percebendo, cada vez mais, que o aprendizado do exercício da solidariedade/coletividade, no curso se materializava nas divisões de tarefas e nas responsabilidades que cada membro de cada NB assumia.

Por exemplo, ao final do almoço, cada educando/a lavava a louça que sujou. E o NB responsável do dia, composto geralmente de 8 educandos, varria a cozinha, jogava o lixo fora, limpava as mesas etc. Desse contato inicial com Geneide, nasceu a ideia de facilitarmos juntos o módulo sobre gênero e sexualidade no MST, durante a tarde do dia 30 de outubro de 2014.

4.2.1 Sobre a oficina de Gênero, Linguagem e Sexualidade no MST

Após uma rápida conversa com Geneide decidimos que apresentaríamos o tema sobre as relações de gênero no MST a partir de perguntas iniciais, para abrir o debate e depois, com uma análise da forma como se constroem na linguagem (letras de forró, e postagens no *facebook*), identidades de gênero, mostraríamos a importância do tema para a luta do MST, contra o machismo e a homofobia nos acampamentos e assentamentos. Assim fizemos. Começamos a tarde com uma mística:

Ao som de uma das músicas cantadas no MST com a temática “Terra”, entram, no auditório, cinco educandos (duas mulheres e três homens). Cada um com um objeto representativo da luta do MST. A primeira educanda, que estava com um lenço vermelho na cabeça e uma blusa também vermelha, entrou segurando a bandeira do MST aberta, com as duas mãos; o segundo, entrou com um grande prato artesanal contendo terra e realizando o gesto de segurá-la e soltá-la lentamente de forma a visualizarmos ela escorrendo de suas mãos. O terceiro educando segurava, na altura da cintura, uma jarra contendo água; a quarta educanda entrou com uma espécie de prato grande semelhante ao do segundo, mas segurava grãos de feijão; o último educando portava uma enxada.

Todos os cinco desfilaram aos olhos dos demais, no centro do auditório, ao redor de um mapa do Brasil, desenhado com tecido longo verde e contornado com outro da cor vermelha. O mapa continha um vaso grande e longo cheio de girassóis e plástico, uma bandeira de cor branca, a bandeira do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e uma foice.

Ao fim do desfile, todos os cinco educandos ficaram parados ao redor do mapa. Em seguida, na mesma sequência em que entraram, cada um diz o nome do objeto que segurava e seu respectivo valor simbólico, na luta pela terra. Dessa forma, a educanda que portava a bandeira disse: “A bandeira, nosso meio de comunicação, uma simbologia a nossa luta”. Em seguida, o educando que portava terra disse: “Terra; por ela lutamos!”

Na sequência, o que portava a jarra com água disse: “Água, fonte da nossa existência, fonte de vida”. Daí a educanda que portava os grãos de feijão disse: “Alimento, a nossa fonte de sobrevivência”. Por fim, o educando que segurava a enxada disse: “Enxada, nossa ferramenta de trabalho.” Após isso, todos ficaram em silêncio e um educando que estava sentado se levanta e começa a declamar um trecho da música

“Quando chegar na terra” (“Quando chegar na terra/lembre de quem quer chegar/ quando chegar na terra/lembre que tem outros passos pra dar...”). Ao final, todos que estavam sentados nas cadeiras levantaram-se e junto com os integrantes da mística (que ficaram de frente para todos) e os facilitadores do dia (eu e a militante Geneide) cantaram o hino do MST. A mística encerrou com o grito de ordem: “MST: essa luta é pra valer!” gritado três vezes.

Após uma salva de palmas todos sentaram e a militante Geneide disse que eu começaria “a conversa daquela tarde”. Comecei com uma grande saudação: boa tarde companheiros/as!! Pois observei que todos os/as militantes começavam suas aulas com essa saudação. Em seguida, perguntei se poderia gravar em áudio aquele momento e, após a posição afirmativa da turma, iniciei com os slides que havia preparado.

O título da apresentação era “Avançando com o MST na luta pelo Socialismo: gênero, juventude e a luta de classes”. Comecei com as seguintes perguntas: O que é gênero no que diz respeito ao debate das relações sociais entre as pessoas? Tem a ver com “sexo”? À medida que a discussão avançava, eu trazia as demais perguntas. Qual a importância desse debate sobre as relações de gênero para o avanço da luta do MST rumo ao Socialismo? Deve existir uma participação igualitária entre TODOS OS GÊNEROS, mulher, homem, GLBT’s (Gays, lésbicas, bissexuais e travestis), nas lutas do MST? Como fazer isso? O que o MST tem discutido, proposto e acumulado a respeito desse debate de gênero nas lutas sociais?

Geneide me deixou assumir a direção da discussão e, volta e meia, fazia uma intervenção, trazendo reflexões acumuladas pelo Setor de Gênero no Ceará. Disse ela, no momento em que eu trouxe o entendimento da categoria gênero para o MST: “Isso que o Marquinho falou tá ligado com a nossa luta, do setor de gênero. Não é só a participação da mulher [na luta], mas de todos os gêneros”. Após esse momento das perguntas, que gerou muito debate, eu apresentei a letra desta música “Mulher não vale nem um real”:

Mulher Não Vale Nem Um Real

Aviões do Forró

É hoje que eu vou encher a cara
Pra me esquecer da fuleragem da mulher
Eu hoje vou sair fazer zueira
Quero acordar de bobeira dormindo num cabaré (2x)

Essa mulher não vale nem um real
Eu gosto dela e não é da conta de ninguém

Por isso agora eu digo tô decidido!
Se ela não ficar comigo não fica com mais ninguém (2x)

Mas aí o coro come, a cobra fuma, o bicho pega
Eu tô com essa danada e quem manda nessa bodega

Piriri, Piriri, Pocotó, Pocotó...

(Fonte: <https://www.letras.mus.br/avioes-do-forro/689365/> - acesso em 30/10/2014)

A partir de uma análise dos atos de fala constituintes dessa canção, fui trazendo o debate acerca da inferiorização e da violência contra a mulher, argumentando que gênero não é só “uma espécie de modelo que cada sociedade tem e de acordo com o modelo de gênero as pessoas, os espaços, as coisas são classificadas como masculina ou feminina” (SETOR DE GÊNERO – MST, 2006, p. 21). Procurei mostrar que gênero é feito através e nos nossos atos de linguagem cotidianos e destaquei as implicações disso para a participação da mulher, do Gay, do travesti, nas lutas do MST. Houve muitos relatos, tanto das mulheres como dos homens, a respeito de uma mudança de postura nos assentamentos e acampamentos com relação à mulher assumir cargos/funções que eram direcionados mais para o público masculino. A fala do militante Ivanildo Paz nos mostra essa percepção, quando o mesmo nos diz:

Antes a mulher não tinha voz nas reuniões, hoje as mulheres já são presidente de associação, um cargo que indicavam muito as mulheres era secretário, porque a intenção é só elas que assumiam aquele cargo e o presidente era o homem, hoje não. Nós já conseguimos mudar, né. Hoje já é mulheres que representam o assentamento, já é os jovens. Tem toda participação.

A turma mostrou-se muito participativa no debate. Abaixo reproduzo a transcrição de parte deste momento.

Francisco (um dos educandos): Aí a gente vê a desigualdade né. Que a mulher vive nessa sociedade...

Marco: Quem é que pode tirar a mulher desse patamar de inferioridade e pode não mais dizer que o homem é sempre o ‘bam bam bam’, o gostosão, mas que homens e mulheres são...

Turma: iguais.

Marco: Quem pode?

Turma: a sociedade.

Marco: Quem é a sociedade?

Turma: Nós!

Marco: A partir de agora nós podemos contribuir para criar esses outros valores.

A tarde passou muito rápida! Quando percebemos, já estava na hora de concluir a oficina. Eu então agradei a Geneide pelo convite e a turma pela oportunidade de partilha naquela tarde e sentei-me na cadeira à frente de todos no centro do auditório. Todos bateram palmas e como sempre acontecia após um/a facilitador/a terminar o dia, os/as educandos/as avaliavam o desempenho dele/a, comentando suas impressões da aula. Em seguida, ficamos em pé e o educando Alexandre veio até mim e me entregou uma lembrança artesanal confeccionada pela turma.

Figura 15– Encerramento da oficina de gênero



Fonte: Elaborado pelo autor

Bogo (2002, p. 92-93) explica a motivação desse ato: “sempre em nossos encontros, ao final das palestras, acontecem os agradecimentos [...] entregam-se lembranças, produtos da terra e outros objetos que simbolizam o respeito e a afinidade que temos para levar em frente a luta com o mesmo compromisso.” Ao chegar em casa, neste dia, registrei: “Cada vez mais eu tenho sido marcado pra além de um pesquisador que estuda o MST; um observador no curso, tenho sido um educando, um militante também. (Nota de campo registrada no dia 30/10/14).

Após aquele dia as aulas na escola tiveram um intervalo de duas semanas, em virtude da ocupação da sede do Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em Fortaleza, por mais de 800 militantes *Sem-terra*, como uma das ações que o MST realizou no Ceará, no mês de novembro de 2014. A ocupação contou como programação do Prolongado e, por esse motivo, os/as militantes em formação foram para a ocupação que teve início no dia 11 do mês citado. A principal reivindicação nessa luta foi a desapropriação, para fins da reforma agrária, imediata das terras que tinham acampamentos do MST montados, que perfazia o total de mais de três mil famílias acampadas em todo o estado, e a cobrança para que os governos estadual e federal tomassem medidas urgentes quanto aos impactos da seca no interior do Ceará.

Ao tomar conhecimento da ocupação através de um dos educandos do prolongado dirigi-me ao INCRA. Abaixo segue um dos meus registros referentes às atividades do terceiro dia de ocupação:

Terceiro dia da ocupação do INCRA-CE pelo MST. Fui, pela manhã cedo, para a ocupação e vejo/sinto todos animados, cantando e gritando gritos de ordem. Daí todo mundo começou a entrar em um ônibus e eu também, como um bom etnógrafo segui o fluxo. Perguntei para pelo menos 3 militantes para onde íamos e ninguém disse nada. Daí quando vi estávamos no CAMBÉBA (Sede das Secretarias vinculadas ao Governo do Estado), em frente à Secretaria de Recursos Hídricos do Ceará. Todos (aproximadamente 150 militantes Sem Terra) entraram cantando, com a bandeira do MST em punho, gritando: “MST! Essa luta é pra valer!” “Mais um passo a frente, nem uma passo atrás, a reforma agrária é povo que faz!” “Ocupar, resistir, produzir!” Me arrepiei todo e gritava junto também! Após aproximadamente 1h e 30 min de ocupação eu me dirigi a uma lanchonete bem próxima da ocupação – vale dizer que eu estava com uma blusa do MST. Daí sentei a mesa, fiz meu pedido e estava saboreando o sanduiche com suco, quando na mesa ao lado ouvi de, ao que pareceu, uma das funcionárias do prédio ocupado, que ao telefone disse: “Os *Sem-terra* invadiram aqui o prédio”. Incrível como a representação de “invasores” circula na sociedade cearense! Do que tenho aprendido não há invasão, apenas ocupação como estratégia de luta. Minutos depois do lanche vejo a polícia (COTAM e RONDA) rondando o prédio ocupado. *Neste momento, os militantes Sem-terra criaram o grito de ordem: “Terra e pão! Polícia é pra ladrão!” E através (também) desse ato a polícia não parou em frente ao prédio.* No entanto, senti alguns segundos de tensão juntamente com alguns Sem Terras (Nota de campo registrada no dia 13/11/14).

Acompanhei toda a turma do prolongado nessa luta. Todos cantavam e faziam a agitação que aprenderam nas aulas que tiveram antes da ocupação. Esse episódio evidencia como o MST, através de seus gritos de ordem, realiza a sua luta por “terra e pão”, bem como o fato de que “as palavras de ordem [...] são criadas a partir da necessidade” (Deusália Afonso).

Como descrevi acima, em uma luta por água, terra e pão e estando diante da polícia que se aproximava do prédio ocupado, os/as militantes *Sem-terra* criaram o grito de ordem: “terra e pão, polícia pra ladrão!” e como efeito perlocucionário dessa ação, conseguiram intimidar a polícia. A ocupação da Secretaria de Recursos Hídricos durou todo o dia e, no início da noite, o ônibus que nos levou para a ação retornou e voltamos todos para a ocupação do INCRA. Depois de duas semanas de luta e resistência, o governo do estado sinalizou para o atendimento das pautas reivindicadas e o MST desocupou o prédio.

Com o término da ocupação, o prolongado retornou para a Escola Florestan Fernandes, já nos últimos dias de curso. Acompanhei a última atividade desenvolvida, no dia 12 de dezembro, pelos jovens militantes em Formação: a apresentação dos seminários temáticos que versaram sobre a história de vida e de luta de “lutadores/as do povo” como “Lampião”, “Antonio Conselheiro”, “Roseli Nunes”, entre outros. As apresentações se estenderam durante todo o dia.

Naquela ocasião, estavam presentes também educandos/as da turma de Educação do campo coordenada pelo MST-CE, que, junto com os outros militantes em formação, participaram da formatura dos NB's, que começou com a ritualização do hino do MST. Às 8h da manhã e todos estavam ali, de pé “na posição de respeito, de sentimento” (Deusália), cantando com o coração e lutando com o punho esquerdo para, “Vem, lutemos, punho erguido, nossa força nos leva a edificar, nossa Pátria livre e forte, construída pelo poder popular”. Nossa!! Eu não sabia se registrava e depois cantava junto, só sentia aquela energia, aquela vontade de lutar que percorria aqueles corpos apaixonados pela luta do MST.

Após o hino, todos gritaram “Pátria Livre, venceremos!” três vezes, e em seguida, um por vez, cada NB foi “puxando” o seu grito de ordem: “Che Guevara, um homem de vigor, lutou pelo povo na alegria e na dor!”; “Somos a luta, somos a vitória, Che é nosso exemplo, construindo a nossa história!” ; “Olga Benário, Mulher guerreira, na luta por justiça, você foi companheira!”; “Patativa do Assaré, Nordeste lutador, na luta sempre junto, seremos vencedor!”. Por fim, toda a turma, como se fosse um só corpo, gritou: “Carlos Marighella/ luta e rebeldia/ juntando a juventude pra acabar com a burguesia!”. Ao final, todos bateram palmas e sentaram-se em seus lugares para assistir ao seminário da primeira equipe.

Diante de todo esse ritual, fui percebendo que todos os gritos de ordem mencionados têm como tema o nome de algum “lutador/a do povo”, que para o MST, é

tido/a como uma “referência”, um modelo de “revolucionário”, de militante social. Assim, nos dois primeiros gritos temos o destaque para Ernesto Guevara de la Serna, conhecido como "Che" Guevara (1928-1967), que foi um guerrilheiro argentino, um dos principais líderes da Revolução Cubana e contribuiu junto ao Movimento Nacionalista Revolucionário, ajudando na construção do regime Socialista, em Cuba. Segundo o Caderno 3 (“O legado de Che Guevara”), de Estudos da Escola Nacional Florestan Fernandes:

No combate de Quebrada Del Yuro, em 8 de outubro de 1967, com feridas em uma perna que lhe dificultavam caminhar, com o fuzil destruído por um balaço e sem o carregador de sua pistola, [“Che”] é feito prisioneiro e conduzido ao povoado de La Higuera. É assassinado no dia seguinte na escolinha de la Higuera, por ordens da CIA e do Alto Comando do Exército boliviano.

Seu cadáver foi sepultado em uma vala comum em Vallegrande, com outros combatentes caídos ou assassinados no combate de Quebrada Del Yuro, considerado seu penúltimo combate porque seu exemplo continua sendo um estandarte de luta e porque, como disse Fidel “... de Ernesto Guevara nunca se poderá falar no passado...” (CADERNOS DE ESTUDOS ENFF, 2007, p. 25).

“Che” morre no ano de 1967, deixando muitos ensinamentos sobre uma vida na militância social. Ainda segundo o referido Caderno de Estudos da ENFF (2007, p. 27), o “legado de Che” se materializa em várias “ideias que ele defendeu e praticou, que colhemos de seus escritos, cartas e discursos, separados por grandes temas”, tais como: organização, imperialismo, espírito de sacrifício, trabalho voluntário, internacionalismo, Socialismo, entre outros que têm servido de base para a formação da militância do MST, como podemos ler nesse trecho: “Se quisermos uma referência de um militante ou dirigente, sem sombra de dúvidas, devemos olhar para o Che. Ele é um exemplo de superação dos próprios limites”. (p. 08). Na cartilha *Documentos básicos* (2012), o MST enumera sete “qualidades imprescindíveis de um militante social”, são elas:

Humildade

Respeitar sempre a opinião dos demais e da maioria. Ouvir mais do que ditar. Aprender mais do que ensinar. Nunca se esquecer que a força vem do povo organizado.

Espírito de sacrifício

Um militante só o é se estiver disposto a sacrificar-se mais do que o povo. Terá que ser o primeiro no trabalho e na pior tarefa e o último na hora da comida e da festa.

Ser exemplo na prática de valores

E indignar-se diante de qualquer injustiça, contra qualquer pessoa, em qualquer parte do Brasil e do Mundo. E ser caprichoso com nossa saúde e aparência. Ser caprichoso e cuidar da natureza e dos bens coletivos: na comunidade, no movimento e na sociedade.

Ser solidário e praticar companheirismo com todos

Independente de função social no movimento, de etnia, cor, sexo, idade ou credo religioso.

Ser estudioso

Quem acha que já sabe tudo, não sabe nada. Todo dia é momento de aprender mais alguma coisa.

Ser trabalhador

Só o trabalho cria riqueza, transforma a natureza. Só o trabalho nos dignifica como seres humanos inteligentes. Ser o primeiro em todas as tarefas. A ociosidade é a mãe de todos os vícios.

Cultivar sempre a utopia de uma sociedade igualitária, justa e socialista

A arte de nossa política é transformar o impossível em possível. E cultivar a utopia de uma nova sociedade com alegria e beleza.

(MST, 2012, p. 5)

Com esses dados, afirmo que os/as educandos/as do prolongado, ao gritarem “Che Guevara/ um homem de vigor/lutou pelo povo na alegria e na dor, no jogo de linguagem formatura dos NB’s, estariam mobilizando, através desse ato de , toda uma trajetória de sentidos militantes, que ao ser invocada, marcava performativamente os corpos dos/as prolongadianos/as, fazendo com que eles/as aprendam, apreendam e partilhem entre si os “valores de um militante” (BOGO, 2005). No caso dos dois atos de fala que têm a presença de “Che”, temos a retomada dos valores de “espírito de sacrifício” e de “referência de luta”. Exemplo de militante através da forma como “Che” é caracterizado; como “um homem de vigor/ que lutou na alegria e na dor” e como “nosso exemplo”.

A partir da postura que adotei em campo, comecei a entender que aqueles gritos de ordem não apenas ecoavam palavras, mas corpos e, no diálogo com Pinto (2015), atentei mais detidamente para a viagem desses textos conectados a corpos e sua relação na formação da militância *Sem-terra*, através de um regime metapragmático que, de algum modo, orienta como se deve militar no MST.

Na ocasião do ato de fala “Olga Benário, mulher guerreira ...”, ficou claro para mim que esse enunciado retomava a figura de Olga Benário (1908-1942), militante socialista alemã, que foi companheira de Luís Carlos Prestes e atuou, no Brasil, junto com o Prestes, no movimento revolucionário denominado Intentona Comunista, em

1935. Olga, assim como Carlos Prestes e Che Guevara, foi uma revolucionária que lutou contra qualquer forma de desigualdade e injustiça social, principalmente, contra as mulheres e, por isso, é tida como uma das referências para as mulheres que integram o MST-CE.

Observei, durante os meses de etnografia realizada na ENFF, que além de Olga, Frida Kahlo³⁷, entre outras mulheres, pensadoras, artistas militantes ou religiosas, bem como, as mulheres militantes do MST que morreram na luta pela terra são também exemplo para a militância feminina.

Figura 16 – Frida Kahlo



Fonte: Elaborado pelo autor.

Outra descoberta em relação às mulheres *Sem-terra*, é que a ideia que elas têm destas mulheres referenciais embasa suas lutas contra a opressão de gênero. Nesse sentido, “para muitas mulheres o MST foi e é a possibilidade de se libertar de várias formas de opressão e se afirmar[em] como mulheres e como trabalhadoras” (MST, 2006, p. 15), uma vez que elas passam a estudar, a participar mais das lutas e, por conseguinte, a compreender a realidade social, de forma mais ampla e crítica, problematizando certas convenções que sustentam a opressão de gênero. Portanto,

³⁷ Magdalena Carmen Frieda Kahlo e Calderón (1907-1954), conhecida como “Frida” foi uma importante pintora mexicana do século XX. É considerada, por alguns especialistas em artes plásticas, uma artista que fez parte do Surrealismo. Porém, a própria Frida negava que era surrealista, pois dizia que não pintava sonhos, mas sua própria realidade. Destacou-se ao defender o resgate à cultura dos astecas como forma de oposição ao sistema imperialista cultural europeu e por isso tornou-se também um modelo de militante para as mulheres do MST.

quando os/as prolongadianos/as gritam, no jogo de linguagem formatura dos NB's, “Olga Benário/ Mulher guerreira/ na luta por justiça/ você foi companheira!” estão reafirmando esse vínculo.

Quanto ao ato de fala “Patativa do Assaré, nordestino lutador, na luta sempre junto, seremos vencedor!”, identifiquei a construção de uma imagem de “nordestino lutador” atribuída ao sujeito Antônio Gonçalves da Silva, conhecido como “Patativa do Assaré” (1909-2002). Importante dizer que Patativa foi um poeta popular, compositor, cantor e repentista cearense, nascido no município de Assaré, que em seus poemas, retratava a vida sofrida e árida dos sertanejos nordestinos cearenses. Durante o regime militar, ele criticou os militares e chegou a ser perseguido, participou da campanha das “Diretas já”, em 1984 e publicou o poema “Inleição Direta 84” (SILVA, 2010).

No momento em que ouvi pela primeira vez esse ato de fala, fazendo referência ao Patativa, lembrei-me de um texto do historiador Durval Albuquerque Júnior (2009), em que ele argumenta que os versos de Patativa do Assaré constituem e são constituídos por um “discurso regionalista nordestino”. Esse discurso foi, segundo o historiador,

um discurso elaborado pelas elites agrárias em processos de declínio econômico, político e social no início do século XX, discurso que foi posteriormente assumido por distintos grupos sociais, reelaborado permanentemente por agentes situados em distintos lugares sociais e de distintas posições políticas, sem ter perdido seu caráter reativo ao presente, à história, as mudanças, às transformações não só no plano econômico, social e político, mas no campo dos valores das sociabilidades e das subjetividades, no plano daquilo que costumamos chamar de cultura, do que nos dão testemunho estes discursos que pensam a cultura nordestina. (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p.4).

De acordo com o historiador, esse discurso foi reinterpretado desde os anos quarenta do século passado “por setores ligados ao pensamento marxista, em que a região, o Nordeste, ocupa o lugar do oprimido, do discriminado, do pobre, do explorado, do dominado, do excluído, contra o Sul ou agora a globalização” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2009, p. 05).

A relação que, em campo, comecei a fazer é que podemos identificar uma certa história da nordestinidade entre os temas tratados pela poesia de Patativa e a luta do MST-CE. Se atentarmos para as nomeações “nordestino” e “lutador” presentes no ato de fala proferido pelos/as prolongadianos/as ao executarem suas performances, no jogo de linguagem formatura, veremos que tal ato de fala aciona valores sociais que

apontam para “cultura nordestina”, significando aquele que grita e acredita nesse ato de fala através de sentidos que evocam a desgraça, a seca, a exploração, a pobreza etc., mas também afirma que esse corpo falante (PINTO, 2002) será um “vencedor” e ganhará a luta.

Em toda essa performance registrada por mim, restou comentar os dois atos de fala que tem como figura principal a figura de Carlos Marighella, revolucionário baiano, que teve grande importância na formação destes jovens militantes *Sem-terra*. Essa informação procede à medida que observei na abertura de algumas místicas. Os/as educandos/as, em suas performances, citavam um dos enunciados mais famosos do aludido guerrilheiro: “É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer”. Talvez por identificação com a luta e história do revolucionário, os/as militantes em formação tenham escolhido seu nome para nomear a turma. Sobre o processo de escolha dos dois gritos de ordem registrei:

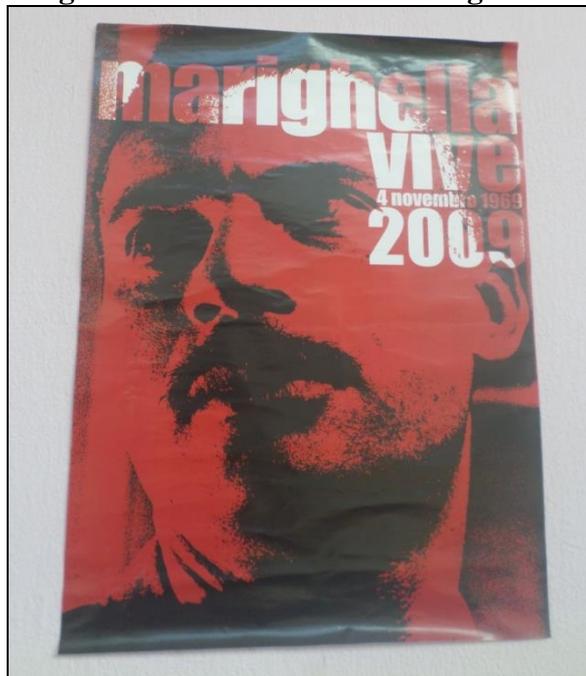
Depois de uma chuva que, em parte, atrapalhou minha chegada a ENFF-NE, cheguei a Escola e “peguei” justamente o momento da escolha do grito de ordem desta turma do Prolongado. Tendo como nome: Carlos Mariguella, houve a votação de dois gritos de ordem: “Carlos Mariguella luta e produção/juntando a juventude pra fazer revolução” e o outro: “Carlos Mariguella, na luta social, contra a opressão do sistema capital” ambos ficaram como representantes desta turma. (Nota de campo registrada no dia 19 de novembro de 2014).

Carlos Marighella (1912-1969) foi um dos principais organizadores da luta armada contra o Regime Militar, de 1964, no Brasil. Nasceu em Salvador, na Bahia, BA, filho de imigrante italiano e de uma negra descendente de escravos sudaneses. Militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), idealizador da Aliança Libertadora Nacional (ANL), Marighella foi preso e torturado várias vezes. Segundo a “Cartilha Mariguella Vive” (2009), adotada pelo MST, em seus cursos de formação política,

A figura de Mariguella não permite os consensos fáceis. Seu legado incomoda, inquieta, aguiloa. À direita, aos poderosos, Marighella ainda hoje assusta porque difunde o exemplo da luta revolucionária conduzida com a radicalidade da forma e do conteúdo: a luta armada pela libertação nacional e o socialismo. À esquerda, para alguns setores que figuram no campo popular, a imagem de Marighella acicata porque exige os constantes estudo e prática revolucionária, como o exercício diário da solidariedade que ele levou ao extremo do sacrifício pessoal mais completo, o da entrega da vida pela causa dos explorados. Quem quer que abrace, porém, com sinceridade e dedicação a causa da redenção dos trabalhadores da cidade e do campo no Brasil, não pode deixar de conhecer e se mirar no conteúdo da vida desse lutador do povo brasileiro. (CARTILHA MARIGUELLA VIVE, 2009, p. 10).

Eis um cartaz que encontrei pregado na parede do auditório da ENFF-CE, no período em que acompanhei o prolongado:

Figura 21 – Cartaz Carlos Marighella



Fonte: Elaborado pelo autor.

O cartaz faz referência aos 40 anos de morte de Marighella. Assim como Che Guevara, Marighella também deixou um legado de ensinamentos sobre a prática revolucionária. Em seus escritos, discorreu sobre “tática e estratégia revolucionária”, sobre o “saber recuar”, “combinação das formas de luta”, sobre o “conceito de revolução”, sobre a “natureza estrutural da crise brasileira”, sobre a “burguesia”, sobre “o campesinato”, sobre “princípios organizativos”, sobre “o potencial da juventude”, “democracia revolucionária”, entre outros temas.

Portanto, quando os/as prolongadianos/as gritam “Carlos Marighella/ luta e rebeldia/ juntando a juventude pra acabar com a burguesia!” e “Carlos Marighella/na luta social/ contra a opressão do sistema capital!”, eles/as estão, por meio deste ato, retomando o sentido da posição da “Esquerda” revolucionária, manifestada através da convocação corporal de Marighella e da associação semântica criada entre os verbos *lutar* e *acabar* que opõem “juventude” (“classe trabalhadora”/Sem Terra) à “burguesia” (“detentores dos meios de produção”/Latifundiários), produzindo um efeito perlocucionário para a audiência (no caso, eu-pesquisador). No segundo ato de fala, é possível verificar a performatização de uma relação de oposição e hierarquização da figura de Marighella com o seu “outro” (o “sistema capital”).

A descrição e interpretação das vivências que tive ao acompanhar o Curso Prolongado, no MST-CE, levaram-me a atentar para um aspecto central, que desenvolverei, no próximo capítulo: existe uma metapragmática de resistência que orienta as performances dos militantes *Sem-terra* e este modelo cultural de uso da linguagem é materializado através de processos de entextualização e contextualização dos mais variados discursos que circula(ra)m no MST. No que se segue realizarei a análise, de forma mais detida, da circulação de atos de fala no MST, na sua relação com a formação da subjetividade *Sem-terra*, neste movimento social.

5 ATO IV - PRAGMÁTICA DOS CORPOS MILITANTES: ENTRE ENTEXTUALIZAÇÕES E RECONTEXTUALIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA

As análises das performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra* do MST abordam a relação entre língua, corpo e identidade como constituintes de uma Pragmática dos corpos no MST-CE. Para tanto, discorrerei a respeito da ligação entre os processos de entextualização e recontextualização de atos de fala mobilizados pelos militantes *Sem-terra* no MST e a forma com tal uso da linguagem constitui as performances corpóreo-discursivas destes sujeitos.

Como já discutido no capítulo 2, nossas identidades sociais são produzidas através de nossos atos de linguagem. Nesse sentido, vimos que a língua (gem) assume um papel de suma importância, pois é nas e através de nossas práticas linguísticas que nos construímos em relação ao outro e o outro em relação a nós. Podemos afirmar que ao interagirmos socialmente, em nossas práticas de linguagem, estabelecemos, não apenas laços identitários, mas também instauramos processos locais de negociação de sentidos que indexalizam processos culturais mais amplos, o que significa que a nossa atuação linguística materializa aspectos situados relativos ao momento da interação e também elementos de uma ordenação social maior da qual esse momento situado faz parte.

No âmbito de uma Pragmática dos corpos, essas ações linguístico-identitárias desaguiam em uma visão de identidade enquanto constituída corporalmente. Silva (2008) ecoando Butler (1997) no diz que “o ato de fala é um ato corporal” (p.26), em outras palavras, não se diz sem corpo, todo uso linguístico pressupõe corpos. Portanto, se identidades são construídas na linguagem, podemos afirmar que não existem identidades sem corpos e por essa razão, deveríamos pensar “o lugar do corpo nas práticas identitárias linguísticas”, como sugere Pinto (2006). Assim sendo, foi que me propus analisar os processos de entextualização e (re) contextualização de atos de fala mobilizados pelos militantes *Sem-terra*, no MST-CE, nos jogos de linguagem constituintes da forma de vida militante *Sem-terra*, a fim de compreender como tal uso da linguagem constitui as performances corpóreo-discursivas desses sujeitos.

Partindo de uma visão de performance centrada no agente, de acordo com a abordagem de Bauman e Briggs (1990, p. 201), em que se busca “estudar os detalhes textuais que iluminam a maneira como os participantes constroem coletivamente o

mundo ao seu redor”, foi que selecionei e analisei os excertos que seguem. Vale dizer que, após a transcrição e leitura das entrevistas realizadas com os três militantes *Sem-terra*, duas das entrevistas (a realizada com o militante Ivanildo Paz e a realizada com a militante Francisca Deusália) foram selecionadas e delas foram escolhidos excertos relacionados à história da construção da subjetividade *Sem-terra*, no MST, ou melhor, à trajetória do que é ser militante *Sem-terra*, no MST. Começamos pela história de Ivanildo Paz.

5.1 IVANILDO PAZ: ENTEXTUALIZAÇÕES E RECONTEXTUALIZAÇÕES DA LUTA DO MST-CE

Ivanildo Paz de Lima me contou que antes de conhecer o MST morava com a família em uma fazenda, no município de Quixeramobim, Sertão Central. “Nós morava em fazenda. Aí depois viemo pra cidade, nós vivia da agricultura [e] foi preciso nós sair de lá”. Nosso entrevistado diz que conheceu o MST através “da ocupação aqui no Antonio Conselheiro [município de Ocara], meu pai participou dessa ocupação e a partir daí nós começemo a participar também”. Filho de assentado, “no processo de acampamento [...] a partir dali nos começemo a participar dessa ocupação e de outras lutas”. A história de como Ivanildo se tornou um membro do MST, ou seja, em tornar-se um militante *Sem-terra*, assemelha-se a história de muitos outros sujeitos que integram o MST-CE.

O relato de Ivanildo evidencia que sua formação como militante *Sem-terra* começou a partir da luta, do momento em que ele foi apresentado a vivência da ocupação de terra, como diz um dos dirigentes e teóricos do MST, Ademar Bogo, os “*Sem-terra* passam a ser conhecidos a partir do momento em que vão para a ocupação” (BOGO, 2010, p. 148). A entrada deste filho de assentado, no MST, através do acampamento, teve a mediação de seu pai que soube da ocupação e “aí num segundo momento, trouxe nós pra participar dessa ação e a partir dali começemo a participar das lutas. A participar de alguns estudos, de alguns encontros na região e em alguns encontro do estado. Foi onde iniciei mesmo a luta pela terra”.

Em nossa conversa, especificamente no ponto em que falávamos sobre a luta do MST pela reforma agrária, no Ceará, e sobre função do militante *Sem-terra*, Ivanildo afirmou o seguinte:

Excerto 1

Acredito que nós como trabalhador é lutar pela reforma agrária, que o primeiro passo da organização é nós lutar pela terra. Depois surgiu a necessidade de nós lutar pela reforma agrária e que todos tenham um processo, uma melhoria, condições de vida. Uma sociedade digna pra todos. Isso é o primeiro passo que nós tamo dando.

A partir desse fragmento é possível visualizar, através do ato de fala “Acredito que nós como trabalhador [rural sem-terra]”, a entextualização de um discurso que atravessa o MST desde a sua fundação em 1984, ano em que ocorreu o I Encontro Nacional dos *Sem-terra* e foi decidido o nome da organização, que já era nomeada como “Movimento *Sem-terra*” pela mídia brasileira daquela época. Tal discurso se refere a preocupação dos dirigentes em ressaltar que o MST é um movimento composto pela “classe trabalhadora”. Como disse João Pedro Stédile, em uma entrevista “[f]izemos uma reflexão no sentido de que deveríamos resgatar o nosso caráter de classe. Somos trabalhadores, temos uma sociedade com classes diferentes e pertencemos a uma delas” (STÉDILE & FERNANDES, 1999, p. 47).

O “caráter de classe” impregnado nos usos que os integrantes do MST fazem da palavra “trabalhador”, atravessa também as produções dos teóricos do movimento, como nos mostra a afirmação de Ademar Bogo (2010, p.31 – grifo nosso), “a *classe proletária*, organizada nas suas diversas forças, opondo-se à classe burguesa, torna-se o sujeito histórico das transformações”. Também nos poemas e músicas que circulam no interior do movimento, a exemplo da música “Descobrimos lá na base”, que diz:

Descobrimos lá na base que a tal da reforma agrária do papel não vai sair/pelo pedaço de chão pra colher o nosso pão/Vamos ter que nos unir... *a classe trabalhadora/ que é a mais sofredora já começa a perceber/ que nós somos maioria e que vai chegar o dia com um novo amanhecer.*

Esse discurso viaja através do tempo/espaço e é recontextualizado (BAUMAN; BRIGGS, 1990) por Ivanildo, em 2015, indexalizando sua identidade como trabalhador rural que “luta pela terra”, luta pela reforma agrária no Ceará. O que ocorre é que ao reivindicar a identidade de trabalhador militante (lutador) para si (note o uso do marcador dêitico de pessoa “nós”), Ivanildo marca seu corpo com um dos principais signos indexicais (SILVERSTEIN, 2003; SILVA, 2015) do MST – a marca trabalhador que integra a “classe trabalhadora”.

Pela conversa que tivemos com esse militante, é possível afirmar que ele aprendeu a empregar o signo “trabalhador” dessa forma, à medida que começou a

vivenciar os vários jogos de linguagem constituintes da forma de vida ser militante no MST. Como a ocupação de terra, místicas, reuniões, Encontros, Congressos do MST e cursos de formação de militantes como o prolongado. Passemos ao segundo excerto extraído ainda do relato de Ivanildo.

Excerto 2

Nossos assentamento que é o primeiro passo que nós damos. Primeiro é a *desapropriação da terra*. Segundo passo é construir, pra nós sobreviver, a casa, é o plantar/colher o que nós já temos *produzindo* isso é um dos passos que nós já estamos fazendo na *nossa militância*.

Aqui, Ivanildo nos fala sobre a militância dos *Sem-terra* nos assentamentos coordenados pelo MST no Ceará e ao listar os passos da luta pela vida que são realizados nessas vilas rurais, nosso entrevistado entextualiza em seu discurso o grito de ordem “ocupar, resistir e produzir”, adotado como lema do 2º Congresso Nacional do MST, na década de 1990, em um momento em que o Governo Collor de Melo, através da Polícia Federal, perseguiu o Movimento *Sem-terra* (Cf. MORISSAWA, 2001). Segundo documentos do próprio MST, o período Collor foi de muita resistência e por isso a ideia era “ocupar (sim, era necessário continuar), mas resistir (sobretudo) e produzir (nos assentamentos e acampamentos)” (MST-CE, 2009b, p. 20).

Esse discurso é entextualizado e recontextualizado em diversos tipos de textos e jogos de linguagem que constituem o MST, como novamente na música “descobrimos lá na base”: “A gente faz acampamento/ tira pão para o sustento/ e Reforma Agrária é pra já/ e vamos entrar naquela terra e não vamos sair/ Nosso lema é: ocupar, resistir e produzir”, nas místicas realizadas em Encontros e Congressos do movimento, a performance desse grito de ordem está presente, em ocupações de terra e prédios públicos.

Ainda sobre a viagem do ato de fala “ocupar, resistir e produzir”, cito a recontextualização do enunciado realizada pelas mulheres *Sem-terra*, no jogo de linguagem assembleia de mulheres, realizado no XXVI Encontro Estadual do MST-CE, em Caucaia (Ceará), no ano de 2013. Na ocasião, todas as mulheres presentes, em torno de 80 participantes, formaram uma grande roda e começaram a bater palmas e a cantar: “Somos militantes do MST/ essa luta é de todos e também de vocês/ se a onda agora é a gente ocupar, resistir e produzir em todo lugar...”. Com relação a função (BAUMAN; BRIGGS, 1990), percebemos que essa recontextualização do ato de fala em análise demonstra uma força ilocucionária relacionada à construção/reivindicação da identidade

de militante *Sem-terra*, no MST e essa reivindicação tem como efeito perlocucionário uma aceitação das mulheres do movimento social.

O que podemos verificar no enunciado proferido por Francisca Deusália Afonso: “você é militante do MST? Sou! Você é Sem Terra? Sou *Sem-terra* sim senhor e com muito amor”. No que diz respeito à localização indexical é possível verificar, através dos dêiticos de pessoa (“vocês”) e de tempo (“agora”), que na recontextualização elaborada pelas mulheres do MST, na assembleia mencionada, elas problematizavam as opressões de gênero nos espaços do movimento social e fora dele. Um chamado referente aos homens do MST para que eles ocupem e resistam com as mulheres “em todo lugar” contra o machismo.

Continuando a trajetória de entextualizações sobre a forma de vida ser militante no MST através da narrativa do militante Ivanildo, os excertos abaixo evidenciam uma relação entre as performances corpóreo-discursivas dos gritos de ordem, o ato de homenagear os mártires na luta pela terra e a formação da subjetividade militante *Sem-terra*. Vejamos:

Excerto 3

Tem momentos de animação, tem momentos de indignação. O grito de ordem ele traz várias visões né? O grito de ordem ele responsabiliza né? Aqueles companheiro que tombaram na luta. E outros grito de ordem incentiva a participar da luta. *Nós temo alguns grito de ordem de companheiro que tombaram na luta.*

Excerto 4

É o nosso companheiro Luis Carlos que era um cara que participava muito. Quando nós fala em nome do Luís Carlos retrata que nós tem uma responsabilidade de continuar a luta pela aquele companheiro que tombou. Que não tá no nosso meio mais, mas que foi muito significante pra nós. E tem um grito de ordem também que é muito trabalhado, é aquele que nós é [...] *mais um passo a frente nenhum um passo atrás, só a reforma agrária, só o povo que faz. Esse grito de ordem é interessante pra nós. É nós avançar enquanto agricultor, agricultores. Pautar a reforma agrária no Brasil.*

No enxerto 3, percebemos o ato de fala “Nós temos alguns grito de ordem de companheiro que tombaram na luta” que indexicaliza um dos jogos de linguagem vivenciados pelo militantes *Sem-terra*, no MST, a exemplo das homenagens aos mártires, ou seja, homenagear aqueles/as que morreram lutando pela reforma Agrária. Veremos mais adiante, nos depoimentos de Deusália e Karla, que o emprego da linguagem constitui uma pragmática dos corpos em luta no MST, através de uma metapragmática da resistência ou, nos termos de Alencar (2015), de uma pragmática da dor.

Quando afirmo que há uma metapragmática da resistência que integra a pragmática dos corpos no MST, tomo por base a colocação de Silva et al (2015, p. 31, que explica que toda pragmática, ou seja, aquilo “que as pessoas fazem com as palavras” e com o corpos, está ligada a uma metapragmática, a uma capacidade reflexiva sobre esse ato de fazer com as palavras e com os corpos. Nesse sentido, o fato de Ivanildo evidenciar sua “responsabilidade” para com a luta de um companheiro que já tombou, mostra a ação desta metapragmática de resistência.

Importante lembrar que, não apenas textos são entextualizados, mas os corpos também. Portanto, seguindo a linha de raciocínio defendida por Pinto (2015, p. 217) de que “trajetórias textuais e situações comunicativas estão sempre articuladas com trajetórias corporais e corpos situados, é possível notar a entextualização do corpo “Luiz Carlos”, no ato de fala “nosso companheiro Luiz Carlos”, em que a localização indexical é indicada através do marcador dêitico de pessoa “nosso” que, associado a “companheiro” indexicaliza uma relação de proximidade entre os dois corpos (Ivanildo e Luiz Carlos). Ainda no excerto 4, notamos a entextualização do grito de ordem “mais um passo à frente nem um passo atrás, a reforma agrária é povo que faz”.

Na ocupação da Praça dos Três Poderes, um dos jogos de linguagem do MST, relatado no capítulo 1, acompanhei vários momentos em que os gritos de ordem performavam a ação do MST, naquele espaço. A trajetória do grito de ordem entextualizado e recontextualizado no discurso de Ivanildo pode ser visualizada nessas duas cenas da ocupação:

Figura 18– Performance corpóreo-discursiva do MST



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 19 – Continuação da performance corpóreo-discursiva do MST



Fonte: Elaborado pelo autor.

Nas duas cenas, notamos como a movimentação dos corpos das/dos militantes Sem Terra, o movimento dos pés (para frente) e dos braços (para o alto) realiza a performance corpóreo-discursiva do grito de ordem “mais um passo à frente, nem um passo atrás, a reforma agrária é povo que faz!”.

Para compreendermos o efeito perlocucionário dessa performance, devemos entendê-la “no conjunto do ato corporal porque o sujeito [Sem Terra] está totalmente implicado nas regras [...] que possibilitam o corpo [militante]” (PINTO, 2002, p.114-15). O que percebemos então é que o movimento de entextualização de atos de fala, no interior do MST, e suas recontextualizações são performativos à medida que estes signos viajam e são recontextualizados em um outro jogo de linguagem, eles produzem os corpos militantes *Sem-terra*.

Signorini (2013, p.80-81) atesta que o “processo de recontextualização de recursos semióticos heterogêneos, inclusive linguísticos, adquire um caráter performático [...] na medida em que envolve a mobilização de indexicalizadores de ordens de sentido de base sociocultural, histórica e político-ideológica”. Assim sendo, nas cenas em que traz os chapéus de palha, bonés e blusas vermelhos com o símbolo do MST, o ato de proferir os gritos de ordem, de gesticular com o punho esquerdo para o alto, todos esses elementos são indexicalizadores de práticas socioculturais e comunicativas que ordenam as interações entre essas identidades e corpos *Sem-terra* em

ordens indexicais (SILVERSTEIN, 2003) constituídas e constituintes da/na forma de vida militante *Sem-terra*.

5.2 FRANCISCA DEUSÁLIA E A METAPRAGMÁTICA DA RESISTÊNCIA NO MST-CE

Passemos para as entextualizações realizadas pela militante Francisca Deusália Afonso. Assim como tantos e tantas *Sem-terra* que compõem as fileiras do MST-Ceará, ela nos contou que conheceu o MST em 1989. Em “89 o MST veio pro Ceará, veio pra qui, pra região do Sertão. Em 90 deram uma viajada lá pela minha região, Região do Cariri”, “ali envolvido pelo Caldeirão³⁸, a minha primeira ocupação de terra foi no Caldeirão, do beato Zé Lourenço [...] enfrentamos várias dificuldades”. Entre tais empecilhos na luta pela terra, nossa entrevistada cita a seca, a fome, a questão dos conflitos com os “pistoleiros” contratados pelos latifundiários, entre outros.

Em sua extensa jornada de luta no MST “de 1990 até hoje, 2015, que não é pouco não, é muito tempo”, Deusália assumiu vários cargos no MST, atuando na coordenação nacional, na direção nacional, coordenação estadual e presidente da Associação de assentados, no assentamento onde morou. Enfim, ela como uma das fundadoras do MST no Ceará e tem toda uma vida dedicada a luta pela reforma agrária. Aqui retomo a ideia de uma metapragmática da resistência que orienta a pragmática dos corpos militantes nesse movimento social.

Nos discursos entextualizados por Deusália, percebi de maneira mais intensa aquilo que ela chamou de “mística da resistência” no MST. Vejamos os excertos

Excerto 5

O que mais me faz *ser essa militante ativa*, é que a *burguesia* ela é muito forte, mas a gente tem uma arma muito mais poderosa sobre ela e que ninguém consegue compreender [...] *cada companheiro que tomba é uma bandeira fincada, é uma terra conquistada e cada sangue derramado é uma semente plantada pra nova militância* é por isso que o *MST vem resistindo tanto*.

Primeiramente, podemos dizer que semelhante a Ivanildo, Deusália entextualiza em seu discurso a identidade de trabalhadora militante. Tanto por conta do uso da expressão “ser militante ativa” como pelo emprego do signo “burguesia” que,

³⁸ O Caldeirão foi uma experiência de organização social de resistência no Ceará ocorrida na década de 1930, no município do Crato e teve como liderança o beato José Lourenço. Para mais detalhes (cf. SIPRIANO, 2014).

como já vimos, está sempre em relação de oposição com o signo “classe trabalhadora”, contribuindo para indexicalização da identidade *Sem-terra* militante para esse corpo feminino. Em segundo lugar, é possível perceber que Deusália entextualiza, em sua narrativa, o ato de fala “em homenagem a cada vida ceifada é uma bandeira hasteada num pedaço de chão” que constitui a música “Aos 15 anos do MST-CE”, composta em 2004, quando o MST completou 15 anos de existência no Ceará e o recontextualiza como “cada companheiro que tomba é uma bandeira fincada, é uma terra conquistada”.

Nossa entrevistada descontextualizou um trecho da música mencionada, deslocou um fragmento de texto de um contexto, fazendo-o viajar e o recontextualizou na narrativa que nos forneceu. É claro que nesta viagem, segundo a propriedade indexical da linguagem, os sentidos não se descolam do seu contexto de uso inicial, o que significa que ao (re)entextualizar o referido ato de fala, nossa entrevistada indexicaliza sentidos que materializam uma metapragmática de resistência, na medida em que ela aciona sentidos que circulam em uma ordem indexical, que significa o sentido de “perca de um companheiro”, não como algo semelhante a “pena” por conta de sua morte em luta, mas um sentido de “esperança”, esperança que motiva indignação, que, por sua vez, instala uma esperança na luta pela terra/vida.

Na sequência, os excertos 6, 7 e 8 demonstram, de forma mais específica, a relação entre a metapragmática de resistência e a formação da subjetividade militante no MST.

Excerto 6

É essa mística [da resistência] que faz com que você se levante na maior das dores, que faz com que você caminhe um passo, você caminhe dois mil, que faz com que você conquistou ali três assentamento, você conquistou mais. Que fez a gente transformar várias vidas. Entende? Hoje somos pobres ainda, mas com muita dignidade. Com a mesa farta, e isso é importante. A pobreza continua, mais a gente tem dignidade.

Excerto 7

Então, essa mística, essa força estranha, esse mistério que envolve a gente que tá dentro [...], isso é a mística que anima as nossas vida, que

anima os nossos espaços que nos joga pra frente, que chorando ter que jogar pá de terra no caixão do companheiro, mas a cada pá jogada dizendo assim: companheiro, é em teu nome, pela tua luta, pelo teu sangue derramado que nós vamos fincar mais uma bandeira em cada latifúndio. É isso! Fazer da dor uma ferramenta de luta, fazer do choro um grito de guerra, um grito de indignação.

Excerto 8

As jornadas socialistas [...] foram criadas justamente pra fazer esse momento de homenagear aos companheiros que se foram. E aí, por exemplo, outubro, outubro a gente homenageia quem? Che Guevara, a nível nacional, porque

ele foi o símbolo da juventude. Aí faz a semana Che nos assentamentos. Faz aquela noite cultural; aí vai lá pro Marighella, mas também a gente homenageia os nossos militantes.

No fragmento 6, a “mística da resistência” é melhor desenvolvida por nossa entrevistada e isso é realizado a partir da entextualização do ato de fala: “Sou *Sem-terra* e tenho dignidade”. Esta afirmação procede à medida que 6 anos antes de realizar essa entrevista com Deusália, eu conversei com outra militante do MST (Lourdes Vicente), e quando perguntei-lhe o que era para ela ser *Sem-terra* ela respondeu: “Pra mim, ser *Sem-terra* é fundamentalmente ter dignidade”.

Não só nessa ocasião, mas em vários outros momentos, em vários jogos de linguagem no MST, eu percebi a reivindicação política de uma identidade (RAJAGOPALAN, 2003) que excluísse a significação atribuída ao termo sem-terra como “pobre coitado”, “vagabundo”, aquele/a que passa fome” etc. (Cf. BONFIM, 2011). Deusália, portanto, entextualiza o ato de fala mencionado e o recontextualiza, em 2015 (ano da entrevista), em seu discurso, de forma que o efeito perlocucionário seja outro: “somos pobres *ainda*, mas com muita dignidade, com mesa farta, e isso é importante”. Note como o marcador dêitico temporal “ainda” atua como um índice que indexa a transição de ser sem-terra sem dignidade e ser *Sem-terra* pobre, mas com dignidade.

Por seu turno, os fragmentos 7 e 8 entextualizam os discursos de resistência que circulam no MST, discursos em que a dor e o sofrimento vivenciados, no contexto da luta pela terra no Ceará e no Brasil, como recontextualizados, em jogos de linguagem como a mística ou as jornadas socialistas, de maneira que o conflito, a dor, a morte na luta pela terra, produz uma espécie de sensibilidade que alimenta o ato de se indignar. O ato de fala “fazer da dor uma ferramenta de luta, fazer do choro um grito de guerra”, mobilizado por Deusália, situa as performances corpóreo-discursivas de militantes *Sem-terra*, como nossa entrevistada, em uma ordenação indexical orientada por essa metapragmática da resistência que tenho apresentado durante essa análise. Isso pode ser percebido de maneira mais nítida quando Deusália narra o sentido das Jornadas Socialistas, no MST:

é aquele momento de especialidade onde nós vamos homenagear lideranças, onde nós vamos homenagear histórias, Nicarágua, Eldorados dos Carajás, onde nós vamos fazer homenagem a alguém, a alguém que contribuiu ativamente com sua vida e também contribuiu com o seu sangue né. Por que contribuiu com a vida, mas seu sangue foi derramado e aquele sangue

derramado tem o adubo pra que novas sementes pudessem ser plantada e hoje fosse gerada uma grande militância.

Visibilizar essa dor como agência ou essa metapragmática de resistência que guia a pragmática dos corpos no MST é, a meu ver, visibilizar a resistência campesina, através de uma outra percepção de agência. Uma agência que surge da dor; a **dor** (no MST) não é mera causa da ação, mas também **um tipo de ação** (Cf ALENCAR, 2015, p. 84). Este é o argumento central de Asad (2000, p.31), para quem a “dor tem uma função na agência social. Partindo dessa concepção de agentiva de dor, podemos dizer que a gramática da dor como agência que se materializada nos jogos de linguagem da mística, da Jornada Socialista etc. configura outro uso da linguagem. Um uso que recontextualiza essa experiência de dor e contribui para a produção de outro espaço de ação, outra gramática. Essa ação, por parte dos militantes do MST, conduz então a

uma gramática descolonizadora na medida em que ela promove o reconhecimento da dor moral (Honnet, 2003), que sofrem os oprimidos e assim constitui um sentido para a solidariedade, que se estabelece como um pensamento de fronteira, para dismantelar hierarquias étnicas, sexuais, geográficas, linguísticas, socioeconomicas na luta por libertação contra o “sistema mundo europeu/euro-norte-americano moderno/capitalista colonial/patriarcal” (Grosfoguel, 2009) (ALENCAR, 2015, p. 75).

O sofrimento, a dor física ou mental, a humilhação não são vividos de forma passiva no MST, mas motivam os militantes *Sem-terra* para a ação, constituindo-se em uma forma de agência. Quando por exemplo, Deusália em sua performance diz: “O Eldorado dos Carajás serviu pra nós [...] assim um caminho de esperança e de indignação contra a burguesia”, ela está entextualizando esses sentidos de resistência aprendidos durante todo o seu período de formação como militante *Sem-terra*. Suas performances, portanto, corporificam as lutas, as vitórias, mas também, a dor, o sofrimento por conta do sangue derramado, a indignação por ter muitos militantes com suas vidas “ceifadas” e esse sentimento de se indignar impulsiona ainda mais a luta dos militantes.

Em minha pesquisa de campo, percebi a polissemia a respeito da cor vermelha no MST, principalmente, nesse contexto de vidas “ceifadas”. Falando, por exemplo, sobre os sentidos dessa cor na bandeira do MST, Bogo nos diz:

O vermelho continua sendo o sangue que pulsa em busca das conquistas, mas ele também é a identidade dos mortos. Um militante que luta a vida toda, e morre pela causa sonhada, não pode ter como simbologia de sua despedida, o preto. **A morte física não pode ser simbolizada pela tristeza e pela dor apenas. O reconhecimento após a morte física é sinal de uma vida bem**

vivida. Como disse D. Pedro Casaldáliga: ‘Toda morte matada, toda morte morrida, se for vida doada, não é morte é vida’. (BOGO, 2002, p. 130 – grifo meu).

Retomando a ideia da ação através dos corpos no MST, ou seja, da pragmática dos corpos nesse movimento social, podemos dizer que o sofrimento, a dor vivenciada pelos/as integrantes do MST, pode ser visto como uma forma de agência à medida que ele possibilita a ação de se indignar, que se transforma em luta contra a injustiça, contribuindo para a constituição de outras gramáticas de dignidade humana (SANTOS, 2013), ou seja, outras formas de vida.

Alimentar o sentimento de indignação é uma das funções da mística da luta no MST, porque o ato de se indignar se transforma no oxigênio necessário para que a chama da luta dos militantes *Sem-terra* por melhores condições de vida no campo continue acesa. Dessa forma, podemos entender as performances corporais dos *Sem-terra* do MST-CE como uma forma de agência, visto que, é na e através dessas ações, que os/as trabalhadores/as rurais vinculados/as ao MST resistem, por um lado, denunciando suas dificuldades e desafios na luta “por um Brasil sem latifúndio”. Em contrapartida, eles anunciam/materializam seus sonhos, sentimentos, valores e lutas por um Brasil, em que as riquezas e a terra sejam distribuídas igualitariamente.

5.3 O “CERCO DA BEZERRA DE MENEZES” E O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS: RECONTEXTUALIZAÇÕES DE RESISTÊNCIA

Continuando a análise dos processos de entextualização e recontextualização, nas performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra*, nesta seção, partirei do jogo de linguagem XXVII Encontro Estadual do MST-CE, para analisar dois momentos constituintes da história do MST que foram entextualizados em dois eventos realizados nesse encontro: o “cerco da Bezerra de Menezes e o Massacre de Eldorado dos Carajás.

O encontro estadual foi realizado na “Comunidade Quietos” – Assentamento 25 de Maio, no município de Madalena – CE, no período de 16 a 20 de dezembro de 2014 e foi um momento de muita festa para os/as *Sem-terra* cearenses. Isso por conta da comemoração do aniversário de 25 anos do MST no estado.

O Movimento dos *Sem-terra* do Ceará nasceu da ocupação das terras que depois se tornaram o assentamento 25 de maio, data em que a vitória desta ocupação foi

consolidada. Segundo o militante Odair, “o MST-CE nasceu no contexto da palavra de ordem ocupar, resistir e produzir”, mais precisamente no ano de 1989.

Assim como o encontro de 2013, descrito no ato 1, esse também contou com uma programação diária de atividades (palestras e debates) voltadas para o estudo da realidade agrária do Brasil e do Ceará, visando à formação da militância *Sem-terra*, momentos políticos-culturais como as místicas, a jornada socialista e ainda a festa dos 25 anos comemorada no penúltimo dia do encontro. Destaco aqui, o momento de debate de uma das palestras e a jornada socialista para a análise.

A primeira palestra do encontro teve como tema “análise de conjuntura política e agrária no Brasil e no Ceará” e como palestrantes, João Pedro Stédile, da Coordenação Nacional do MST e a Profa. Dra. Aldiva Sales da Universidade Estadual do Vale do Acaraú. Ambos trouxeram muitos aspectos da luta pela terra. Stédile palestrou de forma bem-humorada e crítica, enfatizou a vitória dos 25 anos do MST-CE, a importância da luta contra o agronegócio no estado e encorajou todos do MST da região a continuarem firmes na luta. A Profa. Aldiva, geógrafa de formação, ressaltou a trajetória dos movimentos de luta pela terra que antecederam o MST no Ceará e concluiu dizendo que “o MST, nesses 25 anos se territorializou e desterritorializou o latifúndio”.

No momento em que foi aberto para todos participarem, muitos assentados e acampados idosos desabafaram a respeito do seu processo de exploração pelos latifundiários, comparando o tempo que moravam de parceiros “na terra do patrão” e o momento atual, residindo em um assentamento, vivendo do que ele próprio planta e colhe. Em uma de suas intervenções, a dirigente nacional Maria de Jesus, disse que a primeira luta pela alfabetização dos *Sem-terra* no Brasil partiu da luta do MST-CE, como resultado da luta que houve no “Cercos da Bezerra de Menezes”, no ano de 1997. Descreverei primeiramente o fato, para posteriormente mostrar como ele é entextualizado e recontextualizado, nas performances dos militantes *Sem-terra* dentro da Jornada Socialista.

O “dia do Cercos” foi uma ação da polícia militar (Batalhão de CHOQUE) contra os integrantes do MST-CE realizada na madrugada do dia 11 para o dia 12 de dezembro de 1997. Na ocasião, mil homens fecharam todas as vias de acesso à avenida Bezerra de Menezes, em Fortaleza, especificamente, nas proximidades da sede da Secretaria de Desenvolvimento Rural do estado, local em que 1500 *Sem-terra*, vindos de muitos lugares do interior do estado, incluindo dirigentes, acampados, assentados e

suas famílias, estavam acampados reivindicando diante do governador do estado Tasso Jereissati, a liberação de projetos referentes à reforma agrária, entre eles projetos voltados para a educação do campo. O cerco montado pela polícia teve o intuito de desmobilizar a ação do MST, proibindo a entrada e a saída de pessoas. Houve integrantes do MST que tentaram furar o bloqueio e ficaram feridos no confronto com a polícia. Segundo o Sociólogo César Barreira,

Durante a madrugada, a Polícia Militar, usando de força física, cercou o acampamento, impedindo qualquer contato dos trabalhadores com a população. A área foi totalmente isolada com filas duplas de policiais, criando um cordão de isolamento constituído por cerca de mil policiais. Em poucos minutos foi preparada quase uma operação de guerra, com a participação do Batalhão de Choque, Gate, Casa Militar, Corpo de Bombeiros, Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças, Polícia Feminina, 2ª Seção da Polícia Militar, Quartel do Comando Geral, ambulâncias e, inclusive, um rabecão do IML. Esta operação visava o enfraquecimento do movimento e o retorno imediato dos trabalhadores aos seus municípios (BARREIRA, 2004, p. 81).

Líderes políticos e entidades ligadas à luta em defesa dos direitos humanos denunciaram que a Polícia impediu até a entrada de água e alimentos para as famílias acampadas. Na manhã do dia 12, uma “chuva” de pães começou a cair na Avenida Bezerra de Menezes, era a solidariedade da população local que estava do outro lado da barreira policial. No curta-metragem “O dia do cerco”, produzido pelos militantes do próprio MST, a dirigente Maria de Jesus deu o seguinte depoimento: “a sensação que nós tínhamos era que nós tava muito numa encruzilhada e nós tinha muito presente Eldorado dos Carajás. Nós dizia aqui vai ter uma desgraça pior do que a do Eldorado dos Carajás, um massacre”³⁹. Depois de mais de 12h de tensão, as negociações foram reabertas e os pelotões da polícia militar foram paulatinamente desfazendo a barreira, deixando acontecer o reencontro de quem estava fora com quem estava dentro. Sobre esse momento que ficou gravado na história do MST no Ceará, Deusália nos contou:

O cerco da Bezerra de Menezes. Me lembro, eu nunca esqueci aquele cerco. Meu filho tinha 4 anos. Nós estávamos a mais de 17 dias em Fortaleza, nós já tinha apanhado da polícia do Tasso, nós já tinha sido despejado da Assembleia Legislativa, nós já tinha ido pro DNOCS, pro INCRA, pra todos os órgãos nós tinha feito 17 dias de caminhada na madrugada do dia 12 pra o dia 13 houve o cerco da Bezerra de Menezes. SÓ QUEM ESTAVA NAQUELE CERCO, ALI SIM! A gente disse: ou agora se acaba todo mundo; e ali tava TODA, TODA A MILITÂNCIA, TODOS OS

³⁹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZNvr7lDmQu0> – acessado em 31/03/2016.

DIRIGENTES DO MST- CEARÁ, que estava no estado naquele momento se salvava alguns que estavam em cursos, mas se naquele momento se nós tivéssemos tombado como eles queriam, com aquele rajão [jatos] de água, com aquelas balas, se a gente tivesse tombado naquele momento, alguém ia escapar com os companheiros que estivessem por lá. Eles não ia matar 1.500 trabalhadores de uma vez. Alguém ia sair correndo e eu tenho certeza que esse que saísse correndo, esse que ficasse de fora, antes de um mês ia levar não só 1.500, mas 3.000 trabalhadores pro mesmo canto.

Deusália através dos atos de fala “Nós estávamos a mais de 17 dias em Fortaleza, nós já tinha apanhado da polícia do Tasso, nós já tinha sido despejado da Assembleia Legislativa, nós já tinha ido pro DNOCS, pro INCRA..” entextualiza, em sua narrativa, o sofrimento e, simultaneamente, a resistência. Note o uso do marcador dêitico “nós” usado pela entrevistada inúmeras vezes e que funciona como um índice da persistência empreendida por esses militantes *Sem-terra*, no dia do “Cercos”. Importante também ressaltar que a nomeação “cerco da Bezerra de Menezes” entextualizada e recontextualizada por Deusália indexicaliza uma situação tensa: “cerco”, barreira, obstáculo na luta por educação do campo realiza pelo MST, como destacou Maria de Jesus.

Atente para a forma como o signo “cerco” é recontextualizado no final da narrativa de Deusália, numa ordenação indexical que remete a metapragmática da resistência, quando ela diz: “*Eles* não ia matar 1.500 trabalhadores de uma vez. Alguém ia sair correndo e eu tenho certeza [...] esse que ficasse de fora, antes de um mês ia levar não só 1.500, mas 3.000 trabalhadores pro mesmo canto”. Observe que o dêitico “Eles” retoma a “polícia de Tasso [Jereissati]”, ou seja, o Governo Estadual, uma vez que esse enunciado aponta para o contexto do qual ele não se desvincula – “o dia do Cercos”.

Esse fato nos mostra uma performance de resistência desempenhada continuamente pelos militantes do MST, em suas lutas. Observe que a entrevistada descreve toda a trajetória de luta e resistência dessa ação do MST, evidenciando também aspectos metapragmáticos de suas performances. Essa resistência em luta, eu senti em todos os espaços do XXVII Encontro Estadual do MST-CE, principalmente, no momento nomeado de **Jornada Socialista**. A Jornada Socialista é um momento do encontro em que “trazemos presente a história da luta de outros povos [...] com grandes painéis pintados com imagens de líderes famosos e de lideranças assassinadas, com pensamentos que ajudam na conscientização. Trazemos presente a história do MST” (BOGO, 2003, p. 343). Nesse encontro estadual, a cerimônia de resistência ocorreu na noite do 3º dia do evento.

A jornada foi realizada como uma espécie de romaria por algumas partes do assentamento 25 de maio. Saímos todos em cortejo da Escola/alojamento para o pátio próximo as “cozinhas”. Ventava muito. Primeiramente, ficamos todos/as em roda ao redor de uma cruz enterrada no chão. Lá cantamos e em seguida, houve um pequeno resumo do movimento conhecido por “Caldeirão”. Naquele instante, algum militante próximo ao lugar mencionado dava um depoimento a respeito da luta citada. Essas falas tinham o auxílio de um megafone. Na sequência, fomos ao próximo Mártir, “Pajuçara”, referente à ocupação da fazenda no início da formação do MST no Ceará e que leva este nome. O mesmo ritual se seguiu. Depois, caminhamos para “Monte Castelo” e posteriormente, para “Lagoa do Mineiro”. Os três últimos nomes estavam pregados nas árvores continham respingos de tinta vermelha representando sangue. Após toda essa romaria, paramos em roda novamente.

Eis que no auge da Jornada avistamos 18 jovens, vestidos com a blusa do MST e pintados de vermelho, deitados dentro do mapa do Ceará desenhado no chão e contornado com pedras pintadas de branco e vermelho. Corpos estirados representando 18 militantes *Sem-terra* que tombaram na luta pela terra em Eldorado dos Carajás. O nome de cada desses/as lutadores/as era chamado (por exemplo: Oziel Pereira) e se dizia como morreram (“morreu com 6 tiros...”). Depois, o corpo que os representava levantava-se vagarosamente dizendo o nome do militante “ceifado” e o próximo enunciado: “Só descansaremos quando a luta de nossos mortos se realizar por inteiro não pela metade”.

Figura 20– Jornada Socialista no XXVII Encontro Estadual do MST-CE



Fonte: Elaborado pelo autor.

Atentemos para o fato de que no jogo de linguagem Jornada Socialista o sofrimento, a dor física ou mental pela perda de um companheiro/a de luta e a humilhação não são vividos de forma passiva, mas motivam os militantes *Sem-terra* para a ação, constituindo-se assim em uma forma de agência (ASAD, 2000; HONNETH, 2003). Como tenho frisado no decorrer dessa tese, o ato de homenagear os mártires da luta pela terra no MST constitui-se em um jogo de linguagem e é algo que manifesta não uma tristeza, mas uma alegria, uma motivação para a luta.

O efeito perlocucionário dessas performances corpóreo-discursivas, nos militantes que participaram dessa cerimônia, não foi algo que revoltasse as pessoas que lá estavam, pois “em vez de revoltar as famílias, fortalece a cada dia pra tá na luta. Então, no momento da jornada socialista, é um momento místico, mas muito místico. Tem toda a preparação, quando é caminhada, é caminhada, é pela caminhada, é de luz de vela, é de fogueira” (Deusália).

As performances criadas pelo MST nessa situação de uso da linguagem evidenciam um modo de resistência. Alencar (2015, p. 05) também observa esta resistência materializada nas práticas de linguagem desse movimento social quando diz que os “atos de linguagem que performatizam a dor dos oprimidos são constantemente repetidos e reiterados pelo MST, como uma forma de manter acesa a chama da luta” (ALENCAR, 2015, p. 05). A autora nomeia como “pragmática da dor” esse gesto de lidar com o sofrimento. No contexto dessa pesquisa, tenho nomeado (de forma a somar com a pesquisa citada) de uma metapragmática da resistência, pois percebo que a partir dessas e de outras vivências os/as militantes *Sem-terra* vão criando, à medida que agem em suas performances, uma maneira de uso da linguagem que performatiza modos de ser militante *Sem-terra*.

Outro destaque que faço a partir da cerimônia da Jornada Socialista é a ritualização do Massacre de Eldorado dos Carajás como uma forma de criar (ao mesmo tempo em que retoma, relembra, recontextualiza) um sentimento de solidariedade e pertença entre os integrantes do MST. Passarei a uma descrição mais detalhada do que foi o massacre para retomar a forma como ele tem sido recontextualizado nas performances dos militantes *Sem-terra*.

5.4 O MASSACRE DE ELDORADO DOS CARAJÁS – PA E AS PERFORMANCES MILITANTES NO MST-CE

LEVANTADOS DO CHÃO⁴⁰

Letra: Chico Buarque

Música: Milton Nascimento

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Como embaixo dos pés uma terra

Como água escorrendo da mão?

Como em sonho correr numa estrada?

Deslizando no mesmo lugar?

Como em sonho perder a passada

E no oco da Terra tombar?

Como então? Desgarrados da terra?

Como assim? Levantados do chão?

Ou na planta dos pés uma terra

Como água na palma da mão?

Habitar uma lama sem fundo?

Como em cama de pó se deitar?

Num balanço de rede sem rede

Ver o mundo de pernas pro ar?

Como assim? Levitante colono?

Pasto aéreo? Celeste curral?

Um rebanho nas nuvens? Mas como?

Boi alado? Alazão sideral?

Que esquisita lavoura! Mas como?

Um arado no espaço? Será?

Choverá que laranja? Que pomo?

Gomo? Sumo? Granizo? Maná?

⁴⁰ Poema sugerido pela profa. Dra. Maria de Fátima Vasconcelos da Costa do Programa de Pós-Graduação e Educação da Universidade Federal do Ceará.

Os versos de Chico Buarque tocam profundamente na questão que discutirei aqui, “O massacre de Eldorado dos Carajás”. Retomando um dos versos principais do poema: “Como então?” Desgarrados da terra”, os *Sem-terra* do MST, levantam-se do chão? Ou, porque os corpos *Sem-terra* são mutilados, trucidados e assassinados? Nesta seção descreverei o fato marcante do massacre dos *Sem-terra* do MST, no Pará, no dia 17 de abril de 1996. Lanço mão desse triste e indignante fato, para, no diálogo com os/as militantes *Sem-terra* entrevistados/as e outros dados da pesquisa de campo, apresentar a dor do sofrimento vivido pelos militantes *Sem-terra*, no contexto da violência no campo no Brasil.

O fato conhecido nacionalmente e internacionalmente como “O Massacre de Eldorado dos Carajás” completou 20 anos em abril de 2016. Faz 20 anos, não apenas do assassinato dos 19 corpos *Sem-terra*, do MST-PA, mas também de uma longa e ainda presente história de impunidade. Segundo Eric Nepomuceno (2007), tudo começou no mês de março de 1996, a partir da ocupação pelo MST daquela região, da fazenda Macaxeira, no município de Parauapebas, Sudoeste do Pará. Na verdade, tratava-se de um complexo de 50 mil hectares que reunia quatro grandes propriedades de diversos fazendeiros. Eram 4.221 sem-terra lutando por um “pedaço de chão pra colher o nosso pão”⁴¹ e as negociações com o INCRA não avançavam. O MST resolve então realizar uma marcha com todas as famílias do acampamento até Belém, capital do estado.

Vinham marchando fazia uma semana, em longas filas de homens, mulheres, velhos, crianças, jovens – muito jovens -, todos impulsionados pelas reivindicações do MST e embalados pelas promessas do governo federal. Reivindicavam a imediata desapropriação de 40 mil hectares de terras que consideravam ociosas da fazenda Macaxeira. Para pressionar as autoridades, decidiram lançar-se numa descabelada marcha de quase 900 quilômetros até Belém, a capital do estado (NEPOMUCENO, 2007, p.121).

A marcha seguiu com muita alegria, acompanhada de um carro de som, muita música, gritos de ordem, enfim, a mística da luta pela terra que sempre envolveu o MST. Na madrugada do dia 11 de abril, os *Sem-terra* fizeram a primeira parada de percorrido 12 quilômetros, no entanto, a marcha não tinha uma boa infraestrutura para continuar até o destino previsto. No caminho, “os *Sem-terra* pediam aos açougues algumas ossadas para complementarem as refeições. Além dessa dificuldade, o clima quente e úmido dificultava a marcha [...], principalmente por conta das crianças e das pessoas de idade” (COSTA, 2014, p. 302).

⁴¹ Fragmento da música “Descobrimos lá na base”. In: Cartilha de músicas do MST, 2014.

Diante dessas adversidades, no final da tarde do dia 16 de abril (terça-feira), o MST resolve, já no decorrer da marcha, acampar na saída do município de Eldorado dos Carajás, no local nomeado de “curva do S”, trancando a pista com o propósito de pressionar uma negociação com o governo estadual de 10 ônibus para conduzir todos até a sede do INCRA, em Belém. De acordo com Caetano Costa (2014), nesse momento,

a Polícia Militar é acionada e o Coronel Pantoja negocia [sic] com as lideranças do MST, prometendo-lhes que o transporte chegaria até às 17 horas, além de cesta básica para alimentar as famílias acampadas. Os *Sem-terra* desocupam a pista e aguardam o prometido pelo comandante do batalhão de Marabá. Às 16 horas, entretanto, o coronel volta a conversar com as lideranças e avisa-os de que não será possível conseguir os ônibus. Os *Sem-terra* voltam a ocupar a pista (COSTA, 2014, p. 303).

Conforme Nepomuceno (2007), por volta da metade da tarde da quarta-feira (17) chegaram ao local, pela rodovia PA-150, aonde os *Sem-terra* estavam acampados, dois ônibus com soldados da Polícia Militar. Um vinha de Parauapebas, coordenado pelo major Oliveira e o outro, de Marabá, coordenado pelo coronel Pantoja, totalizando 155 policiais.

De longe, os sem-terra viram quando a tropa do major Oliveira tomou posição. O homem no carro de som dos sem-terra pediu que ninguém arredasse pé de onde estava e não se deixasse intimidar pela presença da Polícia Militar, pois ninguém teria coragem de tirá-los dali à força. Esse homem era Oziel Alves Pereira [...] Volta e meia, lançava o mesmo grito que animava a marcha e ouvia a mesma resposta. “M- S -T”, gritava. “A luta é pra valer”, respondiam os que aguardavam na pista interditada. Ou “Reforma agrária!”, seguido da resposta “Uma luta de todos”. (NEPOMUCENO, 2007, p. 152).

Segundo Costa (2014), o batalhão do Major Oliveira ficou enfileirado em frente a um caminhão, na pista, e começou a disparar balas de borracha e bombas de efeito moral. Os *Sem-terra* reagiram com paus, pedras, foices e facões. E enquanto isso, o outro batalhão começava a atirar com balas de verdade. O primeiro a morrer foi um homem surdo que, sem se dar conta de tudo, colocou-se na frente dos soldados. “Quando perceberam, já não havia para onde correr. A polícia matou quem quis e do jeito que quis” (NEPOMUCENO, 2007, p. 40).

Dos 19 mortos, 13 eram dirigentes ou coordenadores do MST [entre eles Oziel Alves]. Dez levaram mais de um tiro. No total, foram 37 ferimentos de bala. Mais da metade dos tiros – 17 – atingiu as vítimas na cabeça, no pescoço, no peito ou no abdômen. Pouco menos de metade dos mortos – 42% - também foi atingida por golpes de arma branca, punhais, foices ou facões, e mostrava ferimentos extensos e mutilações. (NEPOMUCENO, 2007, p. 112)

Vale ressaltar que a imprensa local registrou ao vivo parte da matança. Dos 155 policiais, apenas 144 foram julgados, destes apenas 2 foram condenados (o coronel e o major). Detidos em novembro de 2004 – “mais de dois anos depois de terem recebido penas de 228 e 158 anos, respectivamente – e levados para quartéis, em Belém do Pará. Novos recursos foram apresentados e em setembro de 2005, os dois foram soltos” (NEPOMUCENO, 2007, p. 204) e até hoje o MST luta diante do Supremo Tribunal Federal para que os culpados sejam devidamente punidos.

Na mesma Curva do S, na margem direita da estrada, na direção de Eldorado, 19 troncos de castanheira queimados compõem um círculo. Essa foi uma das homenagens que o MST prestou aos corpos militantes *Sem-terra* que tombaram em luta naquela tarde sangrenta, mas continuam vivos nas memórias e nos corações dos corpos *Sem-terra* que ainda marcham na luta pela terra. Nas palavras de Bogo (2003, p.48), “[e]m uma organização social, os que partem não morrem, porque nunca alcançam a curva da estrada do esquecimento; permanecem vivos na memória, nas ideias e no pedaço de existência política que construíram”. Segue a imagem do monumento em homenagem aos mortos no massacre:

Figura 21 – Monumento aos mortos no Massacre em Eldorado dos Carajás –PA



Fonte: <http://caritas.org.br/massacre-de-eldorado-dos-carajas-relatos-resistencia-de-um-povo/9952> - acesso em 26/02/2016.

Para Costa (2014), o Massacre de Eldorado dos Carajás foi executado com o objetivo de acabar com o MST no Pará, mas como se diz popularmente, “o tiro saiu pela culatra”, pois o MST se fortaleceu nacionalmente a partir do massacre. Além de conquistar a desapropriação da fazenda Macaxeira, que hoje chama-se assentamento 17 de abril, o MST criou desde 1997 a tradição das Jornadas do “abril vermelho”.

Durante todo o mês de abril, em cada ano, o MST intensifica as ocupações de terra como uma forma de lutar e ao mesmo tempo lembrar e denunciar os massacres de trabalhadores rurais *Sem-terra* por todo o Brasil. Acerca desse efeito reverso do massacre de Eldorado segue o depoimento de Deusália:

O Eldorado dos Carajás serviu pra nós [...] assim um caminho de esperança e de indignação contra a burguesia. Cê pode matar mil, nós vamos formar dois mil, você mata duzentos, nós vamos formar quatrocentos. Então, porque nós acreditamos que a força tá no trabalhador, a força tá no povo. Então, [...] a burguesia com as suas armas, com suas metralhadoras, os pistoleiros com as suas armações, eles não conseguem nos destruir. Não conseguem porque a gente tem um objetivo: a cada vida tombada, é uma bandeira fincada num latifúndio. Porque [...] pela vida dos 17, 19 companheiros mortos em Eldorado dos Carajás, nós fizéssemos um assentamento em homenagem a eles. E não é homenagem a heróis mortos, homenagem a heróis vivos; que deram a sua vida, que contribuíram com a história e que a gente tem a obrigação de continuar levando em conta essa bandeira.

Vejam como essa militante recontextualiza o discurso mobilizado pelo militante Ivanildo Paz, no início desse capítulo, e retoma a ideia de que o *Sem-terra* é trabalhador, é um agricultor/a militante através da entextualização do grito de ordem “mais um passo à frente, nem um passo atrás, a reforma agrária é o povo que faz”, recontextualizado em “nós acreditamos que a força tá no trabalhador, a força tá no povo”. Podemos observar, no final do depoimento, que Deusália mobiliza índices da metapragmática de resistência orientando sua performance, com base na ação de homenagear os mártires na luta pela terra. Isso pode ser evidenciado nesse fragmento “pela vida dos 17, 19 companheiros mortos em Eldorado dos Carajás, nós fizéssemos um assentamento em homenagem a eles”.

6 CONCLUSÃO

Da proposta geral da presente tese de compreender como as performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra* constituem uma Pragmática dos corpos no Movimento dos Trabalhadores Rurais *Sem-terra* do Ceará e das análises dos processos de entextualização e recontextualização de atos de fala, mobilizados nas performances corpóreo-discursivas dos trabalhadores rurais *Sem-terra*, através de uma etnografia multissituada dos principais jogos de linguagem que materializam a luta pela reforma agrária no Ceará, foi possível compreender que a pragmática dos corpos militantes no MST acontece através e nos jogos de linguagem construídos ao longo da trajetória deste movimento social no Brasil.

Tais jogos materializam, de diversas formas, a luta dos *Sem-terra* pela reforma agrária popular. Percebi que nesses jogos há maneiras adequadas de mobilizar atos de corpo (PINTO, 2002) e atos de fala, que, de forma integrada, constituem as performances corpóreo-discursivas dos militantes *Sem-terra*. Por exemplo, há maneiras de executar o grito de ordem nas ocupações de terra, nas místicas, nas Marchas, em que os gritos de ordem performatiza um momento de luta.

Destaco o jogo de linguagem *homenagem aos mártires* na luta pela terra, que se trata de um ritual próprio para lembrar os corpos militantes que morreram lutando pelo direito à terra e que esse jogo de linguagem é parte integrante do processo de formação da subjetividade *Sem-terra* no MST. Outra observação sobre esse mesmo jogo de linguagem é que ele materializa (assim como as místicas) uma metapragmática de resistência que orienta as performances dos militantes *Sem-terra*.

Esse modelo cultural de uso da linguagem pode ser percebido através dos processos de entextualização e (re)contextualização dos mais variados discursos que circula(ra)m no MST, como vimos nas narrativas de nosso entrevistado e de nossa entrevistada. Esses processos de transformação da fala (discurso), no interior do MST são performativos à medida que esses signos viajam e são recontextualizados em outros jogos de linguagem produzindo os corpos militantes *Sem-terra*.

Uma amostra dessa conclusão está no uso de bonés e blusas vermelhos com o símbolo do MST, no ato de proferir os gritos de ordem, de gesticular o punho esquerdo para o alto, cantar o hino do MST, de apresentar nas canções da reforma agrária a resistência *Sem-terra*. Todos esses elementos são indexicalizadores de práticas

socioculturais e comunicativas que ordenam as interações entre as identidades e corpos *Sem-terra* em ordens indexicais (SILVERSTEIN, 2003) constituídas e constituintes da/na forma de vida militante *Sem-terra*. As descontextualizações, entextualizações e recontextualizações realizadas pelos militantes atestam a propriedade indexical da linguagem à medida que demonstraram que todo uso linguístico é indexical, de modo que, ao empregar uma palavra, em um jogo de linguagem, nós não apagaremos os outros usos (recontextualizações), os outros indícios contextuais dessa palavra.

Essa conclusão aponta para uma das contribuições dessa investigação para o campo dos Estudos Críticos da linguagem, que é a de contribuir para a construção de perspectivas de análise linguística “que permitam reconstruir o movimento dos enunciados e a indexicalidade (SILVERSTEIN, 2003; HANKS, 1996) que os vincula a contextos (e retroativamente constrói esses mesmos contextos)” (SILVA, 2015, p.336). Ainda nesse sentido, focalizar processos de entextualização e recontextualização dos atos de fala pode ser uma opção para sairmos do enfoque (nas análises linguísticas) da materialidade linguística como produto e passarmos a concebê-la como processo e, desse modo, de fato passarmos a ver a linguagem mais como modos de ação do que como representação de ações (Cf. ALENCAR, 2014, p.83-84).

Por fim, no que diz respeito às contribuições dessa pesquisa para o MST-CE, ela pode colaborar para revelar aquilo que Moita Lopes (2006) chamou de reinvenção da vida social, que está se realizando no âmbito de Movimentos sociais, como o Movimento *Sem-terra*, de tal modo que procuro visibilizar as maneiras táticas (CERTEAU, 2012) de uso da linguagem por parte desse movimento social em suas lutas. E nesse sentido, a descoberta de uma metapragmática de resistência que orienta a pragmática dos corpos militantes pode ser entendida como uma forma de agência promovida pelo MST, em suas práticas sócio comunicativas e culturais.

Entendo por agência “a capacidade de ação do sujeito que pode emergir no horizonte das limitações da linguagem que fere (Butler, 1997), no contexto da dor e do sofrimento (Asad, 2003) e da sobrevivência (Derrida, 1979[2004])” (SILVA, 2010, p. 90). Desse modo, visibilizar a dor como agência através das entextualizações e recontextualizações promovidas pelos militantes *Sem-terra* é, a meu ver, apresentar a resistência campesina através de outra percepção de agência. A gramática da dor como agência se materializada nos jogos de linguagem da mística, da Jornada Socialista e dos gritos de ordem em homenagem aos mártires, configurando outro uso da linguagem, um

uso tal que recontextualiza essa experiência de dor e contribui para a produção de outro espaço de ação, outra gramática e porque não dizer, forjando outras formas de vida.

Para finalizar essa performance, que não se encerra por aqui, uma vez que as minhas palavras serão entextualizadas e recontextualizadas *ad infinitum*, cito as palavras do poeta, teórico e militante do MST, Ademar Bogo:

Somos milhões de companheiros e companheiras buscando a libertação da terra, de homens e mulheres em um país onde a terra vale ouro e os seres humanos, algumas gramas de chumbo moldados em bala que fazem sangrar o destino de nosso povo sofredor! (...)

Que a noite escura da dor e da morte passe ligeira, que o som de nossos hinos anime nossas consciências e que a luta redima nossa pobreza, que o amanhecer nos encontre sorridentes, festejando a nossa liberdade.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval. Alguma coisa fora da ordem mundial? A última versão do regionalismo nordestino e suas implicações culturais. In: I COLÓQUIO DISCURSO E PRÁTICAS CULTURAIS. 2009. Fortaleza, CE. **Anais eletrônicos...** Fortaleza, CE: Grupo de Pesquisa Discurso, Cotidiano e Práticas Culturais, 2009. Disponível em: <http://www.grupodiscuta.ufc.br/index.php?option=com_content&view=article&id=72&Itemid=68>. Acesso em 12 de Out. 2015.

ALMEIDA, Fábio. **Uma docente em prova de seleção**: entextualizações de performances corpóreo-discursivas. 2014. 255 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Linguística Aplicada – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ALENCAR, Claudiana. **Relatório de pesquisa as construções dos sentidos da violência nas práticas culturais do sertão central do Ceará**. Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização – FUNCAP. Fortaleza, 2008. 44p.

_____. **Relatório de pesquisa as construções dos sentidos da violência nas práticas culturais do sertão central do Ceará**. Programa de Bolsas de Produtividade em Pesquisa e Estímulo à Interiorização – FUNCAP. Fortaleza, 2010. 59p.

_____. **Linguagem e medo da morte**: uma introdução à linguística integracionista. Fortaleza: Eduece, 2009.

_____. Na periferia dos estudos da linguagem. Práticas culturais discursivas do Movimento Sem Terra. In: **Revista Passagens**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Ceará. v. 6.n.1.p.72-92, 2015.

_____. **Por uma pragmática cultural**: cartografias descoloniais e gramáticas culturais em jogos de linguagem do cotidiano. Projeto de Pesquisa. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013. 48p.

_____. Pragmática Cultural: uma visada antropológica sobre os jogos de linguagem. In: SILVA, D., ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014. p.78-100.

_____. Programa viva a palavra: circuitos de linguagem, paz e resistência da juventude negra na periferia de Fortaleza. **Projeto de Pesquisa**. Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2014. 37p.

_____. **Searle interpretando Austin**: a retórica do medo da morte nos estudos da linguagem. Campinas. 2005. 285f. Tese (Doutorado em Linguística).

Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas 2005.

_____; CARVALHO, Sandra; MENDES, José Ernandi. Práxis Educativa e discursiva no Movimento 21: transgressões de fronteiras e hibridismo emancipatório. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v.16. n. 2.p. 160-175, 2015.

ALMEIDA FILHO, J.P.C. Linguística Aplicada, aplicação de linguística e ensino de línguas. In: KLEIMAN, A; CAVALCANTE, M. (Org). **Linguística aplicada, ensino de línguas e comunicação**. Campinas, SP: Pontes, 2005, p. 11-21.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Trad. De José Fonseca. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ARAÚJO, Inês. A revolução wittgensteiniana: os jogos de linguagem. In: **Do signo ao discurso: introdução à filosofia da linguagem**. São Paulo: Parábola, 2004. p. 99-113.

ARMENGAUD, Françoise. **A pragmática**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

ASAD, Talal. Agency and pain: an exploration. **Culture and religion: an interdisciplinary Journal**. New York, v.5. n.1. p. 29-60, March, 2000.

AUSTIN, John. **How to do things with words**. London: Oxford University Press, 1962.

_____. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. Trad. Vânia Z. Cardoso. **Revista ILHA**. Florianópolis, p. 185-229, 1990.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. **Annual Review of Anthropology**. v.19. p. 59-88. 1990.

BLOMMAERT, Jan. **A sociolinguistics of globalization**. Cambridge ,USA: Cambridge University Press, 2010.

_____. Contexto é/como crítica. In: SIGNORINI, I. (Org.). **Situar a língua[gem]**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008. p.91-115.

BOGO, Ademar. **Arquitetos dos sonhos**. São Paulo: Expressão Popular, 2003.

_____. **Identidade e luta de classes**. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

_____. **O vigor da mística**. São Paulo: ANCA, 2002.

_____. Valores que deve cultivar um lutador do povo. Secretaria Nacional da **Consulta Popular**: cartilha valores de uma prática militante .1 ed. São Paulo, 2005.

BONFIM, Marco Antonio; SILVA, Jony Kellson. Nova Pragmática: cartografando contextos In: ARAÚJO, Adriana; LIMA, Ana; DUARTE, Antonio, LIMA, João Paulo; OLIVEIRA, Kátia (Orgs). **Reflexões Linguísticas e Literárias**.1 ed.Fortaleza : HBM Digital, 2015, p. 80-93.

_____. **Queres saber como fazer identidades com palavras?** Uma análise em Pragmática cultural da construção performativa do *Sem-terra* assentado no MST-CE. 2011. 150f . Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa de Pós- Graduação em Linguística Aplicada - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2011.

BONILLA, Vitor, CASTILLO, Gonzalo; BORDA, Orlando; LIBREROS, Augusto. Causa popular, ciência popular: uma metodologia do conhecimento científico através da ação. In: BRANDÃO, Carlos (Org.). **Repensando a pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1999. p.131-157.

BORBA, Rodrigo. **(Des) aprendendo a "ser"**: trajetórias de socialização e performances narrativas no Processo Transexualizador. 2014. 206f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa Interdisciplinar de Pós Graduação em Linguística Aplicada – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

BUTLER, Judith. Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. Trad. Susana Bornéo Funck. Florianópolis. **Estudos Feministas**. v. 10. n,1,p.155-167, 2002.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. p. 151-166.

_____. **Excitable speech**: a politics of the performative. New York: Routledge, 1997.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Trad. Renato Aguiar. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CALDART, Roseli. **Sem-Terra com poesia**: a arte de re-criar a História. Petrópolis-RJ: Vozes, 1987.

_____. **Pedagogia do Movimento Sem Terra**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social**: o MST e a reforma agrária no Brasil. São Paulo: UNESP, 2010.

CAVALCANTE, Mônica. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CEFAÏT, Daniel et al. **Arenas públicas**: por uma etnografia da vida associativa. Niterói –RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CELANI, M. A. A. Transdisciplinaridade na Linguística Aplicada no Brasil. In: SIGNORINI, I; CAVALCANTI, M. (Orgs.). **Linguística Aplicada e transdisciplinaridade**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998. p. 129-142.

CERTEAU, Michel de. Introdução geral. In: **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. 7ed. Trad. Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHARAUDEU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. Tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 2004.

COSTA, Caetano. Sonhos de Abril. **A luta pela Terra e a reforma agrária no Brasil e em Portugal**: Os Casos De Eldorado Dos Carajás e Baleizão. 2014. 454f. Tese (Doutorado em Pós-colonialismos e Cidadania)- Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.

COSTA, Wanisse. **Performances corpóreo-discursivas de identidades de gênero e sexualidade em redes sociais**: estabilidades e mobilidades em diálogo. 2012. 166f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

DE JESUS, Maria. Reforma agrária Popular e a educação. **Jornal dos Trabalhadores Rurais Sem Terra**, São Paulo, 20 mar.2015. Edição especial, p.14.

DELGADO, Guilherme. **Do “Capital financeiro na agricultura” à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.

DURANTI, Alessandro. **Linguistic Anthropology**. New York: Cambridge University Press 1997.

ESCOLA NACIONAL FLORESTAN FERNANDES. Secretaria de Formação Política. Cartilha de estudos: o legado de Che Guevara. 1.ed. **Secretaria Geral**. Guararema- São Paulo, 2007.

FABRÍCIO, Branca. A “outridade lusófona” em tempos de globalização: identidade cultural como potencial semiótico. In: MOITA LOPES, L (Org.). **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013. p.144-168.

_____. Transcontextos educacionais: gêneros e sexualidades em trajetórias de socialização na escola. In: SILVA, D; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014.p.145-189.

FELICIANO, Carlos. **Movimento camponês rebelde**: a reforma agrária no Brasil. São Paulo. Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 2000.

FERREIRA, Ruberval. Críticas da linguagem: o ético, o político e o ideológico em questão. In: **Guerra na língua: mídia, poder e terrorismo**. Fortaleza: EdUece, 2007. p. 29-52.

_____. Ser e não ser: Eis a questão - As minorias sexuais entre a legitimidade da diferença e o perigo da sua ontologização. In: **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. pp.177-203.

FIGUEIRA, Divalte. **História**. São Paulo: Editora Ática, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987.

FREITAS, Alice. As identidades do Brasil: buscando as *identificações* ou afirmando as *diferenças*? In: RAJAGOPALAN, Kanavillil; FERREIRA, Dina. (orgs.). **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 227- 253.

GARCEZ, Pedro; SCHULZ, Lia. Olhares circunstanciados: etnografia da linguagem e pesquisa em Linguística Aplicada no Brasil. **D.E.L.T.A.** v. 31, n. 3, p. 1-34, 2015.

GLOCK, H.J. **Dicionário Wittgenstein/ Hans-Johann Glock**; tradução de Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1998.

GROSZ, Elizabeth. Corpos reconfigurados. **Cadernos Pagu** v.14. n.2, Campinas, 2000. p. 45-86.

GUIMARÃES. **Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem**. 2. ed. Campinas: Pontes, 2002.

GUIMARÃES, Thayse. **Embates entre Performances Corpóreo-Discursivas em trajetórias textuais: uma etnografia multissituada**. 2014.221f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

_____. Quem precisa de identidade? In: SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000. p. 103-129.

HANKS, William. O que é contexto? In: HANKS, W. **Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin**. São Paulo: Cortez, 2008. p.169-203.

HARRIS, Roy. **The language myth**. Oxford, Duckworth, 1981.

HONNETH, Axel. **Luta pelo reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2003.

KLEIMAN, Ângela. Agenda de pesquisa e ação e Linguística Aplicada: problematizações. In: MOITA LOPES, (Org). **Linguística aplicada na modernidade recente**: festschrift para Antonieta Celani. São Paulo: Parábola, 2013.p.39-58.

LEITE, Jader. **A militância em movimento**: Amizade e maquinação de modos de existência no MST. 2008.180f. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 2008.

LEVINSON, Stephen. **Pragmática**. Trad. Luís Carlos Borges e Aníbal Mari: São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LIMA, Maria. **Discurso e identidade de gênero no contexto da escola**. 2007. 347f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística - Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

LOPES, Adriana. **Funk-se quem quiser no batidão negro da cidade carioca**.2010. 177f. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

LOURO, Guacira. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

MAGALHÃES, Izabel. Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial. **Calidoscópico**. Porto Alegre v. 6, n. 2. p.61-68, 2008.

MAIA, Lucíola. **Mística, educação e resistência no Movimento dos Sem-Terra - MST**. Fortaleza: Edições UFC, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de textos de comunicação**. 6. ed. Trad. Cecília P. de Souza e Silva e Décio Rocha. São Paulo: Cortez, 2011.

MAKONI, Sinfree; MEINHOF, Ulrike. Linguística Aplicada na África: desconstruindo a noção de “língua”. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.p.191-213.

MALINOWSKI, Bronislaw Kasper. **Argonautas do pacífico ocidental**: um relato de experiência e aventura dos nativos no arquipélago de Nova Guiné, melanésia. 3 Edição, São Paulo, Ed. Cultural, 1984.

MARCONDES, Danilo. **A Pragmática na filosofia contemporânea**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005. (Coleção Filosofia Passo-a-Passo).

_____. Apresentação: a Filosofia da Linguagem de J. L. Austin. In: AUSTIN, John. **Quando dizer é fazer: palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MARCUS, George. Etnografia en/del sistema mundo. El surgimento de La etnografia Multilocal. **Alteridades**, v. 11, n.22, Jul-Dici, p.111-127, 2001.

MARTINS FERREIRA, Dina. **As vestimentas do rei: o sujeito acadêmico**. São Paulo: Miró Editorial, 2014.

_____; ALENCAR, Claudiana. Por uma ‘Nova Pragmática emancipatória’. **Trabalhos em Linguística Aplicada**. Campinas. v. 52.n.2.p 271-285, jul./dez. 2013.

MELO, Denise. Subjetividade e gênero no MST: observações sobre documentos publicados entre 1979 e 2000. In: GOHN, Maria da Glória (Org.). **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. 5 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.p.113-143.

MELO, Glenda Cristina; MOITA LOPES, Luiz Paulo. A performance narrativa de uma blogueira: “tornando-se preta em um segundo nascimento”. **Alfa**, São Paulo, n.58 v.3. 541-569, 2014b.

_____; MOITA LOPES, Luiz Paulo. Ordens de indexicalidade mobilizadas nas performances discursivas de um garoto de programa: ser negro e homoerótico. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 14, n. 3, p. 653-673, Set./Dez. 2014a.

MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

_____. Da aplicação de Linguística à Linguística Aplicada indisciplinar. In: PEREIRA, R. C.; ROCA,P. (Org). **Linguística Aplicada** – Um caminho com diferentes acessos. São Paulo: Contexto, 2011. p.11-24.

_____. Discursos de identidade em sala de aula de leitura de L1: a construção da diferença. In: SIGNORINI, Inês (org.). **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1998. p. 303-330. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade).

_____. (Org). **Linguística aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani**. São Paulo: Parábola, 2013b.

_____. (Org.) **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013a.

MORISSAWA, Mitsue. **A história da luta pela terra e MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS *SEM-TERRA* (MST). **MST: Lutas e conquistas**. 2 ed. Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 2010.

_____. **Caderno de Formação MST-CE, nº 01: história do MST (1984-2009)**. Secretaria Estadual do MST-CE. Fortaleza, 2009b.

_____. **Canta MST!** Coletivo de Cultura do MST. VI Congresso Nacional do MST. Brasília/DF, 2014.

_____. **Cartilha de músicas MST-CE.** Secretaria Estadual. 1.ed.Fortaleza, 2009a.

_____. **Construindo o caminho.** Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 2001.

_____. **Documentos básicos MST 2012.** Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 2012.

_____. **Elementos para analisar a conjuntura agrária.** Secretaria Estadual. 1.ed. Fortaleza, 2009c.

_____. **Especial 20 anos MST – Ceará.** Setor de Comunicação. 1.ed. Fortaleza, 2009d.

_____. **Jornada de luta das Mulheres do MST.** Setor de Gênero do MST. São Paulo, 2006.

NAVARRO, Zander. “Mobilização sem emancipação” – as lutas sociais dos sem-terra no Brasil. SANTOS, Boaventura de Sousa (org). **Produzir para viver.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002, p. 189-232.

NEPOMUCENO, Eric. **O massacre:** uma história de impunidade. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

OLIVEIRA, Catarina. **Comunicação, recepção e memória no Movimento Sem Terra:** etnografia do assentamento Itapuí/RS. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2014.

OLIVEIRA, Manfredo. **Reviravolta linguístico-pragmática na filosofia contemporânea.** São Paulo. Edições Loyola, 2006.

OTTONI, Paulo. **Visão performativa da linguagem.** Campinas: Editora da UNICAMP, 1998.

PEIRCE, Charles. **Escritos coligidos.** Trad. Armando Mora D’Oliveira. 3 ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (Os pensadores).

PELOSO, Ranulfo. **A força que anima os militantes.** Secretaria Nacional do MST. São Paulo, 1994.

PENNYCOOK, Alastair. Uma linguística aplicada transgressiva. In: MOITA LOPES, L (org.). **Por uma linguística aplicada INdisciplinar.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-84.

_____. Uma Linguística Aplicada Transgressiva. MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma lingüística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.p.67-84.

PINTO, Joana. Pragmática. In: MUSSALIM, F; BENTES, A. (Orgs.). **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. Vol.2. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009. p.47-68.

_____. Algumas lições sobre o corpo. **Atas do II Encontro do Grupo de Estudos Linguísticos do Centro-Oeste**. Universidade de Brasília, v 2, p. 583-588, 2003.

_____. Conexões teóricas entre performatividade, corpo e identidades. In: **DELTA** v.23 n.1 São Paulo, 2007.

_____. Da língua-objeto à páxis Linguística: Desarticulações e Rearticulações contra hegemônicas. **Revista Linguagem em foco**. Fortaleza, 2010. p.69-83

_____. **Estilizações de gênero em discurso sobre linguagem**.2002.219f. Tese (Doutorado em Linguística). Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002a.

_____. Linguagem, feminismo e efeitos de corpo. In: SILVA, D., ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014.p.207-230.

_____. O corpo de uma teoria: marcos contemporâneos sobre os atos de fala. **Cadernos Pagu** n.33, Jul-Dez.Campinas,117-138, 2009.

_____. O lugar do corpo nas práticas identitárias linguísticas. **Anais do I Seminário Internacional: Enfoques Feministas e o Século XXI: Feminismo e Universidade na América Latina**, UFBA, Salvador, dez. 2005. CD Rom, 2006.

_____. Performatividade radical: ato de fala ou ato de corpo. **Revista Gênero**, Niterói, v.3, n.1, p. 101-110, 2. sem. 2002b.

_____. Prefiguração identitária e hierarquias linguísticas na invenção do português. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo. (Org.) **O português no século XXI: cenário geopolítico e sociolinguístico**. São Paulo: Parábola, 2013. p.120-143.

_____. De diferenças e hierarquias no quadro *Adelaide* às análises situadas e críticas na Linguística Aplicada. **DELTA** n. 31.p.199-221, 2015.

PONTES, Herimatéia. A indexicalidade na construção discursiva de identidades sociais. **Revista do Gelne**, Piauí, v.11, n.1,p.27-40, 2009.

PROJETO MARIGUELLA VIVE. **Cartilha Marighella vive**. Secretaria Nacional Escola Nacional Florestan Fernandes. São Paulo, 2009.

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder e classificação social**. In: SANTOS, Boa Ventura de Sousa e MENESES, Maria Paula. Orgs. *Epistemologias do Sul*. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2010. p.84-129.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Prefácio. In: SILVA, D.; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática: modos de fazer**. São Paulo: Cortez, 2014. p.11-14.

_____. **Nova Pragmática: fases e feições de um fazer**. São Paulo. Parábola Editorial, 2010b.

_____. O Austin do qual a Lingüística não tomou conhecimento e a Lingüística com a qual Austin sonhou. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas n.30, v.2. 105-116, Jan./ Jun. 1996.

_____. Os caminhos da Pragmática no Brasil. In: **DELTA**, V. 15, n. especial, São Paulo: 1999.

_____. Pensar a linguagem para fins emancipatórios. In: **Anais VI Semana de Humanidades da UECE e UFC**. Fortaleza, 2009, p.1-4.

_____. **Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética**. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

_____. Por uma Pragmática voltada à prática linguística. In: ZANDWAIS, A (org). **Relações entre Pragmática e Enunciação**. Porto Alegre: Sagra Luzzato, 2002. p. 1-14.

_____. Repensar o papel da Linguística Aplicada. In: MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). **Por uma lingüística aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.p.149-168.

_____. Resposta aos meus debatedores. In: RAJAGOPALAN, K; LOPES, F. (orgs.). **A lingüística que nos faz falhar: uma investigação crítica**. São Paulo, Parábola Editorial, 2004. p. 166-128.

_____. Uma Linguística Aplicada plenamente emancipada: um sonho ou uma perspectiva concreta? **Revista Linguagem em foco**. Fortaleza, 2010b. p.13-18.

RESENDE, Viviane. **Análise de Discurso Crítica e Etnografia: O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, sua Crise e o Protagonismo Juvenil**. 2008.33f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

ROCHA, Luciana. **Teoria queer e a sala de aula de inglês na escola pública: performatividade, indexicalidade e estilização**. 2013. 255f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada). Programa Interdisciplinar de Pós-Graduação em Linguística Aplicada- Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

RODRIGUES, Elenita. Repensando a consciência (E) (A) crítica: por uma redefinição de fortalecimento das identidades sociais. In: **Políticas em linguagem: perspectivas identitárias**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2006. p. 107-140.

RODRIGUES, Marlon; SOUCA, Antonio. MST: discurso e prática social. In: **Interletras**. Revista Transdisciplinar de Letras, Educação e Cultura da UNIGRAN – Dourados/ MS, v. 2, n. 11, Jan/jul, 2010.

SANTOS, Boaventura. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. São Paulo: Cortez, 2007.

_____.(Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; MENEZES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

_____; MENEZES, Maria; NUNES, João. In: SANTOS, Boaventura (Org.). **Semear outras soluções**: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p.21-121.

_____. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento**. São Paulo: Cortez, 2013.

SANTOS, Karla. SANTOS, Karla Cristina. **Do cientificismo à desconstrução**: o (a)s herdeiro (a)s de J. L. Austin e a problemática da teorização sobre a linguagem. 2007.125f. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística- Universidade Federal de Goiás, Goiás, 2007.

SCHMIDT, Mario. **Nova história crítica do Brasil**: 500 anos de história malcontada. São Paulo: Nova Geração, 1997.

SIGNORINI, Inês (org.). (Des) construindo bordas e fronteiras: letramento e identidade social. In: **Língua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. Campinas – SP: Mercado de Letras, 1998. p. 139-171. (Coleção Letramento, Educação e Sociedade)

_____. Emancipatory Linguistics. In: Jacob L. Mey (Ed.) **Concise Encyclopedia of Pragmatics**. 2.ed. Oxford: Elsevier, p.237-238, 2009.

_____. Entre a pragmática e a linguística aplicada a experiência do performativo. **Fala apresentada no evento Meio Século de Teoria dos Atos de Fala**: Austin e Seus Leitores, IEL, Unicamp, 2012.

_____. Metapragmáticas da língua em uso: unidades e níveis de análise. In: Inês Signorini. Org. **Situar a língua[gem]**. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. Política, língua portuguesa e globalização. In: MOITA LOPES. (Org.) **O português no século XXI**: cenário geopolítico e sociolinguístico. São Paulo: Parábola, 2013a.p.74-100.

SILVA, Cláudio. Quatro anos do assassinato de Zé Maria: uma luta contra os agrotóxicos e por justiça! **Jornal Brasil de Fato**. São Paulo, 21 abr. 2014.p.3

SILVA, D; ALENCAR, C.; FERREIRA, D. (Orgs.). **Nova Pragmática**: modos de fazer. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. ‘A propósito de Linguística Aplicada’ 30 anos depois: quatro truísmos correntes e quatro desafios. **DELTA** n.31, 2015.

_____. A questão da identidade em perspectiva pragmática. **Revista Brasileira de Linguística Aplicada**, v. 8. n. 1, 2008. p.15-33.

_____. **Pragmática da violência**: o Nordeste na mídia brasileira. Campinas. Tese (Doutorado em Linguística). 2010. 192f. Instituto de Estudos da Linguagem - Universidade Estadual de Campina, Campinas, 2010.

_____. **O texto entre a entextualização e a etnografia**: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações. Linguagem em (Dis)curso, Tubarão, SC.v.14,n.1.p.67-84, 2014.

SILVA, Daniel. ‘A propósito de Linguística Aplicada’ 30 anos depois: quatro truísmos correntes e quatro desafios. **DELTA**. São Paulo. n.31,p.349-376, 2015.

SILVA, Maria Eliene. **Sob o signo da cearensidade**: uma análise do ethos discursivo do homem do sertão cearense nas Literaturas erudita e popular. 2010.169f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada). Curso de Mestrado Acadêmico em Linguística Aplicada- Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

SILVERSTEIN, Michel. Indexical order and dialectics of sociolinguistic life. **Language & Communication**, v. 23, n. 3-4, p 193-229, Jul.-Out. 2003.

STEDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo. **Brava gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo. Editora: Perseu Abramo, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. **Investigações filosóficas**. Trad. De José Carlos Bruini. São Paulo, Nova Cultural, 1989 (Os Pensadores).